

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ECSA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA**  
**DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Iluska Lobo Braga**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA: UMA**  
**PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DOS RELATÓRIOS DE**  
**SUSTENTABILIDADE**

**Tese de Doutorado**

**RIO DE JANEIRO**

**2020**

**Iluska Lobo Braga**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA: UMA  
PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DOS RELATÓRIOS DE  
SUSTENTABILIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

**Linha de Pesquisa:** Estratégia e Governança

**Orientador:** Prof. Dr. João Felipe Rammelt Sauerbronn

**RIO DE JANEIRO**

**2020**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS**

B813r Braga, Iluska Lobo.  
Responsabilidade social corporativa e transparência : uma proposta de aprimoramento dos relatórios de sustentabilidade / Iluska Lobo Braga. – 2020. 182 f. : il. ; 31 cm.

Tese (doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2020.  
“Orientador: Prof. Dr. João Felipe Rammelt Sauerbronn”.  
Referências: p. 161-182.

1. Administração. 2. Responsabilidade social da empresa. 3. Sustentabilidade. I. Sauerbronn, João Felipe Rammelt. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD - 658

# Iluska Lobo Braga

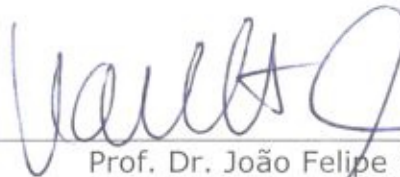
"Responsabilidade Social Corporativa e Transparência: Uma Proposta de Aprimoramento dos Relatórios de Sustentabilidade"

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Área de Concentração:  
Gestão Organizacional.

Aprovada em 05 de março de 2020.


Banca Examinadora



Prof. Dr. João Felipe Rammelt Sauerbronn  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



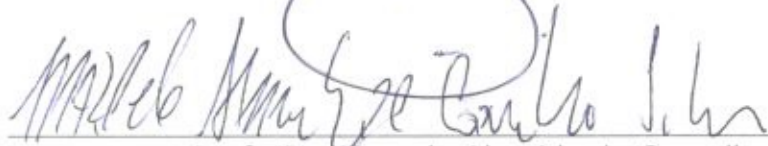
Prof.ª Dr.ª Deborah Moraes Zouain  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof. Dr. Josir Simeone Gomes  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof. Dr. Gleimária Batista da Costa Matos  
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR



Prof. Dr. Marcelo Almeida de Carvalho Silva  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ

Dedico esta tese aos meus filhos Florestan e Dirac e aos meus pais Rubi e Nely que me ensinam a viver com amor.

## AGRADECIMENTO

Pensar em agradecimento passa um filme na nossa mente, e na minha, em especial, uma percepção da Graça de Deus. Acredito que vida é cheia de milagres e esse período do doutorado, quando tive que me afastar do meu núcleo familiar que reside em Porto Velho e me lançar nessa jornada de conhecimentos e fé na cidade do Rio de Janeiro, entendi que efetivamente não estamos sozinhos, mas cada pessoa é uma manifestação de amor e milagres.

Início com o apoio incondicional da minha família, pais Rubi e Nely e irmãos Rousseau e Átila, que conduziram com tanto amor a educação e os cuidados aos meus filhos. O apoio que minha família e eu recebemos dos meus familiares Elisângela e Aroldo, Bia, Camila, Larisa e Daniel, tia Zélia e tio Claudio, Davi, tia Auxiliadora; minhas cunhadas Patrícia e Sibebe; e de amigos Nivergílio, Sandra e Ney e Rádeo.

Minhas professoras, a orientadora de mestrado Gleimíria Batista que me apresentou o caminho da pesquisa e me estimulou para trilhar a jornada do doutorado; minha orientadora, em boa parte do doutorado, Cristina Sinay que apostou no projeto que apresentei e me apresentou o trilho necessário para adquirir essa proficiência, ambas educadoras que delineiam suas práticas com amor ao exercício de ensinar; e o professor orientador João Felipe que com respeito a caminhada realizada introduziu outros horizontes para minha reflexão e consolidação da tese.

Os amigos, esses são anjos que tornam a saudade mais leve, que tão colo quando desesperamos e apresentam esquinas cheias de novos horizontes quando nos falta fôlego para prosseguir, portanto agradeço com o coração cheio de amor fraterno a todos (as) os amigos, mas registrarei de forma especial: minhas amigas de graduação Simone, Vanessa, Patrícia, Cibele, Ana Paula, Juliana e Carla; minhas amigas de colégio ensino médio que moram aqui no Rio, Claudia e Selma; meus amigos (a) do PPGA André, Clayton, Mônica, Antônio Patrocínio, Mirian e Judimar; amigos (a) do grupo de pesquisa do doutorado Martha, Aurea, Marcelo, Eliezer, Fábio e Gabriel; e família que me acolheu no Rio, Tio Antônio e Tia Alzira, Andrea e Toninho, Lara e Luciana, Lia, Aparecida, Sávio e Carlos Henrique.

Os colegiados dos departamentos de ciências contábeis da Faculdade de Rondônia – FARO e da Universidade Federal de Rondônia - UNIR que, frente as necessidades que foram aparecendo durante o doutorado, apoiaram minha formação, em especial prof. Ana Célia e o prof Nilton, da FARO, que indicaram meios dentro da instituição para minha manutenção financeira no início do doutorado e prof. Joel Bombardelli, da UNIR, que assumiu minhas turmas, se comprometendo não só com o departamento, mas principalmente com os alunos.

Registro meus agradecimentos a todo o corpo docente da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, assim como o meu reconhecimento pelos ensinamentos nas disciplinas cursadas e nas pesquisas realizadas.

Destaco o apoio financeiro com a concessão de bolsa para realização de pesquisa e participação em eventos realizada pela FARO – Faculdade de Rondônia e FAPERJ – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e pela atuação de expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior suporte que me permitiu trilhar essa jornada.

*Mãos dadas*

*Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,  
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,  
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,  
a vida presente.*

*Carlos Drummond de Andrade*



## RESUMO

As empresas do século XXI estão sendo desafiadas pelos seus muitos atores por uma forma de gestão mais transparente e práticas responsáveis e sustentáveis frente aos desafios ambientais, sociais e globais, respeitando as particularidades locais, mas se mantendo integrada tecnologicamente. Há estudos realizados nesse campo indicando as dinâmicas estabelecidas entre os desempenhos financeiros e não financeiros entre organizações que divulgam suas práticas de Responsabilidade Social Corporativa-RSC através dos Relatórios de Sustentabilidade - RS, instrumento utilizado pelas empresas para divulgar essas práticas. Há várias críticas aos RS pois vários pesquisadores os compreendem de forma fragmentada e desconectada dos negócios e da estratégia empresarial e afirmam que o alinhamento estratégico das ações de RSC é uma das maiores oportunidades para as empresas se beneficiar, assim como beneficiar a sociedade. Entre o problema discutido é a diferença entre a consistência das informações divulgadas pelas empresas e a sua respectiva realidade. Por outro lado, as empresas emitem de forma obrigatória suas Demonstrações Financeiras – DF, e esses demonstrativos contábeis tem evoluído em regulamentação para atender das necessidades das partes interessadas, especificamente investidores, visto como o foco da contabilidade devido ser uma fonte de capital para as organizações. A combinação entre RS e DF pode ser útil, devido a existência de semelhanças, além de ser uma ferramenta comparativa para analisar o potencial crescimento e desenvolvimento de RS. Frente ao exposto, as seguintes questões de pesquisa se apresentam: Quais elementos da DF podem ser associados aos RS para melhorar a sua transparência? O objetivo geral desta pesquisa é indicar elementos das DF que melhoram a transparência dos RS. Este trabalho tem, quanto a finalidade, característica de pesquisa aplicada pois objetiva a aplicabilidade dos conhecimentos. Quanto ao problema de pesquisa estabelecido e ao objetivo do estudo, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. O delineamento da pesquisa é bibliográfico e documental com abordagem da informação qualitativa utilizando o método de análise de conteúdo. A pesquisa visa um exame do RS elaborado pela empresa brasileira de mineração Vale S.A com foco na dimensão ambiental buscando identificar elementos que melhorem a transparência da informação prestada para a sociedade sobre a eficácia do desempenho socioambiental. Foram localizados nas DF informações no ativo sobre: os investimentos em empresas realizado por tipo minério, a movimentação contábil das reservas minerais e a movimentação contábil da desmobilização de ativos; assim como no passivo há informações muito sucintas, quando não omissa relativas as provisões ambientais e os passivos contingentes relacionados a questão ambiental. Esses elementos deveriam ser relatados nos RS apresentando a gestão ambiental e a responsabilidade e compromisso da empresa com a sociedade, porém os achados são uma falta de apresentação das informações de forma completa, clara e transparente, assim como desconexão com a metodologia proposta pelo modelo GRI; há uma ausência de dados passíveis de avaliar a origem dos resultados apresentados, ou seja se são provenientes de mitigação dos impactos ambientais ou se são relativos a gestões genuínas da própria organização. Esta tese propõem que os RS demonstrem, prioritariamente, o gerenciamento das elementos ambientais que estão sendo registrados nas obrigações e passivos contingenciais (CPC 25 -IAS37) pois impactam diretamente o negócio da organização, esse registro ocorra nos moldes das partidas dobradas no sentido de se realizar registro em dois lados, ou seja, são demonstrados de um lado os impactos ambientais diretos apoiados nos instrumentos legais, no Brasil como EIA/RIMA, e do outro lado as respectivas ações que estão sendo geridas pela organização para mitigar esse impacto, respeitando os elementos de definição de conteúdo apresentados na metodologia do GRI de forma a transparecer a gestão ambiental e práticas de responsabilidade socioambiental alinhadas aos negócios e a estratégia empresarial que estão sendo executadas.

## ABSTRACT

The companies 21st century are being challenged by their stakeholders for a more transparent management and responsible and sustainable practices in the face of environmental, social and global challenges, respecting local particularities, but remaining technologically integrated. There are studies carried out in this field indicating the dynamics established between financial and non-financial performances between organizations that disseminate their Corporate Social Responsibility-CSR practices through the Sustainability Reports - RS, an instrument used by companies to disseminate these practices. There are several criticisms of SR as several researchers understand them in a fragmented and disconnected way from business and business strategy and claim that the strategic alignment of CSR actions is one of the greatest opportunities for companies to benefit, as well as to benefit society. Among the problem discussed is the difference between the consistency of information disclosed by companies and their respective reality. On the other hand, companies mandatorily issue their Financial Statements - DF, and these accounting statements have evolved in regulation to meet the needs of interested parties, specifically investors, seen as the focus of accounting due to be a source of capital for organizations. The combination of RS and DF can be useful, due to the existence of similarities, in addition to be a comparative tool to analyze the potential growth and development of RS. In light of the above, the following research questions arise: What elements of the DF can be associated with SR to improve its transparency? The general objective of this research is to indicate elements of the DF that improve the transparency of the SR. This work has, as far as purpose, applied research characteristic because it aims at the applicability of knowledge. As for the research problem established and the objective of the study, this research can be classified as descriptive. The research design is bibliographic and documentary with a qualitative information approach using the content analysis method. The research aims at an examination of the RS prepared by the Brazilian mining company Vale S.A with a focus on the environmental dimension, seeking to identify elements that improve the transparency of the information provided to society on the effectiveness of socio-environmental performance. Information on assets was found in the DF about: investments in companies made by type of ore, the accounting movement of mineral reserves and the accounting movement of asset demobilization; as well as liabilities, there is very succinct information, when it does not omit related to environmental provisions and contingent liabilities related to the environmental issue. These elements should be reported in the SR presenting the environmental management and the company's responsibility and commitment to society, however the findings are a failure to present the information in a complete, clear and transparent manner, as well as disconnection with the methodology proposed by the GRI model. ; there is an absence of data that can assess the origin of the results presented, that is, if they come from mitigating environmental impacts or if they are related to genuine management of the organization itself. This thesis proposes that the SR demonstrate, as a priority, the management of the environmental elements that are being recorded in the contingent obligations and liabilities (CPC 25 -IAS37) because they directly impact the business of the organization, this registration occurs along the lines of double starts, that is, on the one hand, direct environmental impacts supported by legal instruments in Brazil, such as EIA / RIMA, are demonstrated, and on the other hand, the respective actions that are being managed by the organization to mitigate this impact, respecting the elements of content definition presented in the methodology of the GRI in order to show environmental management and socioenvironmental responsibility practices in line with the business and corporate strategy being implemented.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Produção Minério de Ferro Brasil x Mundo (2000 a 2011) (em milhões de tonelada)	25
Figura 2: Receita Bruta Exportação de Minério de Ferro (2004 a 2011)	25
Figura 3: Principais países compradores do minério de ferro brasileiro em 2012	26
Figura 4: GRI Standards – O processo de Divulgação	53
Figura 5: Visão geral do processo de definição do conteúdo do RS modelo GRI (G4)	56
Figura 6: Delineamento da pesquisa	76
Figura 7: Participação das Principais Substâncias Metálicas no Valor da Produção Mineral Comercializada - 2015	79
Figura 8: Diagrama com o processo de codificação das DF	84
Figura 9: Processo confrontação entre os relatórios DF e RS	85
Figura 10: Países com atuação da Vale S.A	91
Figura 11: Composição acionária da Vale em novembro de 2019	92
Figura 12: Troféu exibido nas DF de 2007 a 2015	94
Figura 13: Mapa de gestão de recursos hídricos e efluentes identificando as operações da Vale no mundo	106
Figura 14: Mapa da atuação global da Vale	107
Figura 15: As barragens da Vale em Minas Gerais, em 2018	109
Figura 16: Resíduos Minerometalúrgicos das barragens de rejeitos	110
Figura 17: Distribuição das minas no Estado de Minas Gerais, com a informação do “Risco Ambiental da Área Minerada”	112
Figura 18: Situação das Minas Abandonadas e Paralisadas no estado de Minas Gerais/Brasil em 2016	113
Figura 19: Recurso utilizado com ações de desmobilização de ativos	118
Figura 20: Acompanhamento dos programas	133
Figura 21: Tipos de Licença informado no RS2016	135
Figura 22: Proposta de grupo de contas da dimensão ambiental para RS	152
Figura 23: Identificar Impactos	155
Figura 24: Estabelecer ações quantificáveis	156
Figura 25: Cenário preditivo de desenvolvimento sustentável	158

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura das abordagens teóricas da Transparência Organizacional.....	32
Quadro 2: Princípios norteadores para elaboração Relatório de Sustentabilidade .....	36
Quadro 3: Pontos de vista da Teoria da Legitimidade .....	40
Quadro 4: Síntese das estratégias de pesquisa da Teoria da Legitimidade .....	42
Quadro 5: Modelos de relatórios para reportar a RSC .....	48
Quadro 6: Evolução dos Modelos do GRI.....	52
Quadro 7: Princípio para elaboração do RS modelo de GRI G4.....	55
Quadro 8: Elementos que sugerem alcance do desenvolvimento sustentável.....	61
Quadro 9: Resumo dos principais motivadores para adoção da sustentabilidade. ....	64
Quadro 10: Correlação indicadores econômicos GRI com DF .....	70
Quadro 11: Plano da pesquisa .....	74
Quadro 12: Execução da Análise de Conteúdo .....	78
Quadro 13: Análise da publicação de RS das organizações de extração de Minério.....	80
Quadro 14: Tratamento Analítico.....	86
Quadro 15: Visão geral das Demonstrações Financeiras .....	95
Quadro 16: Visão geral dos Relatórios de Sustentabilidade.....	97
Quadro 17: Temas nas DF relacionados a dimensão ambiental.....	99
Quadro 18: Total da área operacional da Vale em Km <sup>2</sup> .....	105
Quadro 19: Total de estruturas de barragem de rejeitos por tipo de negócio.....	109
Quadro 20: Composição da Conta Provisões .....	121
Quadro 21: Composição dos Passivos Contingentes DF 2015 .....	125
Quadro 22: Composição dos Passivos Contingentes DF 2016 .....	127
Quadro 23: Composição dos Passivos Contingentes inseridos nas DF 2017.....	128
Quadro 24: Composição de acordos referente ao acidente de Brumadinho descritos na DF 2018 .....	129
Quadro 25: Áreas naturais protegidas pela Vale e divulgadas no RS2014 .....	139

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais Empresas de Produção de Minério de Ferro no Brasil 2015 .....	79
Tabela 2: Ranking da Vale S.A no Parque Produtor de Minério Brasileiro ano base 2017.....	92
Tabela 3: Montante registrado DF 2018 Consolidada (Valores em R\$ milhões) .....	101
Tabela 4: Valor do Imobilizado divulgado por país de atuação na DF 2018, saldo Consolidado (Em milhões de Reais).....	102
Tabela 5: Composição da conta Imobilizado da DF, saldo Consolidado (Em milhões de Reais .....	102
Tabela 6: Total de empresas com investimentos da Vale, por segmento em 2018 .....	103
Tabela 7: Barragem de Rejeitos de Minério de Ferro existentes no Brasil (2015) .....	108
Tabela 8: Conta “Obrigações para desmobilização de ativos” – saldo CONSOLIDADO em milhões de reais .....	115
Tabela 9: Conta “Obrigações para desmobilização de ativos” – saldo CONTROLADORA em milhões de reais .....	115
Tabela 10: TJLP para desconto a valor presente da Provisão ODA (Passivo).....	116
Tabela 11: Cartas de Créditos e Outros títulos para Operação Níquel – Canadá (valores em bilhões) .....	116
Tabela 12: Valores Provisionados .....	117
Tabela 13: Conta Provisões com Obrigações Ambientais – saldo geral <sup>(1)</sup> em milhões de reais .....	122
Tabela 14: Conta Provisões Ambientais – saldo geral <sup>(1)</sup> CONSOLIDADO em milhões de reais .....	124
Tabela 15: Conta Provisões Ambientais – saldo geral <sup>(1)</sup> CONTROLADORA em milhões de reais.....	124
Tabela 16: Quantitativo de processos ambientais divulgados no item ‘conformidade legal’	131

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização.....	15
1.2 Questão de Pesquisa e Objetivos.....	22
1.3 Procedimentos Metodológicos e Composição da Tese .....	23
1.4 Limitação, Justificativa e Relevância .....	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1 Teoria do Stakeholders .....	28
2.2 Transparência .....	31
2.2.1 Qual o Mecanismo de Transparência? .....	34
2.2.2 Elementos que caracterizam a Transparência .....	36
2.2.3 Pontos para aprimoramento apontados na academia.....	38
2.3 Teoria da Legitimidade.....	39
2.4 Relatórios de Sustentabilidade - RS .....	44
2.4.1 Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade.....	44
2.4.2 Global Reporting Initiative - GRI .....	49
2.4.3 Relatório de Sustentabilidade de Mineradoras.....	60
2.4.4 Elementos motivadores para o desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade.....	63
2.4.5 Elementos que limitam a evidenciação e a análise dos relatórios.....	64
2.5 Demonstrações FinanceiraS .....	65
2.5.1 Relatórios Financeiros, ou Demonstrativos Financeiros ou Disclosure Empresariais .....	66
2.5.2 Normas Contábeis para Provisão e Passivo Contingentes: CPC 25 e IAS 37 ..	67
2.5.3 Relatório de Sustentabilidade e a evidenciação contábil.....	71
3 METODOLOGIA.....	74
3.1 Método de Construção do corpus de dados.....	75
3.1.1 Seleção do corpus de dados a ser analisada .....	78

3.1.2 Definição das categorias.....	82
3.1.3 Descrição do processo de codificação.....	83
3.2 Método de Análise de Dados.....	85
3.2.1 Confiabilidade da codificação.....	87
3.3 Limites e Risco da Pesquisa.....	89
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	90
4.1 Visão geral.....	90
4.1.1 Caracterização da organização estudada: Empresa Vale S.A.....	90
4.1.2 Relatórios de Sustentabilidade e Demonstrações Financeiras.....	94
4.2 Análise temas específicos.....	98
4.2.1 Reservas Minerais.....	99
4.2.2 Obrigações para desmobilização de ativos (ODA).....	111
4.2.3 Provisões de Obrigações, provisões de Processos judiciais e Passivos contingentes.....	120
4.2.3.1 Provisões de Obrigações Ambientais.....	122
4.2.3.2 Provisões para Processos Judiciais – Provisões Ambientais.....	123
5 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA.....	142
5.1. Proposta de Aprimoramento do Relatório de Sustentabilidade.....	151
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	162

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As empresas do século XXI estão sendo desafiadas por uma forma de gestão mais integrada com os ambientes externo e interno, principalmente aquelas que vislumbram usufruir das possibilidades locais e globais que o mundo integrado tecnologicamente proporciona, assim como a uma maior transparência das suas práticas responsáveis e sustentáveis (CHOW; CHEN, 2012; JOBIM, 2006; PORTER; KRAMER, 2006; HART; MILSTEIN, 2004).

A revolução tecnológica acontecida nesse século proporcionou às empresas uma capacidade de geração e acesso à informação mais eficiente e eficaz internamente, assim como a divulgação da sua gestão, mas, externamente passou a ter que interagir com um contexto operacional mais dinâmico onde os produtos e serviços têm um giro mais rápido de utilidade, sendo a inovação a tônica desse século (HART; MILSTEIN, 2004).

Na atualidade, as empresas podem desenvolver seus produtos localmente, pulverizando a sua produção em diversos pontos do país ou do mundo de acordo com sua capacidade de logística e da possibilidade de baixo custo; vendendo para qualquer cliente em qualquer parte do mundo devido às oportunidades de comunicação e a conveniência das diversas formas de entrega (IRELAND; HOSKISSON; HITT, 2013). Este ambiente amplo de produção e venda, assim como suas diferenças culturais e interesses políticos e econômicos é identificado como uma das manifestações da Globalização. Essas interações estabelecem uma nova ordem social (JOHNSON *et al.*, 2014).

O mercado, considerado aqui como um grande campo de atuação da sociedade de produção e consumo, tem seus atores conectados e com zonas de interesses diferentes e às vezes conflitantes que buscam estabelecer regras para o mercado em que atuam (GREGORIO, 2017; REÁTIGA *et al.*, 2016). Eles também buscam estabelecer defesas através de barreiras de entradas que para uma atuação globalizada compete a normas e acordos internacionais como: protocolo de Kioto, Pacto Global, Princípio do Equador, entre outros (REÁTIGA *et al.*, 2016; GREENMOBILITY, 2008).

Esses atores mencionados nada mais são do que empresas concorrentes, empresas parceiras, clientes, trabalhadores, governos, comunidade local, mercados financeiros, acionistas, entidades de controle social (sindicados e ONGs) que serão tratados neste estudo como *stakeholders* (FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018). Eles compõem uma ordem social e econômica e estão sendo beneficiados, mas também afetados por essa logística



integrada do século XXI onde o direito conquistado por eles, por exemplo, será exigido para toda a sociedade e o não cumprimento das regras restringirá a atuação dos grupos não alinhados (JOBIM, 2006; PORTER; KRAMER, 2006; HART; MILSTEIN, 2004).

As empresas multinacionais se adaptam a cultura local para gerir pessoas, para o governo e suas peculiaridades tributárias e burocráticas, com entrada agressiva em um mercado algumas vezes sem barreiras previamente estabelecidas (REÁTIGA *et al.*, 2016). Este mercado pode provocar a quebra de empresas locais ou a união dessas para melhorar sua eficiência de produção (IRELAND; HOSKISSON; HITT, 2013). Em um olhar macroeconômico, as empresas que têm o poder de barganha global são empresas que fazem partes de grupos internacionais que usufruem das fragilidades locais para ampliar seus mercados (REÁTIGA *et al.*, 2016; JOHNSON *et al.*, 2014), afetando diretamente o ambiente econômico dos países onde são inseridas.

Considerando uma gestão competitiva: Qual o impacto dessas mudanças para o processo da organização?

Em relação às questões ambientais a empresa não foi, na sua concepção, pensada integrada ao meio ambiente natural (meios físico e biótico) e sim como uma forma de explorar recursos naturais para transformá-los em bens úteis para o ser humano e para o proveito financeiro (FERREIRA, 1998). Para transformar os recursos naturais em produtos comercializáveis ela extrai a matéria prima, transforma esse produto nos seus parques industriais utilizando recursos como água, fogo e produtos químicos e comercializam em escalas utilizando-se de embalagens, transporte e espaços de armazenamento (GREGORIO, 2017). Ela foi pensada, na melhor das hipóteses, para usufruir amplamente da natureza, a qual, organicamente reciclaria todos os tipos de dejetos produzidos.

Mas, essa relação não ocorreu dessa forma. A capacidade produtiva era intensa, o processo produtivo de transformação deixava resíduos indesejados na água, no solo e no ar em quantidades maiores do que a capacidade que se imaginava que a natureza poderia reciclar gerando a poluição dos componentes ambientais sentida na sociedade com doenças e morte do próprio homem haja visto a série de acidentes que, pela sua proporção, tomaram a dimensão de desastres. Em 1956, na cidade de Minamata no Japão, o lançamento de mercúrio lançado durante 4 décadas pela indústria de fertilizantes *Chisso Corporation* provocou o ‘Mal de Minamata’ entre os pescadores e comunidade local (tipo de paralisias que leva à morte), estimando-se a morte de mais de três mil pessoas e centenas de crianças nascendo deformadas (RATIER, 2011; SILANO, 1985; VINICIUS, 2014). Em 1984 na cidade de Bhopal/Índia o vazamento de gases tóxicos provocou a morte de 2500 pessoas e mais 150 mil com queimaduras

nos olhos e pulmões; em 1986 na cidade de Chernobyl/Ucrânia a explosão do reator nuclear da usina matou aproximadamente 10 mil pessoas e causou doenças em mais de 40 mil (RATIER, 2011; SILANO, 1985; VINICIUS, 2014). Em 1987 na cidade de Goiânia/Brasil, o contato num ferro velho com produto radioativo - Cloreto de cézio (césio 137) - de um aparelho de radioterapia abandonado, provocou a contaminação de 120 pessoas, morte de 4 e 1000 em monitoramento (VINICIUS, 2014). Em 2015 na cidade de Mariana/Brasil a mineradora Samarco foi a protagonista do rompimento de uma de suas barragens (barragem de Fundão) deixando um rastro de destruição de 663,2 km de cursos d'água, registrando-se a morte de 19 pessoas e extensos danos socioambientais que demandarão esforços durante pelo menos 10 anos para recuperação da bacia do Rio Doce e restabelecimento da fauna (IBAMA, 2016; KOULOUKOU; GOMES, 2016). Recentemente, em janeiro de 2019, o acidente de Brumadinho.

Cabe enfatizar que os acidentes ambientais acima descritos não apresentam os respectivos problemas econômicos e sociais causados por serem essas questões de difícil mensuração, já que é preciso considerar o longo prazo e a complexidade da recuperação das áreas sociais e ambientais. Ferreira (1998) esclarece que “a poluição é individualizada, mas a despoluição, quase sempre, é socializada”.

Muitos outros ‘crimes ambientais’ ocorreram e ocorrem diariamente, com impactos diretos na natureza e no habitat do homem, encobertos pela rotina, pela dificuldade de apontar de forma direta a responsabilidade individualizada de seus protagonistas e pela convivência velada da sociedade. Questões sobre de quem é a responsabilidade pairam no ar: Será da empresa que gerou a poluição ou do governo que permitiu sua instalação e recolhe impostos? E, sem entrarmos no problema histórico já somatizado no planeta, mas tratarmos a questão ambiental enquanto caminho futuro e na perspectiva apenas da responsabilidade da empresa: Qual a visão da relação entre ela e o planeta?

Considerando uma gestão responsável que se embasa na compreensão da sua prática enquanto agente dependente do equilíbrio dos ambientes natural e antrópico: Qual o seu desafio enquanto produtor, distribuidor e reciclador do seu rastro?

As questões sociais são também desafios estabelecidos para as empresas no que tange a inclusão social da diversidade. Se discute, entre outros temas, a responsabilidade em estabelecer políticas igualitárias de ascensão de carreira sem qualquer tipo de discriminação (REÁTIGA *et al.*, 2016); a adequação do espaço físico e do ambiente de trabalho para promover acessibilidade a qualquer ser humano independente de sua capacidade física, motora ou cognitiva; a oportunidade profissional que possa promover capacitação do jovem aprendiz, mas também

oportunizar a participação ativa da pessoa idosa no ambiente de trabalho (JOBIM, 2006). Em suma, se propõe a valorização das relações humanas no ambiente empresarial e se questiona o papel da empresa como agente promotor desse espaço econômico (JOBIM, 2006; REÁTIGA *et al.*, 2016).

Estas são algumas das pressões que as partes interessadas (*stakeholders*) têm estabelecido para as empresas, questionando a sua responsabilidade enquanto corporação e protagonista (JOBIM, 2006; PORTER; KRAMER, 2006), nas dimensões econômicas, ambientais e sociais.

Por outro lado, Porter e Kramer (2006) argumentam que os governos, os ativistas e os meios de comunicação tornaram-se hábeis em apontar as consequências sociais das atividades empresariais, muitas vezes colocando a sociedade contra a empresa, quando uma dependente da outra.

A preocupação com as ações de Responsabilidade Ambiental e Social das Corporações – RSC vem aumentando (CHOW; CHEN, 2012; PORTER; KRAMER, 2006; HART; MILSTEIN, 2004; MCWILLIAMS; SIEGEL, 2001; CARROLL, 1991). Destacam-se as pesquisas que buscam analisar as correlações existentes entre os desempenhos financeiros e não financeiros comparando a diferença entre organizações que divulgam suas práticas de RSC e as que não o fazem (ORLITZKY; SCHMIDT; RYNES, 2003; MCWILLIAMS; SIEGEL, 2001), as que buscam determinar se a composição da Governança Corporativa e do Conselho de Administração influenciam nas decisões (ABREU *et al.*, 2016; RODRÍGUEZ; PÉREZ, 2016) e as que analisam a forma da divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade, instrumento utilizado pelas empresas para divulgar suas práticas (MURCIA; SANTOS, 2009; TINOCO; KRAEMER, 2004).

Porter e Kramer (2006) criticam os Relatórios de Sustentabilidade, pois eles os compreendem de forma fragmentada e desconectada dos negócios e da estratégia empresarial e afirmam que o alinhamento estratégico das ações de RSC é uma das maiores oportunidades para as empresas se beneficiarem, assim como beneficiarem a sociedade. Estes autores propõem que as corporações analisem as suas perspectivas de responsabilidade social usando as mesmas estruturas que norteiam suas escolhas financeiras. Elas iriam descobrir que a RSC pode ser muito mais do que um custo, uma restrição ou um ato de caridade, podendo ser uma fonte de oportunidade, inovação e vantagem competitiva.

Neste estudo, a Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa – RSC se entende como a forma de estabelecer resultados econômicos atrativos, cumprir as obrigações sociais e

zelar pelas preservações físicas, bióticas e antrópicas visando não colocar em risco a vida das pessoas.

As empresas que estão enfrentando esses desafios investem em inovação nos seus produtos e processos; reavaliam processos, habilidades e capacidades administrativas para melhorar o desempenho da organização e gerar valor compartilhado da sua gestão (HART; MILSTEIN, 2004), estabelecem níveis de governança corporativa (RODRÍGUEZ; PÉREZ, 2016) e apresentam divulgações voluntárias sobre as ações que demonstram suas responsabilidades (ABREU *et al.*, 2016; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; CALIXTO, 2013; MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014; MURCIA; SANTOS, 2009).

No campo de estudo relacionado a forma de divulgação das ações de RSC, são analisados os documentos oficiais das organizações e os Relatórios de Sustentabilidade onde as organizações comunicam para os interessados na sua atuação (*stakeholders*) as ações que consideram de RSC (MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014), apontando as adequações internas nos seus processos e produtos e externas relativa as ações que apoiam (MURCIA; SANTOS, 2009) além de resultado como prêmios que ‘validam’ o reconhecimento da sua atuação e estabelece uma reputação (PORTER; KRAMER, 2006).

Estas divulgações voluntárias são relatórios elaborados pelas organizações onde são apresentadas informações e dados qualitativos e quantitativos relacionados as ações ambientais e sociais que as empresas de fato aplicam (MONTEIRO; FERREIRA, 2007; TINOCO; KRAEMER, 2004). A responsabilidade pela elaboração desses relatórios é da contabilidade, ciência da comunicação que estabelece um conjunto estruturado de informação passível para demonstrar o desempenho de uma organização em determinado setor (SZUSTER, 2017). Outrossim a contabilidade tem o poder confirmatório, pois sua informação é elaborada com base em princípios que norteiam a classificação de elementos passíveis de evidenciar, mensurar e validar (FERREIRA, 1998; MONTEIRO; FERREIRA, 2007; SZUSTER, 2017; TINOCO; KRAEMER, 2004).

As divulgações voluntárias da RSC, recebem várias denominações como Balanço Social, Balanço Socioambiental, Relatos Integrados e Relatórios de Sustentabilidade. Neste estudo será denominado de Relatório de Sustentabilidade – RS e se considerará que objetivam relatar as práticas de sustentabilidade, ou seja, medidas administrativas que visam mitigar impactos sociais e ambientais provenientes das ações operacionais empresariais.

Relatórios de sustentabilidade são a prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do

desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas (GRI, 2006, p. 41).

Eles podem ser feitos seguindo diferentes modelos de divulgação como o *Global Reporting Initiative* (GRI), o Relatório Integrado (RI), o Balanço Social (Resolução CFC 1003/2004) entre outros, que objetivam apontar informações confiáveis, relevantes e padronizadas.

Observa-se que essas publicações estão ampliando os setores produtivos e países que aderem a esse modelo de Relatório de Sustentabilidade; o GRI, por exemplo em 1999 registrava 12 Relatórios, enquanto em 2017, 7.160 (GRI, 2019a). *Greenmobility* (2008) esclarece que as diretrizes do GRI estão alinhadas com:

- Pacto Global (iniciativa da ONU lançada em 2000 com o objetivo de advogar princípios norteadores para as práticas de negócio derivado da área de direitos humanos, relações de trabalho meio ambiente e combate à corrupção);
- Objetivos do Milênio (também conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, surgiram em 2000 da Declaração do Milênio da ONU objetiva reunir acordos internacionais que visam a eliminação da fome e pobreza extrema e resulta em compromissos concretos);
- Princípios do Equador (iniciativa da *International Finance Corporation* – IFC e o ABN Amro em 2002 com o objetivo de estabelecer diretrizes para concessão de crédito para projetos tenham indicadores responsáveis que busquem mitigar possíveis impactos sociais e ambientais).

Essa mesma organização, *Greenmobility* (2008), aponta que as diretrizes do GRI no Brasil, em particular, estão em sintonia com:

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. Em 2005 a IFC financiou o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) para elaborar um índice para análise comparativa da performance de empresas da América Latina que estão em ambientes de investimento, como BM&F BOVESPA, nos aspectos de eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa;
- Indicadores Instituto Ethos. Em 2000 o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social desenvolveu um questionário exclusivo para empresas associadas a instituição objetivando promover o planejamento e avaliação do negócio na perspectiva da sustentabilidade, medir o grau de comprometimento

e indicar caminhos para um modelo de gestão socialmente responsável (INSTITUTO ETHOS, 2013);

- Melhores práticas de Governança Corporativa proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Em 1999 o IBGC lança o Código com o objetivo de auxiliar na construção das práticas de Governança Corporativa das empresas e organizações que atuam no Brasil. Esse Código teve, em 2015, a publicação da sua quinta edição.

Porter e Kramer (2006) criticam as organizações que classificam as empresas com relação ao desempenho da sua RSC, por entenderem que as metodologias usadas para tal são questionáveis. Entretanto, estes rankings atraem publicidade considerável, e como resultado, a RSC vem emergindo como uma prioridade incontornável para os líderes de negócios em todo o mundo. As empresas têm, apesar das críticas, estabelecido formas de sistematizar suas atuações e divulgá-las. Esses modelos de sistematização vão sendo aprimorados com o tempo. No caso do GRI, já está na quinta versão (STANDARD) (GRI, 2019a).

De acordo com Dantas *et al.* (2005), um problema discutido é a diferença entre a consistência das informações divulgadas pelas empresas e a sua respectiva realidade. Por exemplo, a mineradora Samarco no Brasil publicava seu 14º Relatório de Sustentabilidade (ano base 2014), já na versão G4 do GRI, e em 5 novembro de 2015 na cidade de Mariana (MG) no Brasil esta empresa foi protagonista de um dos maiores desastres ambientais do país. Os riscos que levaram ao desastre em Mariana foram negligenciados pela empresa ou foi uma fatalidade? No relatório de sustentabilidade não apresenta indicativos da avaliação desse risco (KOULOUKOUI; GOMES, 2016).

Assim, este instrumento de divulgação fica desacreditado enquanto documento corporativo auditado que comunica as ações ambientais e sociais de uma empresa. Destaca-se aqui a ressalva de responsabilidade do parecer dos auditores do relatório da Samarco: “a administração da Samarco é responsável pela compilação e adequada apresentação das informações”, ou seja, a empresa é que estabelece a estratégia, fornece os dados e comunica ao mercado (KOULOUKOUI; GOMES, 2016).

Por outro lado, as empresas emitem de forma obrigatória suas Demonstrações Financeiras – DF, especificamente no Brasil com a Lei 6404/76 as Empresas do tipo Sociedade Anônima são obrigadas a elaborar e divulgar suas DF. Tschopp e Huefner (2015) esclarecem que esses demonstrativos contam um histórico de evolução nos últimos 100 anos baseado no mercado de ações.

A eficiência resultante e competências alcançadas a partir de normas contábeis harmonizadas provêm da maior comparabilidade e confiabilidade na elaboração. Isso facilita os relatórios para investidores e tomadores de decisão para analisar e entender (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

A evolução dos relatórios financeiros (DF) modernos pode ser visto como uma reação à evolução das necessidades das partes interessadas, especificamente investidores, visto como o foco da contabilidade devido ser uma fonte de capital para as organizações (GARCIA *et al.*, 2015; TSCHOPP; HUEFNER, 2015). Já o de RS vem de uma cobrança de parte relacionadas, contudo um pouco mais ampla e caracterizada nos estudos acadêmicos como *stakeholder*. Sendo esse fator a maior diferença entre a evolução das DF e o RS (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

A combinação entre RS e DF pode ser útil, devido a existência de semelhanças, além de ser uma ferramenta comparativa para analisar o potencial crescimento e desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade (RS) (GARCIA *et al.*, 2015; TSCHOPP; HUEFNER, 2015). Outrossim, se o relatório de RS deve ser usado como um mecanismo baseado no mercado para trazer transparência, então comparabilidade e consistência são qualidades necessárias para estes relatórios (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Considerando que os Relatórios de Sustentabilidade são os instrumentos que proporcionam monitoramento ativo das empresas pelos *stakeholders*, o aprimoramento das divulgações relativas a RSC nos RS é importante, sendo, no entanto, ainda um campo em construção. Assim sendo, este trabalho visa contribuir indicando elementos das Demonstrações Financeiras que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade.

## **1.2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS**

Frente ao exposto, as seguintes questões de pesquisa se apresentam: Quais elementos da demonstração financeira podem ser associados aos relatórios de sustentabilidade para melhorar a sua transparência?

Esta tese visa ampliar a literatura existente sobre Relatório de Sustentabilidade RSC analisando os elementos comunicados e a forma de elaborar o conteúdo, como também tratar a transparência da comunicação.

O objetivo geral desta pesquisa é indicar elementos das Demonstrações Financeiras que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade.

Esta pesquisa inicia-se com um estudo bibliográfico sobre transparência; os relatórios de sustentabilidades, seus modelos e elaboração; e as demonstrações financeiras.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COMPOSIÇÃO DA TESE

Este trabalho tem, quanto a finalidade, característica de pesquisa aplicada pois objetiva a aplicabilidade dos conhecimentos (GIL, 2008; OLIVEIRA, 2004). Quanto ao problema de pesquisa estabelecido e ao objetivo do estudo, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva (OLIVEIRA, 2004; LAKATOS; MARCONI, 2001). O delineamento da pesquisa é bibliográfico e documental com abordagem da informação qualitativa.

A abordagem qualitativa, de acordo com Bauer e Gaskell (2002), se justifica devido à inferência da informação através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) que será utilizada para realizar a sistematização das informações descritas nos relatórios de sustentabilidade e nas demonstrações financeiras descritos e relacionados com a Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa.

Esta tese está constituída por 5 capítulos onde o 1º Introdução, contém a contextualização, as perguntas de pesquisa e objetivos gerais e os específicos, a natureza metodológica e composição do projeto, finalizando com a limitação, justificativa e relevância do estudo.

No 2º capítulo, Fundamentação Teórica, será examinada a literatura relevante sobre transparência; relatórios de sustentabilidade (RS), os modelos de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, as características dos respectivos relatórios de sustentabilidade e pesquisas acadêmicas sobre RS; e Demonstração Financeira. Como suporte teórico da administração, serão considerados as teorias da legitimidade e dos *stakeholders*. Com base nos estudos bibliográficos também são apresentados os elementos considerados úteis para realização do estudo documental a ser realizado a posteriori.

O 3º capítulo, Procedimentos Metodológicos, conterà o delineamento da pesquisa apresentando o detalhamento das técnicas de pesquisa a serem utilizadas na perspectiva qualitativa; é apresentado o seguimento e a indústria que constituirá a amostra para análise e um breve relato do caminho percorrido e ajustes de percurso.

O capítulo 4º é elaborado com base nos resultados obtidos nas análises dos dados. Finaliza no capítulo 5º com as conclusões desta tese.



## 1.4 LIMITAÇÃO, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Este trabalho visa uma investigação do relatório de sustentabilidade elaborado pela empresa brasileira de mineração Vale S.A buscando identificar elementos que melhorem a transparência da informação prestada para a sociedade sobre a eficácia do desempenho socioambiental. Nesta pesquisa foi escolhido o segmento de exploração de minério de ferro que possuem características poluidoras e de exploração de recursos não renováveis específicos. A principal mineradora de ferro do Brasil que apresenta divulgação anual dos seus relatórios de sustentabilidade é a Vale S.A. Desta forma, os relatórios de sustentabilidade da empresa Vale S.A constituirão os instrumentos de análise do presente estudo, constituindo também a sua principal limitação.

Para compreender esse tipo de negócio e sua perspectiva de produção convém, apresentar as matérias primas (MP) a serem retiradas ou produzidas no meio rural para serem transformadas em mercadorias e a potencialidade dessa produção para a economia do Brasil.

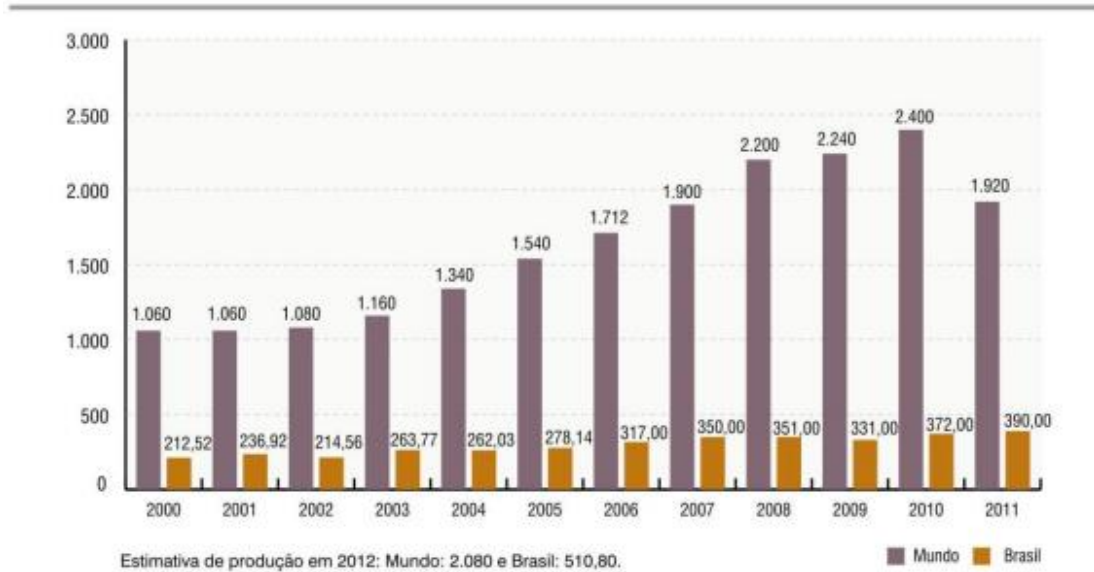
As matérias primas (MP) são estrategicamente importantes na economia de um país e de uma empresa, pois são produtos primários que sofrerão transformação para obtenção de produtos úteis que proporcionem bem-estar para o ser humano. As MP são classificadas de acordo com a sua origem em: MP vegetal; MP agrícola; a MP pecuária; e MP minério. A história do Brasil está atrelada a exploração dessas MP's como pau-brasil, látex, algodão, laranja, gado de leite, gado de corte, ouro, ferro, cassiterita entre outros.

No setor de minério de ferro, o Brasil é o segundo maior produtor dessa matéria prima, conforme *U.S. Geological Survey* e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - UNCTAD.

As maiores empresas produtoras no Brasil são Vale (84,52%); Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (5,45%); Samarco (6,29%) MMX Mineração e Metálicos (2,03%) e Usiminas (1,7%). E os principais estados produtores do minério no Brasil são Minas Gerais (67%) e Pará (29,3%) (IBRAM, 2012).

Na Figura 1 é apresentado a produção em milhões de tonelada de minério de Ferro do Brasil versus a Produção no mundo no período de 2000 a 2011.

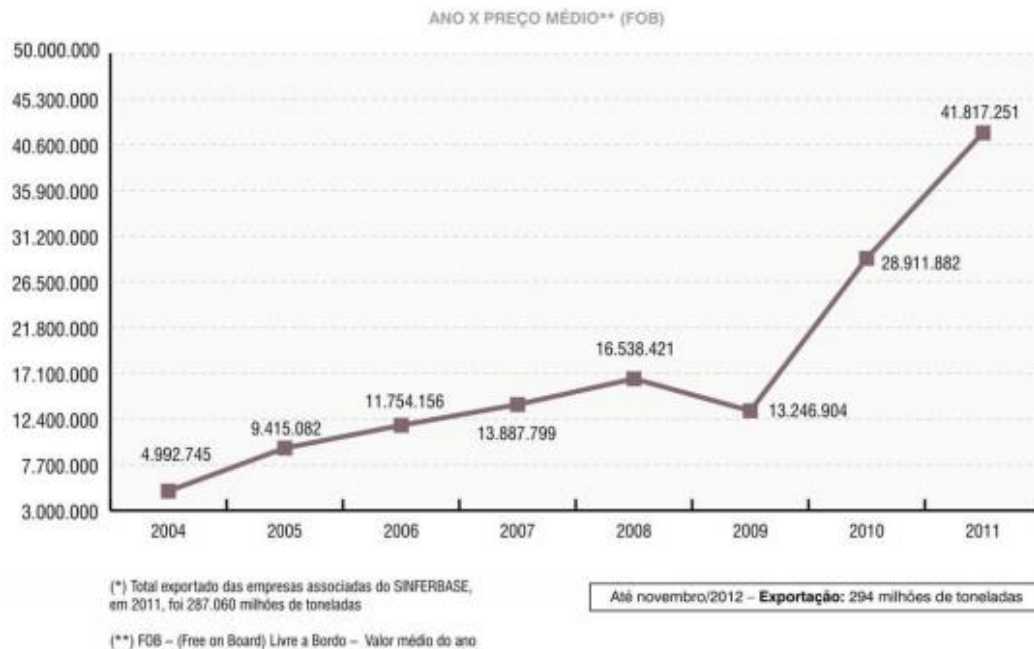
Figura 1: Produção Minério de Ferro Brasil x Mundo (2000 a 2011) (em milhões de tonelada)



Fonte: USGS (2012 apud IBRAM, 2012)

A receita bruta brasileira proveniente de exportação de Minério de Ferro em 2011 atingiu US\$ 41,8 bilhões (IBRAM, 2012). Na Figura 2 é apresentada a receita bruta de exportação brasileira do Minério de Ferro para o período de 2004 a 2011.

Figura 2: Receita Bruta Exportação de Minério de Ferro (2004 a 2011)



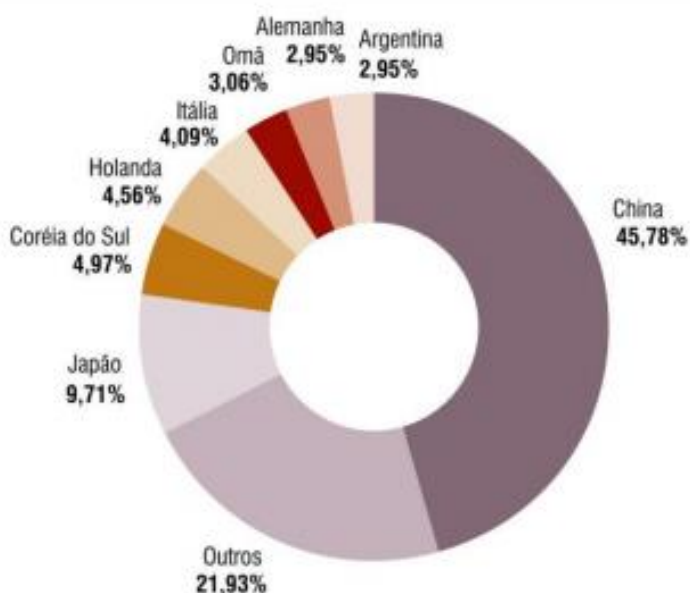
Fonte: MDIC (2012 apud IBRAM, 2012)

O Brasil, junto com a Austrália, é reconhecido no mercado de produtores de minério de ferro devido a qualidade das reservas (alto teor de Ferro) e a eficiência na Logística. Vale

ressaltar que o minério de ferro é uma matéria prima base de grande valor comercial, que está presente em praticamente todo e qualquer bem durável e não durável de utilidade na vida humana.

A China é o principal comprador do ferro produzido no Brasil: Em 2012 comprou 45% do produto brasileiro. É estimado que esse país, até 2020, compre 400 milhões de toneladas/ano desse minério, sendo que 30% será do Brasil. Na Figura 3 apresenta-se a distribuição dos principais compradores de ferro do Brasil no ano de 2012.

Figura 3: Principais países compradores do minério de ferro brasileiro em 2012



Fonte: IBRAM (2012)

A exploração do minério de ferro é finita, pois se trata de recurso não renovável. Em média um projeto de exploração de mineração tem vida útil de 20 a 50 anos tempo necessário para exaurir o recurso (TMDACRUZ, 2010). Minas Gerais, o maior estado do Brasil de produção de minério de ferro, mapeou em 2016 as Minas Paralisadas e Abandonadas no Estado, registrando 400 minas no total (169 abandonadas e 231 paralisadas) (FEAM, 2016).

Do ponto de vista do conceito de Desenvolvimento Sustentável "desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987), a exploração do minério é um empreendimento conflituoso, pois economicamente tem uma grande movimentação econômica, mas estabelece dependência financeira dos municípios com o setor e provoca a

degradação ambiental (FEAM, 2016). Isso sem avaliar a finitude desse recurso e a responsabilidade desses empreendimentos com as gerações futuras.

Este estudo se propõe a analisar as informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade pelo setor de mineração brasileira quanto aos riscos divulgados nas DF proveniente da exploração desse recurso finito, especificamente os passivos contingenciais registrados ou divulgados, e verificar a transparência na elaboração dessas informações nos Relatórios de Sustentabilidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um número crescente de empresas vem incorporando a Responsabilidade Social Corporativa - RSC em suas estratégias porque desejam explorar o resultado das ações implementadas para conquistar segmentos de mercado, novos mercados locais, possibilidades de negociação globalizada e reputação socioambiental para legitimar seu negócio. As decisões, ações e programas das empresas que embasam a RSC são divulgadas em relatórios de sustentabilidade, no Brasil de forma voluntária, para os *stakeholders*.

Neste capítulo será examinada a literatura relevante sobre transparência; relatórios de sustentabilidade (RS), os modelos de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, as características dos respectivos relatórios de sustentabilidade e pesquisas acadêmicas sobre RS; e Demonstração Financeira. Como suporte teórico da administração, serão considerados as teorias da legitimidade e dos *stakeholders*. Com base nos estudos bibliográficos também são apresentados os elementos considerados úteis para realização do estudo documental a ser realizado a posteriori.

### 2.1 TEORIA DO STAKEHOLDERS

Para Berman e Johnson-Cramer (2019), as pesquisas sobre *stakeholders* trazem no seu núcleo comum que as empresas devem ser analisadas no contexto de seus relacionamentos com os *stakeholders*, e que esse entendimento deve crescer a partir da interação científicas entre ideias normativas e sociais.

Para os estudiosos pragmáticos, a Teoria dos *stakeholders* é sobre como envolver os *stakeholders* e criar valor para eles (FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018). Em linha, Retolaza, Ruiz-Roqueñi e San-Jose (2015) enfatizam que a geração de valor passa pelo processo que envolve todo o conjunto de *stakeholders*.

Contudo, Miles (2017) afirma que a Teoria do *Stakeholders* está sujeita a múltiplas interpretações e aplicações da ética nos negócios, responsabilidade social corporativa, gestão estratégica, governança corporativa e finanças, e que embora exista profusão de definições que indicam a riqueza teórica e aplicação multi-contextual, esta característica também é um problema.

Freeman, Phillips e Sisodia (2018) afirmam que a Teoria dos Stakeholders está intimamente ligada à ideia de estratégia desde o seu início, o qual visava a formulação de políticas e estratégias de negócios mais eficazes.

Os elementos distintivos da teoria do Stakeholders incluem atores humanos e suas interações no processo de criação de valor e comércio em um ambiente turbulento, incluindo o alinhamento de valores, normas e ética como mecanismos para um florescimento eficiente e eficaz dentro e entre organizações, sendo caracterizada, dessa forma, uma concepção mais humanista do negócio como veículo para a cooperação humana alcançar resultados que não seriam atingíveis de outra forma (FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018).

Para Freeman, Phillips e Sisodia (2018), o problema central que a Teoria do *stakeholders* busca resolver é a diferença entre uma cadeia de valor (linear e singularmente focada no valor financeiro) e uma rede de valor (que inclui a importância de propósitos e valores compartilhados), ou seja, cada parte interessada contribui para o florescimento coletivo e cada um também deve se beneficiar para o sistema continuar florescendo.

Freeman, Phillips e Sisodia (2018) esclarecem que o comportamento de um sistema é afetado por suas partes constituintes (*stakeholders*) e as relações entre essas partes e seu propósito. Para Freudenreich, Lüdeke-Freund e Schaltegger (2019), a criação de valor com os *stakeholders* requer não apenas um objetivo conjunto, mas também uma apreciação das contribuições ativas das partes interessadas.

Porém, as empresas estão reconhecendo a necessidade de elaborar e servir a seu próprio propósito superior, além da necessidade de fornecer a um objetivo compartilhado. Esse objetivo compartilhado serve a função crítica de alinhar todos os detentores do negócio em torno desse propósito. Na ausência de um objetivo compartilhado articulado, as empresas voltam ao objetivo padrão maximização de lucro (FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018).

Retolaza, Ruiz-Roqueñi e San-Jose (2015) destacam o “problema de Jensen de governança” que discute sob a ótica da Teoria da Agência em conjunto com Teoria do *stakeholders* a questão do agente precisar responder a um conjunto de *stakeholders* com diversas e, em grande medida, opostos interesses, será praticamente impossível estabelecer controle efetivo sobre as ações desses agentes.

Entretanto, Freeman, Phillips e Sisodia (2018) ressaltam que essa mesma tensão reflete um ponto de conexão e interdependência que pode gerar um diferencial para os gestores, e enfatizam que ter um objetivo e valores compartilhados transcende e geralmente neutraliza interesses aparentemente concorrentes.

Outro ponto de tensão da Teoria é a definição sobre quais grupos realmente contam como *stakeholders* de uma determinada empresa (BERMAN; JOHNSON-CRAMER, 2019; FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018; FREUDENREICH; LÜDEKE-FREUND; SCHALTEGGER, 2019). Para este ponto, Miles (2017) acrescenta que a academia contesta a

demonstração de como o conceito deve ser interpretado na prática, devido à diferentes pesos atribuídos a vários componentes de um conceito, variando conforme ideologia, posicionamento social do pesquisador.

Os sistemas de classificação se baseiam em agrupamento de semelhança e ordenação, auxiliando na investigação científica (MILES, 2017). Berman e Johnson-Cramer (2019) esclarecem que campos das finanças passando pela ciência política e chegando ao ensino da engenharia, adotaram o termo *stakeholders* para descrever grupos constituintes aos quais organizações devem ser responsáveis. Os grupos de *stakeholders* incluem clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, agentes locais (comunidades) e gerentes, mas não se limitam somente a esses grupos (BERMAN; JOHNSON-CRAMER, 2019), outros estudos analisam pela forma como as ações das empresas afetam e são afetadas pela participação dos *stakeholders* (MAINARDES et al., 2011), ou com base na criação de valor (com e para quem o valor é criado) (FREUDENREICH; LÜDEKE-FREUND; SCHALTEGGER, 2019), ou pela multidimensionalidade (MILES, 2017), para citarmos algumas das formas de classificação.

Miles (2017) destaca que a maturidade da classificação para a Teoria do *stakeholders* ocorrerá com o refinamento e foco da delimitação do *stakeholders* alinhado ao contexto.

Para Freeman, Phillips e Sisodia (2018), a unidade de análise mais útil para os negócios são os relacionamentos com *stakeholders* e as interconexões, enquanto que a análise mais comum é sobre o resultado econômico. Para os autores o foco apenas no valor criado aos investidores é restritivo quando se analisa a construção de uma grande empresa. Os autores enfatizam que valores e propósitos compartilhados, numa orientação de longo prazo e de forma consciente, constrói confiança e promove agilidade no sistema o que proporciona uma maior criação de valor para as organizações. Em linha, Freudenreich, Lüdeke-Freund e Schaltegger (2019) afirmam sobre impossibilidade de gerir negócios sem relacionamentos sólidos com *stakeholders* internos e externos.

A contabilidade social ou integrada pode ser uma ferramenta útil para os *stakeholders* para se estabelecer o monitoramento dos interesses de todos *stakeholders*. Para tanto, Retolaza, Ruiz-Roqueñi e San-Jose (2015) enfatizam a importância de se avançar na pesquisa sobre a elaboração de novas ferramentas que permitam a objetificação do valor social ou do valor integrado gerado por organizações, como os Relatórios de Sustentabilidade, onde ficará mais simples objetivar controle sobre agentes em relação ao valor criado para todo o corpo *stakeholders*.

Deegan (2019) observa que há diferenças entre a comunicação de organizações por meio de Relatórios de Sustentabilidade dentro do contexto de país em desenvolvimento, em oposição

ao contexto do país desenvolvido, pode ser vinculado a influências reguladoras, culturais/cognitivas e normativas que representam a natureza institucional dos respectivos ambientes sociais. Outrossim, destaca o aparente poder da mídia (neste caso, mídia impressa) na criação de preocupações para a sociedade e, posteriormente, para os gerentes, e em última análise, pode gerar reações estratégicas de divulgação por parte dos gerentes (DEEGAN, 2019).

Por fim, a teoria adota uma abordagem onde reconhece que existem elementos cooperativos e competitivos para essas relações econômicas e que esses elementos se relacionam tanto em função dos comportamentos dos *stakeholders* como por ações efetivadas e que as percepções de justiça dos *stakeholders* impacta da eficiência e efetividade das ações (FREEMAN; PHILLIPS; SISODIA, 2018).

## 2.2 TRANSPARÊNCIA

A transparência é uma área de pesquisa cada vez mais proeminente que oferece informações valiosas para estudos organizacionais (ALBU; FLYVERBOM, 2019; HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

Apesar de uma ampla aceitação de que é preciso unir esforços na sociedade pela sustentabilidade, ainda há debate sobre como melhor definir e descrever o desenvolvimento sustentável, em especial, os da empresa, e principalmente, por meio de estratégias aceitáveis pelos *stakeholders*. Uma parte importante de qualquer uma dessas estratégias é a transparência e os requisitos de publicação de um relatório de sustentabilidade.

Muitos projetos sociais contemporâneos, que vão desde a democratização de governos e organizações para a promoção e implementação de iniciativas de responsabilidade social corporativa, geralmente assumem que a transparência pode orientar efetivamente o comportamento individual e coletivo em direção a objetivos desejáveis. Estes objetivos incluem responsabilizar os funcionários públicos eleitos ou nomeados e tornar processos de negócios mais eficientes, responsáveis e ambientalmente sustentáveis, para o benefício da sociedade em geral (HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

Baraibar-Diez, Odriozola e Sánchez (2017) afirmam a falta de estudos em profundidade sobre o conceito de transparência devido a sua natureza multidisciplinar e interdisciplinas, o que coaduna com uma compreensão mais complexa. Hansen, Christensen e Flyverbom (2015) entendem que nas ciências sociais o conceito de transparência está atrelado a tornar visível ou legível por meio de dispositivos materiais de vários tipos. No entanto, Albu e Flyverbom (2019) e Baraibar-Diez, Odriozola e Sánchez (2017) esclarecem que existe uma extensa e valiosa



literatura sobre transparência em várias disciplinas acadêmicas da ciência social como contabilidade e finanças, economia, gestão de recursos e gerenciamento e ética nos negócios, ciência e tecnologia, organização, computadores e informação, mas não restrito a esse campo, observa-se uma expansão das discussões no campo da filosofia, sociologia e linguística.

Albu e Flyverbom (2019) realizaram uma revisão da literatura onde levantam uma estrutura de abordagem dos estudos da academia sobre transparência. Os autores identificaram que transparência passou a significar muitas coisas diferentes, no entanto eles buscaram mapear essas variedades articulando as diferentes concepções, condições, e consequências da transparência conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Estrutura das abordagens teóricas da Transparência Organizacional

Dimensões	Forma Analíticas	
	Abordagem de Verificabilidade	Abordagem de Performatividade
<b>Concepções</b>	Divulgação de informação	Processo Social
	Schnackenberg and Tomlinson (2016) Berglund (2014) Jordan, Peek, and Rosengren (2000) Bushman et al. (2004)	J. Roberts (2009) Fenster (2006) Birchall (2011) Albu and Wehmeier (2014)
<b>Condições</b>	Qualidade e Quantidade de Informação	Conflitos, tensões e negociações
	Observáveis	Sigilo e Opacidade
	Gray and Kang (2014) Bernstein (2012); Connelly, Certo, Ireland, and Reutzel (2011) Danker (2013); Henriques (2007)	Tsoukas (1997) Rubio and Baert (2012) Heald (2006a) Christensen and Cheney (2015)
<b>Consequências</b>	Clareza, eficiência, confiança, Melhor Conduta	Paradoxos, enquadramento e Gestão de Visibilidade
	das Neves and Vaccaro (2013) Arellano-Gault and Lepore (2011) Coombs and Holladay (2013) Norman, Avolio, and Luthans (2010)	Flyverbom, Leonardi, Stohl, and Stohl (2016) Garsten and De Montoya (2008 <sup>a</sup> )

Fonte: Albu e Flyverbom (2019, p. 282) (tradução nossa)

Albu e Flyverbom (2019) compreendem que os estudos no campo estão divididos em duas abordagens: Verificabilidade e Performatividade. A abordagem de verificabilidade da transparência se concentra em como as informações são divulgadas e sistematizadas para verificar um estado de coisas específicas, essa conceituação parte da premissa de que, ao disponibilizar mais informações, podem-se regular comportamento e melhorar os assuntos organizacionais e sociais através de processos de verificação. Em contraste, as abordagens de performatividade enfatizam a complexidade dos processos de comunicação e interpretação e foco nas complicações e paradoxos gerados por projetos de transparência.

Na abordagem de verificabilidade se as informações são divulgadas, é possível identificar dados semelhantes, dando a condição de avaliar sua legitimidade e agir de acordo. Com o foco na qualidade e quantidade de informações, tais abordagens consideram a transparência uma questão de demonstrar via divulgação certificando que. Nesse caso são divulgados os *stakeholders* parceiros na ação, sem apontar se há locais envolvidos; o dado seja verdadeiro, preciso ou justificado (ALBU; FLYVERBOM, 2019).

A abordagem de performatividade considera processos de comunicação complexos e dinâmicos, em vez de transmissões simples e diretas de informações (ALBU; FLYVERBOM, 2019). Nessa abordagem é preciso identificar os processos comunicativos e os fatores mediadores que sustentam transparência. Ao fazê-lo, mostramos particularmente como este último complica muito as suposições do primeiro (FENSTER, 2015; ALBU; FLYVERBOM, 2019). Os projetos de transparência não bastam apenas revelar e iluminar (verificar) através da informação; eles também envolvem processos de comunicação complexos que produzem novas realidades; isto é, eles são performativos. Incluem um foco em como processos de comunicação, tecnologias e práticas sociais mediam e moldar os esforços de transparência (ALBU; FLYVERBOM, 2019).

Hansen, Christensen e Flyverbom (2015) também fazem um estudo teórico sobre os diversos conceitos de transparência e os classifica em três grupos: Paradoxos, Mediação e Governança. A noção de paradoxo permite reconhecer como a própria busca pela transparência produz novas dimensões de opacidade e obscuridade, já o foco na mediação e governança enfatiza tamanhos respectivamente que a transparência é sempre e inevitavelmente por monitoração e esses desempenham um papel importante no processo de gerenciamento e governança das organizações contemporâneas.

A Transparência como Paradoxo os atores sociais demonstram intenções sinceras e inequívocas de produzir clareza, insight, responsabilidade e outros efeitos positivos, dimensões ocultas ou "mais escuras" acompanhar a busca por práticas como seleção, enquadramento, poses e exibição (CHRISTENSEN; MORSING; THYSSEN, 2011; HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015). A preocupação com tais complexidades e consequências não intencionais tem estado amplamente ausente nas abordagens normativas (HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

A Transparência como Mediação é um fenômeno intrigante, porque é um estado ideal e não final. Como tal, é efêmero e está sempre em formação. Observa-se a crescente importância de técnicas e dispositivos materiais como os de auditoria que são etimologicamente fundamentados em várias formas de observação que visam restaurar confiança nas organizações

tornando-as mais transparentes. Ao mesmo tempo, essas técnicas pressupõem uma mentalidade de desconfiança na organização e nos profissionais. Na atualidade, a monitoração está sendo cada vez mais substituída por tecnologias de mediação automatizadas (HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

A Transparência como Governança é descrita pelo modelo principal-agente (HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015; PRAT, 2006). A premissa regulatória básica do modelo, portanto, é a assimetria de informação. Quando a assimetria de informação é vantajosa para o agente, pode levar à abuso de governança e falhas de mercado. No entanto, de acordo com a teoria, esses problemas podem ser remediados com uma dose de transparência. Para tanto, existem poderosos controles sociais presentes nos relacionamentos (transparência social e pública) e para funcionar as pessoas precisam saber como os outros comportam-se, visibilidade direta, ou pelo menos acreditar que sabem. Formas de transparências são as demonstrações financeiras auditadas, divulgação de campanhas políticas, advertências sobre materiais perigosos, etiquetas nutricionais, entre outros (HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

Frente ao exposto, este estudo considera o conceito de transparência numa abordagem de verificabilidade, entende que a transparência é um modo de divulgação de informações, que tem como finalidade a prestação de contas e pressupõem que o elemento essencial da transparência tem sua base na confiança das relações inter e intra-organizacionais mediadas por instrumentos passíveis de análise e controle pelas partes interessadas.

Desta forma, a comunicação de "aspectos negativos", em particular, comprometem a legitimidade corporativa se percebida pelas partes interessadas como não estando em conformidade com as normas sociais e valores (HAHN; LÜLFS, 2014).

Para fins conceituais, utilizará a definição de transparência dos autores Tapscott e Ticoll (2005, p. 23): “Transparência é a acessibilidade, para os *stakeholders*, às informações institucionais referentes a assuntos que afetem seus interesses”.

### ***2.2.1 Qual o Mecanismo de Transparência?***

Baraibar-Diez, Odriozola e Sánchez (2017) pesquisaram os conceitos de transparência e concluíram sobre a indispensabilidade dela como aspecto intrínseco na estratégia de negócios. Os autores identificaram duas abordagens de análise onde apresentam mecanismos capazes de aferir a transparência, são eles: por conteúdo e por contexto.

Quanto ao conteúdo, a transparência é identificada pelos autores com dupla natureza: como um meio e como um fim. Meios implica deliberação e escolha, por exemplo: um meio para reduzir a corrupção e a influência de conflitos, fortalecer a natureza democrática das instituições e a confiança do público, valor ao consumidor e à concorrência, reputação e menor risco ou menor custo de capital. Enquanto o fim é algo que se deseja ou almeja, por exemplo estratégias, políticas e ações transparentes; está relacionada à disponibilidade de informações, as características dessas informações como qualidade e quantidade ou a falta de assimetria da informação. Implica um novo desafio para os gerentes em termos de como obter transparência, a fim de ser um meio para alcançar outro final (por exemplo, desempenho superior) (BARAIBAR-DIEZ; ODRIOZOLA; SÁNCHEZ, 2017).

A transparência é sensível ao contexto. O contexto é definido como o conjunto de circunstâncias ou fatos que cercam uma situação. Fornece as informações relativo ao qual o público interpreta o ato de fala (ALMOTAHARI; GLICK, 2010; BARAIBAR-DIEZ; ODRIOZOLA; SÁNCHEZ, 2017). Muitos agentes podem ser envolvidos: diferentes emissores de informação (instituições, governos, empresas, líderes, entre outros), diferentes receptores informações (cidadãos, investidores, partes interessadas) e diferentes tipos de informações (informações macroeconômicas; financeira; ambientais, sociais e de governança). Esta abordagem fornece uma visão importante da gestão organizacional, mostrando que a transparência está entrelaçada com todos os componentes e sistemas organizacionais do processo de gestão estratégica (missão, análises dos ambientes externo e interno, objetivos, escolha estratégica, implementação da estratégia, táticas, operações, controle e ajustes), mostrando que o compromisso com a transparência é uma decisão estratégica e essencial para a implementação de outras políticas (BARAIBAR-DIEZ; ODRIOZOLA; SÁNCHEZ, 2017; YAKHOU; DORWEILER, 2004). Assim, ter um entendimento mais abrangente e sutil permite que as organizações não sejam pegas de surpresa no jogo estratégico, facilitando a sustentabilidade na implementação da transparência (BARAIBAR-DIEZ; ODRIOZOLA; SÁNCHEZ, 2017).

Para a *Global Reporting Initiative* (GRI) a abordagem padronizada do RS é um instrumento para indicar a transparência. No caso dos relatórios da GRI, os mesmos são elaborados com base em diretrizes que contemplam marcos internacionais relevantes, denotam grau de transparência e consistências necessários para aumentar a confiança do mercado e da sociedade (GRI, 2013a).

Os relatórios de sustentabilidade corporativa são, geralmente, voluntários, e, portanto, propenso a interpretações. Eles devem fornecer uma imagem completa e equilibrada da sustentabilidade corporativa, incluindo seu desempenho e manutenção (HAHN; LÜLFS, 2014).

### 2.2.2 Elementos que caracterizam a Transparência

A transparência está associada ao compartilhamento de informações e a qualidade percebida das informações compartilhadas (ALBU; FLYVERBOM, 2019).

Para garantir a transparência, os relatos se pautam em princípios, estes são fundamentais devendo ser observados pelas organizações. A GRI, versão G4, divide os seus princípios em dois tipos: a) para definição de conteúdo (4 princípios) e b) para assegurar a qualidade (6 princípios); num total de 10 princípios (GRI, 2013a). Além de fornece diretrizes padronizadas de relatórios desafiando as empresas a reportar positivo e negativo aspectos do desempenho de sustentabilidade de uma organização (HAHN; LÜLFS, 2014).

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), utiliza um conjunto de oito critérios chamados de Princípios Bellagio STAMP para Avaliação da Sustentabilidade elaborado por um conjunto de profissionais que visam estabelecer medição da sustentabilidade. Eles foram projetados para avaliar estruturas existentes e foram amplamente testados pela academia.

D'Áquila (2018) destaca um conjunto de 9 critérios apresentado pela *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) para avaliar a métrica quando da elaboração do RS.

No Quadro 2 são apresentados os critérios e princípios utilizados quando da elaboração do RS.

Quadro 2: Princípios norteadores para elaboração Relatório de Sustentabilidade

<b>Princípios GRI (G4)</b>	<b>Princípio Bellagio STAMP</b>	<b>Crítérios da SASB</b>
1 – Inclusão de <i>stakeholders</i>	1 – Visão Orientadora	1 – Representação Justa
2 – Contexto de Sustentabilidade	2 – Considerações essenciais	2 – Útil
3 – Materialidade	3 – Escopo adequado	3 – Aplicável
4 – Completude	4 – Enquadramento e indicadores	4 – Comparável
5 – Equilíbrio	5 – Transparência	5 – Completo
6 – Comparabilidade	6 – Comunicação Eficaz	6 – Verificável
7 – Exatidão	7 – Ampla participação	7 – Alinhado
8 – Tempestividade	8 – Continuidade e Capacidade	8 – Neutro
9 – Clareza		9 – Distributivo
10 – Confiabilidade		

Fonte: Elaboração Própria

Para Tschopp e Huefner (2015), os relatórios de RSC estão sendo utilizados pelo mercado como um mecanismo para trazer mudanças. Para tanto, eles devem ter como qualidades necessárias a comparabilidade e consistência.

Para Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), numa concepção mais simples, a estrutura de um relatório de sustentabilidade é composta por indicadores, índices, modelos conceituais, princípios, critérios, objetivos, políticas, entre outras.

Tapscott e Ticoll (2005, p. 23) dividem a Transparência em dois tipos: Ativa e Forçada.

A ativa ocorre quando as empresas decidem conscientemente ser transparentes para atingir metas de negócios. Declarações formais, como informativos à imprensa, relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade, são um elo vital na cadeia de transparência ativa. (...) Ela se evidencia nas páginas na Web, na publicidade, nos eventos institucionais e nas entrevistas à mídia (...) Sempre que a empresa e seu pessoal fazem alguma coisa, transmitem as prioridades e valores da organização, aceitando todas as consequências de seus atos.

A transparência forçada surge quando a transparência é imposta às empresas pelos *stakeholders* ou pela mídia.

Os autores Tapscott e Ticoll (2005) propõem uma análise da transparência numa matriz de Transparência das Empresas versus Ativismo dos *stakeholders*. Eles compreendem que essa a forma como essa relação é estabelecida tem como consequência a valoração e legitimidade da empresa na sociedade.

A promoção da responsabilidade institucional e corporativa e a promoção dos direitos das partes interessadas, combinada com as ações corporativas e escândalos institucionais, obrigam as organizações a considerar pelo menos estratégias de transparência para uma ampla gama de questões relacionadas à ética, importância e política (ALBU; FLYVERBOM, 2019; HESS, 2007).

Para Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), é preciso ter o objetivo da sustentabilidade como visão norteadora quando da elaboração do RS. Esse ponto tanto é ressaltado nas diretrizes da GRI como pelos princípios da Bellagio STAMP. Cabe destacar que o poder do conceito de sustentabilidade está em sua capacidade de integrar economia, pessoas e meio ambiente em tomada de decisão prospectiva (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014; HODGE, 1997).

D'Àquila (2018) destaca as orientações da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) para a eficácia da divulgação é necessário ser específica, para tanto recomenda que as empresas combinem métrica com narrativas para aprimorar a precisão e a comparabilidade.

Desta forma, este estudo corrobora com a visão de que normas padronizadas são significativas para o amadurecimento de relatórios e são confiáveis.

### ***2.2.3 Pontos para aprimoramento apontados na academia***

Os pontos abaixo destacados representam, primordialmente oportunidades de aprimoramento dos RS.

- Não se tem um desenho eficaz de sistemas ou estrutura de indicadores, havendo uma variedade de abordagens, denotando a dificuldade dessa tarefa (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014);
- Essa pluralidade de informação pode obscurecer a identificação de abordagens eficazes (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014);
- Há dificuldade de se agregar de desagregar indicadores pela falta de dados compatíveis e unidades de análise entre si. Para enfrentar esse problema as mineradoras estão publicando apêndices com dados adicionais (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014);
- Difícil capturar limites para avaliar a sustentabilidade, pois implica em entender componentes como paisagens, recifes, animais entre outros, de forma temporal e inter-relacionando-os, esse tipo de estudo pode ser caro e demorado (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014);
- Para se desenvolver um sistema robusto e completo de padrões de RS é preciso se debruçar sobre os seguintes desafios: Estruturas concorrente, ausência de padrões uniformes de relatórios, diferentes medidas de materialidade, medidas inconsistentes de relatórios, linguagem padronizada, a dificuldade de comparar empresa e uma disparidade entre as visões da empresa e do investidor (D'AQUILA, 2018);
- ainda existe muita deficiência de comparabilidade, consistência, confiabilidade e relevância (TSCHOPP; HUEFNER, 2015);
- as empresas relutam em relatar informações negativas (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

D'Aquila (2018) apresenta pesquisa sobre a insatisfação do mercado sobre a elaboração dos RS.

- A PricewaterhouseCoopers (PwC) afirma que quase  $\frac{3}{4}$  dos investidores são neutros ou pouco satisfeitos com práticas atuais de relatórios.
- A Securities and Exchange Commission (SEC) divulgou que 80% das cartas de comentários recebidas em 2016 estão relacionadas à sustentabilidade.

- A Sustainability Accounting Standards Board (SASB), em 2017, declara que as divulgações de sustentabilidade realizada pelas empresas têm baixa compatibilidade com as normas, sendo assim, fornecem informações inadequadas ao mercado.

Hahn e Lülfs (2014) ressaltam as estratégias de legitimação identificadas pode ser eficaz a curto prazo, a longo prazo (e especialmente se as circunstâncias ambientais – como percepção pública do impacto negativo - mudança) a manipulação da percepção dos leitores poderia criar uma "legitimidade da reação".

### **2.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE**

A teoria da Legitimidade pode ser caracterizada como uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de algumas estruturas socialmente construída com sistema de normas, valores, crenças e definições (HAHN; LÜLFS, 2014; SUCHMAN, 1995). Estabelece como premissa central que a manutenção de operações organizacionais exige que os gerentes garantam que sua organização pareça operando em conformidade com as expectativas da comunidade e, portanto, é atribuído o status de ser “legítima” (DEEGAN, 2019). A ideia por trás dessa suposição é que uma organização não possui direitos inerentes aos recursos (BORGSTEDT et al., 2019).

A teoria da legitimidade foi primeiramente aplicada nas pesquisas da área contábil no âmbito social e ambiental. Os conceitos bases dessa teoria tem como fonte aspectos de legitimidade originariamente estratégicos retirados da teoria institucional e da teoria da dependência de recursos. Torna-se uma teoria básica para muitos pesquisadores que procuram entender e explicar por que divulgações sociais e ambientais específicas estavam sendo feitas voluntariamente (DEEGAN, 2019).

A teoria propõe que se forneçam informações úteis sobre a tomada de decisões gerenciais dos processos organizacionais. Sendo assim, destaca-se a importância (e poder) das divulgações corporativas, como as feitas em relatórios anuais e outros documentos divulgados publicamente (DEEGAN, 2002). Ademais, uma das funções da contabilidade e dos relatórios da contabilidade é legitimar a existência de uma organização (DEEGAN, 2019).

Deegan (2019) faz uma avaliação da Teoria da Legitimidade desde 2002 onde esclarece que o ponto focal das pesquisas baseadas nessa teoria traz uma perspectiva estratégica; sendo que essas estratégias dependem da divulgação feita para manter ou criar congruência entre os valores organizacionais e os valores adotados pela sociedade e refletidos no contrato social entre uma organização e a sociedade (BORGSTEDT et al., 2019) estabelecem diferenças entre



estratégias de legitimidade e estratégias corporativas. A estratégia corporativa nas empresas se relacione com a empresa como um todo e agrega comportamentos planejados na empresa em relação aos seus principais objetivos, já a estratégia de legitimidade é aplicada na comunicação corporativa e visa apresentar a empresa como legítima na visão das partes interessadas.

Para Hahn e Lülfs (2014), as empresas atuam em amplo intercâmbio de relacionamentos com diferentes grupos de partes interessadas e dependem de recursos do ambiente (por exemplo, de órgãos públicos, autoridades, residentes, ativistas, clientes ou funcionários), e essas partes interessadas têm expectativas crescentes sobre como as empresas conduzem seus negócios, sendo assim é relevante para elas obter e manter a legitimidade. Deegan (2019) e O'Donovan (2002) entendem que a estratégia de legitimação dos gerentes além de obter e manter é motivada por reparar a legitimidade da organização, esclarecendo que das três a mais fácil de ser alcançada é a estratégia de “manter”. Outrossim, Borgstedt et al. (2019) ressaltam que as empresas usam combinações de estratégias num mesmo relatório.

Borgstedt et al. (2019) destacam que se uma organização não é capaz de atender às expectativas dos *Stakeholders*, perde a base de sua legitimidade. Através da divulgação voluntária, as organizações podem melhorar sua reputação (um importante recurso para elas) negociando e influenciando acionistas.

Hahn e Lülfs (2014), com base em seus estudos, compreendem que as pesquisas sobre a teoria da Legitimidade podem ser categorizadas em dois pontos de vista, que o autor chamou de Perspectiva Institucional e Desempenho Estratégicos, os quais estão sistematizados no Quadro 3.

Quadro 3: Pontos de vista da Teoria da Legitimidade

<b>Categoria</b>	<b>Conceito</b>	<b>Pesquisadores</b>
<b>Perspectiva Institucional</b>	considerada como um conjunto de crenças constitutivas; assumem que as empresas, no máximo, podem ter uma influência muito limitada sobre percepção da sociedade.	DiMaggio e Powell 1983; Meyer e Rowan 1977; Zucker 1987
<b>Desempenho Estratégicos</b>	adota uma postura mais gerencial, assumindo que a organização pode tomar ações para influenciar sua legitimidade.	Ashforth e Gibbs 1990; Dowling and Pfeffer 1975; Pfeffer e Salancik

Fonte: Elaborado com base no estudo de Hahn e Lülfs (2014)

Para Hahn e Lülfs (2014) esclarecem que a legitimidade não é um fato objetivo, está sujeito a percepção daqueles que transmitem a legitimidade. Para Deegan (2019) as expectativas da sociedade mudam com o tempo, de modo que a “legitimidade” é vista como um conceito relativo ao sistema social, à época e ao território em que a organização opera; e continua afirmando que ela se baseia nas percepções dos “Públicos relevantes” - geralmente

interpretados como “sociedade” em geral - e não necessariamente com base conduta real de uma organização.

Pode haver uma lacuna entre a conduta corporativa (e divulgação sobre essa conduta) e percepção das partes interessadas. Sendo assim, estratégias de legitimação podem ser caracterizadas como destinadas a garantir a legitimidade como um recurso valioso utilizando técnicas específicas de comunicação. Os autores afirmam que a gestão nas práticas de comunicação se concentra na quantidade ou qualidade (por exemplo, idioma e tom verbal, atribuição) da informação (HAHN; LÜLFS, 2014).

O'Dwyer (2002) e Deegan (2019) destacam que as divulgações em RS onde as informações estão sempre boas ou não são tão ruins pode não apoiar o processo de legitimidade institucional. Em linha, Hahn e Lülfs (2014) ressaltam que as estratégias de legitimação identificadas podem ser eficazes a curto prazo, mas a longo prazo, a legitimidade percebida é potencialmente ameaçada por incidentes negativos (ou que são percebidos como tendo uma conotação negativa) associados à respectiva entidade que busca a legitimidade. Por um lado, a divulgação ativa de aspectos negativos poderia colocar legitimidade corporativa em risco se os aspectos negativos não estiverem de acordo com as expectativas das sociedades sobre comportamento corporativo e desempenho. Por outro lado, não revelar incidentes negativos poderia levar a uma reação pública se os incidentes forem descobertos por terceiros independentes, denunciadores ou entidades e, dessa forma, ameaçam a legitimidade corporativa, podendo a sociedade revogar da empresa sua “licença de operação” e, assim, colocar a empresa, com aparente sucesso econômico, em risco, se perceber que a organização não está funcionando de maneira aceitável.

Os autores Hahn e Lülfs (2014) analisam as estratégias comunicadas para legitimação que as empresas usaram para relatar “aspectos negativos”, sejam impactos ambientais ou sociais, causados por atividades corporativas. Para realizar esse estudo, os autores levantaram pesquisas sobre o tema e as categorizações específicas relacionadas a esse comportamento corporativo segundo aqueles estudiosos, construindo uma sistematização reproduzida no Quadro 4.

Quadro 4: Síntese das estratégias de pesquisa da Teoria da Legitimidade

Abordagens	Fontes e Focus	Estratégias	Descrição
<b>Restaurando Legitimidade (Reativo)</b>	Benoit (1997) – Restauração de imagem	Negação	Negação de fatos ou transferência de culpa para outros
		Evasão de responsabilidade	Alegar que ocorreram incidentes negativos... - como resposta à ação de outras pessoas - devido à falta de informação ou controle sobre fatores importantes - por acidente - devido às ações realizadas com boas intenções
		Reduzir a ofensividade	Reduza a ofensividade percebida através de... - fortalecer sentimentos positivos em relação à empresa - minimizar sentimentos negativos - distinguir o ato de outras ações mais ofensivas - colocar o ato em um contexto mais favorável - atacar os acusadores - oferecer compensação
		Ação corretiva	Promessa de corrigir o problema
		Mortificação	Confessar e pedir perdão
	Suchman (1995) – Reparar a Legitimidade	Negar	Negar o problema
		Questionar	Questionando a responsabilidade moral da empresa
		Justificar	Justifique a interrupção, redefina os meios e termine retrospectivamente
		Explicar	Explicar os eventos de maneira a preservar uma visão de mundo favorável
	Cho (2009) – Táticas de comunicação	Prevenção / deflexão	Redirecionar ou desviar a atenção do público para outros problemas; reter informações
		Aviso Legal	Negação de responsabilidades
		Melhoria de imagem	Gerenciamento simbólico; vinculação da empresa a valores sociais positivos; divulgar informações de autoavaliação
	<b>Preservando a Legitimidade (Proativo)</b>	Merkl-Davies and Brennan (2007) – Gerenciamento das impressões	Ocultação (ofuscação de má notícia)
Ocultação (ênfase na boa notícia)			Manipulando informações por... - enfatizando temas positivos ou desempenho - manipulação da maneira como as informações são apresentadas - escolha de benchmarks que retratam o desempenho atual da melhor maneira possível - divulgação seletiva para retratar favoravelmente o desempenho atual
Lindblom (2010) - Divulgação Estratégica		Atribuição	Reivindicar mais responsabilidade por sucessos do que por falhas
		Comunicar mudanças	Faça ajustes internos e comunique-os
		Mudança na percepção	Demonstrar adequação da produção, medidas etc., sem fazer ajustes internos
		Associar com símbolos	Nenhuma mudança no desempenho dos negócios nem nas expectativas da sociedade, mas manipulando a percepção associando-se a símbolos com alto status legítimo

Abordagens	Fontes e Focus	Estratégias	Descrição
		Ajuste na expectativa da sociedade	Mude as expectativas externas por meio de educação e informação
	Hahn e Lülfs (2014) – Divulgação de aspectos negativos	Marginalização	renderização aspectos negativos não relevante, sem importância ou Insignificante.
		Abstração	Generalização aspectos negativos como sendo prevalente em todo (normalmente) uma indústria inteira
		Indicação de fatos	Mencionando existência de aspecto negativo
		Racionalização	Instrumental (destacando benefícios, funções ou fins)
		Teórico	Enfatizando alguma forma de " normal " ou comportamento "natural" ou desenvolvimento
		Autorização	referenciando a autoridades
		Ação Corretiva (tipo 1)	disposição imprecisa de ideias, intenção ou medidas como lidar ou evitar o aspecto negativo no futuro)
		Ação Corretiva (tipo 2)	provisão concreta de ideias, intenção ou medidas como lidar ou evitar o aspecto negativo no futuro

Fonte: Tabela 1, na íntegra, p. 6, Hahn e Lülfs (2014) (tradução nossa), acrescida da pesquisa do mesmo autor, adaptada.

Hahn e Lülfs (2014) partem das categorizações já mencionadas (perspectiva institucional e desempenho estratégico), agora realocando em formas de comunicação subdivididas em reativa e proativa, respectivamente. Compreendem que os autores da abordagem reativas (BENOIT, 1997; CHO, 2009; SUCHMAN, 1995) apontam comunicação de aspectos negativos que já causaram danos a legitimidade, não sendo muito adequados para uma divulgação voluntária como orientado pela GRI. Autores da abordagem proativa (MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2007; LINDBLOM, 2010) têm propostas bem distintas, sendo que o conjunto apresentado por Lindblom (2010), oferece estratégias mais equilibradas para o relato de aspectos negativos na divulgação da sustentabilidade, quando comparado às propostas por Merkl-Davies e Brennan (2007), que são tendenciosas e buscam desviar a atenção do fato negativo.

Os estudos com base na teoria da legitimidade trazem evidências importantes sobre as divulgações de RS onde se pode inferir que os RS são muitas vezes feitos pelos gerentes por razões relacionadas à sobrevivência e à lucratividade, e não por razões para demonstrar objetivamente a responsabilidade adequada e a responsabilidade associada aos impactos sociais e ambientais criados por uma organização (DEEGAN, 2019).

Deegan (2019) e Deegan, Rankin, Tobin (2002), alertam que as divulgações legitimadas são prejudiciais para a comunidade e outros habitantes do planeta, pois os gerentes das organizações apenas respondem com relatórios de sustentabilidade se surgirem preocupações

da comunidade/partes interessadas, talvez pela mídia, o que significa que as divulgações não têm nada a ver diretamente com percepções ou julgamentos gerenciais sobre responsabilidade social corporativa.

Deegan (2019) critica o fato dos RS continuarem predominantemente voluntário tendo em vista as evidências que sugerem a falta de responsabilidade que muitas organizações demonstram aos impactos sociais e ambientais que suas operações causam, ademais os reincidentes achados dos pesquisadores sobre as práticas das organizações de realizarem relatos tendenciosos.

## **2.4 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE - RS**

A comunicação da Responsabilidade Social Corporativa - RSC tornou-se uma prioridade para as empresas como garantida satisfação das demandas das partes interessadas. Conforme Ihlen, Bartlett e May (2011), existe uma grande variedade de alternativas para construir a informação sobre RSC a ser divulgada. Neste estudo serão analisados os Relatórios de Sustentabilidade, divulgações que permitem identificar, mensurar e divulgar o desempenho sustentável das organizações demonstrando aos interessados os impactos proveniente da aplicação de suas ações na perspectiva socioambiental (como alterações climáticas, questões de direitos humanos, e outros); que comuniquem sobre os riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade e que apresentem estratégias que vão além da perspectiva financeira, contemplando questões sociais e ambientais (BITARELLO, 2012).

Os relatórios de sustentabilidade - RS podem ser encontrados com outras nomenclaturas como Relatório Anual de Sustentabilidade, Relatório Anual, Relatório Socioambiental, Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, Relatório Integrado Anual e Relatório Integrado (RIZZI; MAZZIONI, 2017), Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Relatórios Ambientais (MONTEIRO; FERREIRA, 2007). Eles são considerados uma ferramenta importante como estratégias de legitimação corporativa (ROSA et al., 2012).

### ***2.4.1 Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade.***

Tschopp e Huefner (2015), em seu estudo bibliográfico descreve três fases de evolução dos relatórios modernos de RSC (2003).

A primeira fase começou por volta de 1970, com o surgimento de relatórios de lavagem "usados em campanhas de ecomarketing" (BLACCONIERE; PATTEN, 1994; NEU;

WARSAME; PEDWELL, 1998; PATTEN, 1992; TSCHOPP; HUEFNER, 2015). No entanto, esses relatórios forneceram pouco em termos de informações úteis à medida que não incluíam informações relevantes e dados comparáveis.

Os primeiros relatórios de RSC nas décadas de 1970 e 1980 eram mais como campanhas de marketing destinadas a melhorar o desempenho público aceitação e incluía pouco em termos de substância. (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

A segunda fase do relatório começou por volta de 1990 quando relatórios mais quantificáveis e verificáveis estavam sendo emitidos (MARLIN; MARLIN, 2003; TSCHOPP; HUEFNER, 2015). Relatórios de RSC do Body Shop (1988), Ben & Jerry's (1988) e Shell Canadá (1991) são vistos como pioneiros nesse esforço (MARLIN; MARLIN, 2003; TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Para Tschopp e Huefner (2015), relatórios vieram à tona novamente na década de 1990, quando as empresas usaram relatórios de RSC como controle de danos. Por exemplo, a Shell Canada foi uma das primeiras empresas a usar relatórios de RSC como parte de seu marketing estratégico campanha (PROPHET, 2004 apud TSCHOPP; HUEFNER, 2015). A Exxon-Mobil usou o relatório de RSC após o derramamento de óleo de Valdez (LOPEZ, 2009), assim como a Nike após acusações de violar os padrões de trabalho infantil em Sudeste Asiático (DIEZ, 2011, apud TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

A terceira fase do relatório de RSC envolve uma abordagem das partes interessadas e requisitos específicos de relatórios de RSC (por exemplo, o Relatório de Sustentabilidade da GRI Diretrizes em 2000) (MARLIN; MARLIN, 2003), o aumento de investidores a investimentos socialmente responsáveis e fundos aumentou a demanda por essas informações (ADAM; SHAVIT, 2008).

Os relatórios atuais abrangem uma ampla variedade de tópicos, incluindo questões sociais, filantropia, saúde, sustentabilidade, e questões ambientais. Alguns padrões abordam apenas sociais, enquanto outros cobrem apenas questões ambientais. Alguns padrões são de natureza geral, enquanto outros têm requisitos de relatórios mais específicos. Alguns padrões mais se assemelham a diretrizes ou recomendações, enquanto outros possuem critérios específicos para certificação ou fins de relatório (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Os RS são mecanismos voluntários no Brasil. Contudo, várias pesquisas têm apontado o crescimento dessa publicação. Os estudos da *Governance and Accountability Institute* (GAI) realizadas com empresas *Standard & Poor's 500* - S&P 500 indicam que 81% publicaram em 2015 e em 2011 eram menos de 20%. A *Corporate Register* divulga que 2016 mais de 13.000

empresas haviam produzidos mais de 80.000 relatórios globalmente; e a KPMG traça que o porte das empresas que publicam RS em todo o mundo são de grande e médio.

No entanto, tem havido legislação recente em alguns países, particularmente na Europa regulamentando sobre a publicação de relatórios de RSC, a saber:

- Em 1995, a Dinamarca aprovou uma legislação ‘Contas Verdes’ que exige a emissão de relatórios de RSC de cerca de 3.000 empresas que tiveram um impacto ambiental significativo (FROST, 2007; TSCHOPP; HUEFNER, 2015).
- Em 1998, a Noruega passou a Lei de Contabilidade que exige que todas as empresas divulguem saúde, informações ambientais e de segurança em seus relatórios (ENVIROREPORTING, 2013 apud TSCHOPP; HUEFNER, 2015).
- Em 2003 a Assembléia Nacional da França estabeleceu como parte de sua *Nouvelles Régulations Economiques* a exigência que empresas públicas preparassem relatórios de RSC (HUSSER et al., 2012; TSCHOPP; HUEFNER, 2015).
- Em 2011, a França adicionou requisitos internacionais de relatórios de RSC nos termos do artigo 225 (HUSSER et al., 2012; TSCHOPP; HUEFNER, 2015).
- Bélgica e o Reino Unido (Reino Unido) seguiram desde então com Requisitos de relatório de RSC. No Reino Unido, os fundos de pensão devem divulgar como as questões sociais e ambientais são tomadas em consideração nas decisões de investimento (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Existem poucos exemplos de relatórios obrigatórios de RSC na Europa, mas a comunicação voluntária de informações sobre RSC está crescendo (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

A quantidade de relatórios de RSC nos países menos desenvolvidos ainda não são abundantes. Existem vários fatores para explicar esse dado: a falta de regulamentação de divulgação, baixa pressão social (ARAYA, 2006; TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

*Global Reporting Initiative's (GRI) G3, standards, AccountAbility's AA1000 Series, and the United Nations (UN) Global Compact's Communication on Progress (COP)* representam as mais amplamente padrões internacionais reconhecidos que envolvem relatórios sobre questões sociais e ambientais, listados *CorporateRegister.com*, uma web global de recursos de RSC site, que se anuncia como o maior online do mundo diretório de relatórios de RSC (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Na atualidade, a motivação está também impulsionada pela necessidade de comunicação com o mercado de capitais e tem a ver com a reputação da empresa e com a liquidez das ações e redução do custo de capital (COELHO et al., 2013; DANTAS et al., 2005; RIZZI; MAZZIONI, 2017). Estes instrumentos auxiliam o mercado a tomar decisões mais esclarecidas sobre as empresas, que vão além da perspectiva econômica, contemplando as esferas social e ambiental sendo úteis aos governos para estabelecerem formas de medir o progresso frente aos desafios do desenvolvimento sustentável e podem, ainda, servir como ferramenta de criação de valores sustentáveis (CALIXTO, 2013; COELHO et al., 2013).

De acordo com levantamento realizado por Bitarello (2012), os Relatórios de Sustentabilidade (RS) eram elaborados por 95% das 250 maiores empresas do mundo e no Brasil por 88% das maiores empresas nacionais.

O processo de divulgação destes relatórios expõe como uma empresa gerencia os impactos de sua produção e/ou serviço sobre o meio ambiente e sobre a sociedade (CORMIER; GORDON; MAGNAN, 2004; DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006; HASSELDINE; SALAMA; TOMS, 2005; RAHAMAN; LAWRENCE; ROPER, 2004; ROSA et al., 2012). Estes documentos tem os seus conteúdos construídos com base em três principais impactos: social, ambiental e econômico, chamado de *Triple Bottom Line* (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; CAPRAR; NEVILLE, 2012; ELKINGTON, 1998), durante um dado ano financeiro (RODRÍGUEZ-ARIZA; ACEITUNO; RUBIO, 2014), sendo a integridade das informações de responsabilidade da empresa (ROSA et al., 2012).

Como falado no capítulo anterior, no item de contextualização, as diretrizes para a elaboração dos RS referenciam normas e convenções internacionais, tais como as convenções da *International Labor Organization* – ILO (BITARELLO, 2012), Pacto Global; Objetivos do Milênio, Principio de Equador (GREENMOBILITY, 2008).

Os RS são divulgações voluntárias que as organizações publicam com regularidade que a direção definir, assim como podem decidir o modelo que preferem reportar. No Quadro 5 são apresentados os principais modelos de elaboração dos RS utilizados pelas organizações para avaliar a responsabilidade social e ambiental das empresas.



Quadro 5: Modelos de relatórios para reportar a RSC

	<b>MODELO</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
1	<b>GRI - Global Reporting Initiative</b>	1997 - <i>Global Reporting Initiative</i>	Modelo para elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização, considerando as questões práticas enfrentadas pelas organizações independentes do tamanho e setor, seus indicadores foram acordados globalmente por vários <i>stakeholders</i> (GRI, 2017?).
2	<b>Balanco Social</b>	1997 – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE	Apresenta indicadores sociais internos, do corpo de colaboradores, questões ambientais e sobre o exercício de cidadania empresarial identificando indicadores por segmentos de empresas (TINOCO; KRAEMER, 2004).
3	<b>Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis</b>	1998–Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Está subdividido em quatro dimensões: (a) Visão e estratégia; (b) governança e gestão; (c) social e (d) ambiental visando demonstrar a incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social ao negócio (INSTITUTO ETHOS, 2013).
4	<b>ISAR/UNCTAD</b>	1998 - Grupo de Trabalho intergovernamental apoiado pela ONU	Modelo de evidenciação da informação ambiental objetivando uma maior divulgação nos relatórios contábeis (MONTEIRO; FERREIRA, 2007).
5	<b>Demonstração do Valor Adicionado – DVA</b>	2007 – Legislação Brasileira	Informa o valor financeiro agregado pela empresa e como esse montante foi distribuído aos acionistas, empregados, governo e financiadores. É um demonstrativo obrigatório (lei 11.638/2007) e orientado pela Normas Brasileiras de Contabilidade para as empresas tipo Sociedade Anônima. Há autores que consideram as informações apresentadas insuficientes para considerá-lo um balanço social (TINOCO; KRAEMER 2004; MONTEIRO; FERREIRA, 2007).
6	<b>Relatório Integrado</b>	2013 - <i>Integrated Reporting Council-IIRC</i>	Considera que o desempenho dos indicadores não financeiros influencia o desempenho financeiro e vice-versa, proporcionando uma visão ampla das suas atividades, o gerenciamento de oportunidades e riscos. Objetiva explicar aos <i>stakeholders</i> os valores gerados no curto, médio e longo prazo (ALMEIDA; GONÇALVES, 2017).

Fonte: Elaboração Própria

O *Global Reporting Initiative* fornece a seguinte definição para o Relatório de Sustentabilidade (RS)

“[...] é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social etc.” (GRI, 2006, p. 3).

O RS objetiva apresentar um quadro equilibrado e razoável do desempenho da organização nos Aspectos Econômico, Ambiental e Social. Para tanto, o GRI afirma o tipo de informação que deve conter no RS:

Esse tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo **informações tanto positivas como negativas**. (GRI, 2006, p. 3) (grifo nosso).

Para elaborar um RS nos modelos do GRI, devem ser seguidas as Diretrizes para elaboração GRI. A organização ressalta que a abordagem padronizada do RS que seguem suas diretrizes, onde nessas (diretrizes) contemplam marcos internacionais relevantes, denotam grau de transparência e consistências necessários para aumentar a confiança do mercado e da sociedade. Para garantir a transparência, os relatos se pautam em princípios que são fundamentais devendo ser observados pelas organizações (GRI, 2013a)

Dessa forma iremos abordar a história da GRI, seguido da evolução dos modelos e a estrutura para elaboração do RS com base nas diretrizes dessa organização.

#### **2.4.2 Global Reporting Initiative - GRI**

A *Global Reporting Initiative*–GRI é uma organização independente, criada em 1997 em Boston/EUA e sediada em Amsterdã/Holanda, sem finalidade lucrativa, com atuação global e com o objetivo pioneiro de criar uma estrutura para medir o desempenho sustentável das organizações, sejam elas empresas, ONGs ou repartições públicas. Nos dias atuais, a GRI é uma das maiores referências mundiais de modelo de relatório de sustentabilidade (BITARELLO, 2012; GRI, 2016a; GRI, 2018a; LIMA; SINAY; BRAGA, 2019).

O GRI é um dos modelos mais utilizados pois segue padrões internacionais e permite a comparação e harmonização da informação Responsabilidade Social Corporativa - RSC entre empresas (CALIXTO, 2013; DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006; MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014).

A GRI tem como missão

comunicar de forma clara e transparente o que se refira à sustentabilidade, (..) oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006, p. 2).

Para D'Áquila (2018), a GRI promove uma agenda de sustentabilidade abrangente, em vez de se concentrar na tomada de decisões dos investidores, ela concentrou suas orientações para empresas reportarem voluntariamente a uma ampla gama de *stakeholders*.

Em entrevista realizada por Bitarello (2012) o presidente da GRI, Ernst Ligteringen, informa que no ano de 2012 mais de 60 países seguiam as diretrizes da *Global Reporting Initiative*. Prudencio, Forte e Crisóstomo (2016) apresentam um crescimento de adesão ao relatório, pois em 1999 eram 12 relatórios e em 2015 passaram para 5.549, sendo a principal adesão em continentes com países desenvolvidos, ademais os estudos dos autores apontam que 53% dos relatórios já são auditados.

Tschopp e Huefner (2015) destacam que em 2012, com aproximadamente 2.000 empresas usando os padrões G3, a GRI está ganhando credibilidade como se tornando o mais adotado padrão e reconhecido globalmente, acrescido endosso da *ONU Global Compact* em 2006, que recomendou o uso da GRI padrões, trouxe um nível adicional de legitimidade ao padrão.

Esse crescimento tanto em relatórios como a adesão em todos os continentes se deve ao fato das diretrizes serem “desenvolvidas para ser universalmente aplicáveis a todas as organizações, tanto de grande como de pequeno porte, em todo o mundo” (GRI, 2013a, p. 3). Assim como, as diretrizes do GRI oferecem orientações que podem auxiliar a elaboração do Relatórios de Sustentabilidade (RS) através de outros modelos, como Relatórios Anuais, Relatórios Integrados, entre outros.

A adoção destas diretrizes ajuda a identificar e gerenciar riscos e novas oportunidades (CALIXTO, 2013; DANTAS et al., 2005; DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006). Apesar dos avanços das informações sobre sustentabilidade proporcionados pelo modelo do GRI, ainda existem pontos a serem melhorados, como a presença do quantitativo de informações desconexas (FREITAS; FREIRE, 2017) e a qualidade da informação com relação à completeza, padronização e credibilidade (MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014).

Contudo, o modelo vem sendo aprimorado e em 30/07/2018 está passando pela transição da versão G4 para o GRI Standard. Este apresenta uma estrutura modular que visa facilitar a atualização das diretrizes, sua estrutura fica mais fácil de inter-relacionar os elementos e maior flexibilidade para a estrutura das normativas.

#### *2.4.2.1 Evolução dos modelos GRI*

Corrêa et al. (2012), Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), Lima, Sinay e Braga (2019) e Oliveira et al. (2014) fazem um menção sobre as versões do GRI e esclarecem que a GRI já lançou conjuntos de diretrizes, chamadas de versões (G1; G2; G3; G3.1, G4 e Standard) onde foram implementados elementos que contemplassem as discussões das convenções internacionais de sustentabilidade (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (2002), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável na Rio +20 (2012), entre outros).

Cada versão foi elaborada para ampliar as discussões que estavam ocorrendo globalmente buscando condições de melhorias tanto na qualidade como na aplicabilidade,

garantido a credibilidade das diretrizes através de conteúdos que contemplassem as exigências que se elaboravam e se acordavam nas convenções internacionais.

As diretrizes da GRI são desenvolvidas como o envolvimento e discussão de vários *stakeholders* e diálogos em diversos países com as agências reguladoras e governamentais; outrossim as diretrizes estão alinhadas com marcos e referências amplamente aceitos e usados, como por exemplo Pacto Global, Princípios orientadores sobre empresas e Direitos Humanos, entre outros (GRI, 2013a).

A GRI utiliza uma busca por consenso de várias partes interessadas abordagem para desenvolver suas diretrizes. Primeiro, uma participação múltipla de grupo de trabalho composto por cerca de vinte indivíduos, incluindo representantes de empresas, sociedade civil, funcionários, investidores e contadores, de forma que desenvolvam um novo ou atualizado componente às diretrizes. Esse processo pode levar até 1 ano, após o qual o projeto é exposto ao público por comentários por pelo menos 90 dias. Depois de avaliar esses comentários, o grupo de trabalho envia a proposta para Comitê Consultivo Técnico da GRI para revisão. Uma vez aprovado, é usado como uma versão piloto por pelo menos 1 ano. As organizações participantes do projeto piloto fornecem de volta ao Comitê Consultivo Técnico. Os técnicos do Comitê Consultivo fazem recomendações, se for o caso, ao Conselho de Administração para ser reformulado ou divulgado como uma versão final (TSCHOOP; HUEFNER, 2015).

Desde 2015 as normas são desenvolvidas/atualizadas pela *Global Sustainability Standard Board* (GSSB) entidade operacional independente, sob a estrutura de governança da GRI juntamente com *Due Process Oversight Committee* (DPCO) e a *Independent Appointments Committee* (IAC). Os padrões agora são definidos de acordo com o *Due Process* protocolo formalmente definido e supervisionados pela DPCO, garantindo a transparência do processo e visando a promoção do interesse público, assim como o alinhamento com à visão e missão da GRI que financia e apoia o desenvolvimento dessas normas (GRI, 2019b).

No Quadro 6 é sistematizado as versões do GRI e suas principais características.

Quadro 6: Evolução dos Modelos do GRI

Ano	Modelo	Características e Complementaridade
2000	GRI (G1)	Um guia com a primeira versão Padrões Globais para relatar os impactos nas dimensões do <i>Triple Bottom Line</i> . Essa versão apresenta o primeiro quadro global com os desempenhos das organizações nas dimensões do <i>Triple Bottom Line</i>
2002	GRI (G2)	Foi apresentada e referenciada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo. Não incluía indicadores integrados ou compensações
2006	GRI (G3)	Foi lançado na 1ª Conferência Global promovida pela GRI. Estabelecem mais de 100 indicadores organizados nas categorias do <i>Triple Bottom Line</i> , contudo não exigem a integração desses indicadores.
2011	GRI (G3.1)	Atualização e conclusão do G3, com orientação extensão da norma incluindo elementos que tratam das questões de gênero, comunidade local e direitos humanos.
2013	GRI (G4)	Manual de implementação para empresas de qualquer porte ou segmento. Os segmentos são contemplados com suplementos no total de 10 tipos <sup>(a)</sup> de setores, entre eles mineração e metais.
2018	GRI Standard	Inclui todos os principais conceitos e divulgações das diretrizes GRI(G4) reforçada com uma estrutura mais flexível, linguagem mais simples e exigências mais claras. Essa estrutura agora é modular projetada para serem utilizadas em conjunto.

Fonte: elaboração Própria

Nota (a). As divulgações do Setor do G4 são: (1) Operadores de aeroportos; (2) Construção e Imobiliário; (3) Utilidades Elétricas; (4) Organizadores de eventos; (5) Serviços Financeiros; (6) Processamento de comida; (7) Meios de Comunicação; (8) Mineração e Metais; (9) ONG; (10) Óleo e Gás (GRI, 2019a).

Entre uma versão e outra, a GRI estabelece prazos de transição, normalmente dois ciclos completos, onde são válidas duas versões de GRI, ou seja, a versão G4 foi validada pela GRI a partir 2013, contudo no período de 2014 e 2015 a GRI aceitou publicações nas versão G3.1 paralelamente com a G4 (período de transição). As diretrizes são revisadas periodicamente para fornecerem orientações atualizadas para a preparação eficaz dos RS.

A GRI G1 foi lançada em 2001. A versão G2 foi publicada no Brasil em 2004, mas sofreu a primeira atualização em 2002. A Versão G3 inicia sua vigência em 2006 (CORRÊA et al., 2012). Nessas primeiras versões observa-se uma ampliação das adesões das empresas às publicações desses relatórios de sustentabilidade.

A versão G3 representou uma evolução para os relatórios de sustentabilidade, pela forma que foi revisado, que envolveu mais de 4000 pessoas de todo o mundo (CORRÊA et al., 2012). A partir de 2015 as normas são desenvolvidas/atualizadas pela *Global Sustainability Standard Board* (GSSB) (GRI, 2019b).

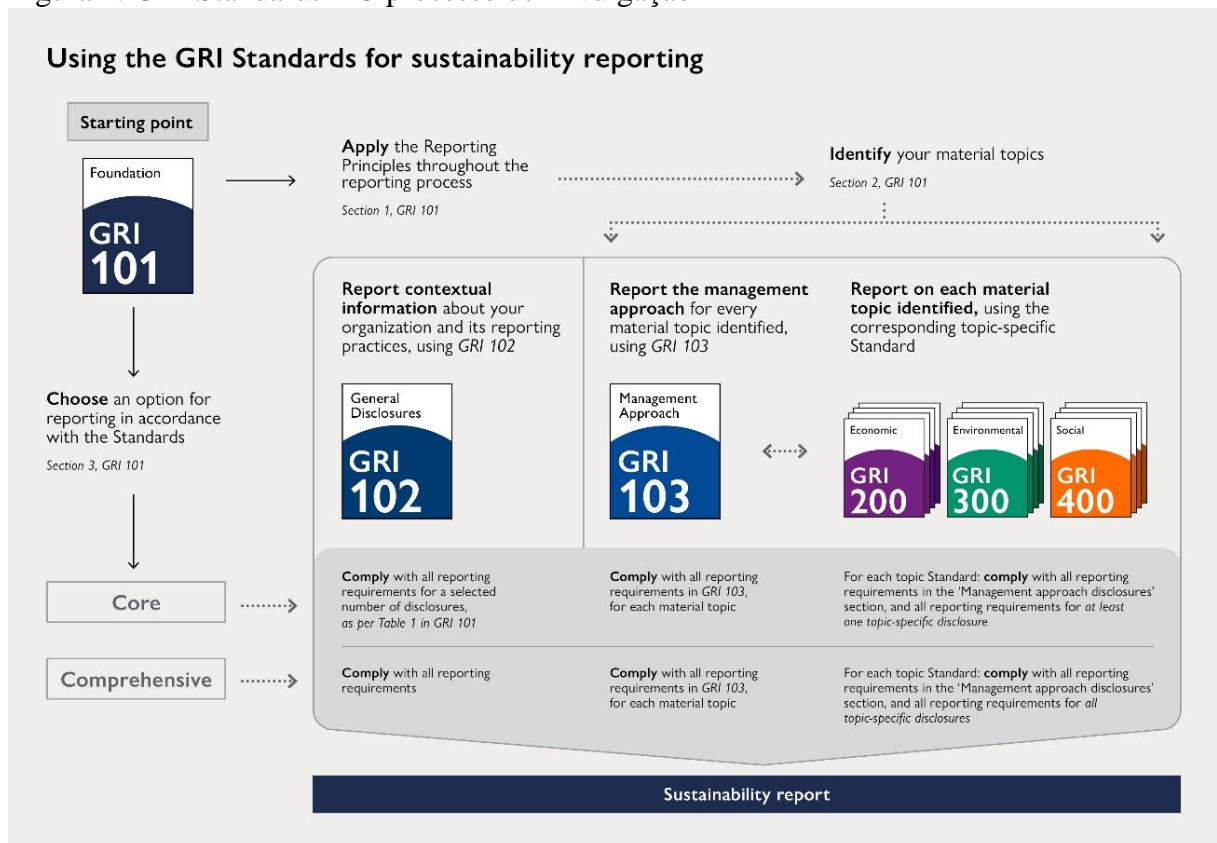
A GRI Standard passa a vigor em 30/07/2018, apesar de ter sido lançada em outubro de 2016. A atualização do GRI Standard propõe uma forma modular, com maior facilidade de atualização, além de ser projetada para esses módulos serem utilizados em conjunto, se inter-

relacionando, inclui todos os principais conceitos e divulgações das Diretrizes da GRI (G4) de forma aprimorada devido a linguagem modular (GRI, 2016).

As alterações entre o GRI Standard e o GRI (G4) são destacadas no site oficial do GRI: o princípio da Materialidade e o conceito de Limites. O princípio da Materialidade possui esclarecimentos quanto ao significado e as suas duas dimensões (importância dos impactos e Influência substantiva dos impactos pelos *stakeholders*); o conceito de Limites é apontado como o que mais evolui em todas as versões do GRI, nessa versão ele foi simplificado sendo solicitado a descrição para cada tópico de materialidade onde os impactos ocorrem e o envolvimento da organização com o impacto (GRI, 2018b).

Na Figura 4 é apresentado o processo de divulgação do GRI Standards.

Figura 4: GRI Standards – O processo de Divulgação



Fonte: GRI (2018a)

Cabe destacar que no site da GRI está disponibilizado um mapeamento projetado para essa transição entre o GRI (G4) e o GRI Standard, neste documento é apresentado uma visão geral entre as diretrizes e indica as informações contidas no G4 e as respectivas informações, ou alterações que ocorreram no Standard (GRI, 2019b).

O processo de harmonização avançará à medida que fatores adicionais promoverem padrões exigência como: mercados aumentarem sua dependência de relatórios de RSC e são feitos esforços internacionais para convergência entre organizações relatoras (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

#### 2.4.2.2 Estrutura do GRI G4: uma abordagem para avaliar e relatar a sustentabilidade

A estrutura do GRI G4 objetiva auxiliar na elaboração de relatórios relevantes devido as questões de sustentabilidade abordadas pelas organizações, assim como tornar esse processo uma prática organizacional (GRI, 2013a). Ademais, nas Diretrizes para Relato de Sustentabilidade é enfatizado que:

(...) as Diretrizes G4 constituem um marco internacional relevante em apoio a uma abordagem padronizada de elaboração de relatórios, elevando **o grau de transparência** e consistência necessário **para tornar as informações úteis e confiáveis** para mercados e a sociedade (GRI, 2013a, p. 3) (grifo nosso)

Para divulgar nesse modelo, a pedra angular são as diretrizes estabelecidas pela GRI, nelas são estabelecidos Princípios, Indicadores e Orientações sobre como o relatório deve ser elaborado, incluindo orientações para setores específicos (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

As diretrizes são traçadas para organizações, independente do seu tipo, porte, setor ou localização, as quais devem definir o conteúdo do relatório com base nas opções: Essencial (relata os impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança) ou Abrangente (parte do essencial acrescido de informações sobre estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização) (GRI, 2013a; LIMA; SINAY; BRAGA, 2019).

Os aspectos setoriais específicos devem ser considerados em ambas as opções, para melhor identificação dos aspectos materiais que devem ser identificados para divulgação. Outro ponto que deve ser compreendido para estruturar um relatório no modelo GRI são os princípios que norteiam sua elaboração (GRI, 2013a).

Os princípios são elementos norteadores para a elaboração dos RS sendo fundamental sua observância. As diretrizes da GRI dividem os em Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório (consideram as atividades das organizações e seus impactos, assim como expectativas e interesses dos *stakeholders*) e Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório (permite aos *stakeholders* avaliarem a consistência do desempenho e possam adotar medidas) (GRI, 2013a). No Quadro 7 são apresentados os princípios para elaboração do GRI G4.

Quadro 7: Princípio para elaboração do RS modelo de GRI G4

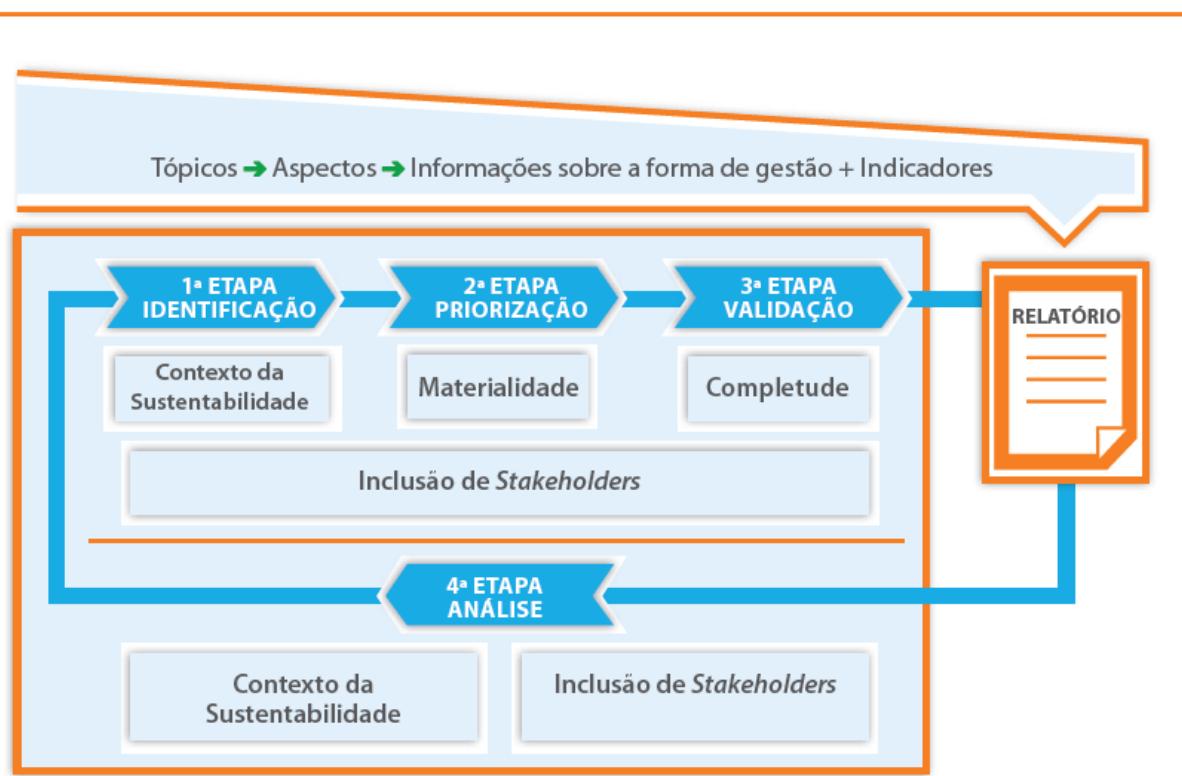
CATEGORIA	PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO
<b>PRINCÍPIO DE DEFINIÇÃO DE CONTEUDO</b>	Inclusão de <i>stakeholders</i>	Identificação dos Stakeholders. Documentando o processo de engajamento e interesse deles, para realizar esclarecimentos sob as medidas adotadas pela organização frente as expectativas entendidas como razoáveis.
	Contexto de Sustentabilidade	Descrever o desempenho da organização de forma contextualizada. Para elaborar o relato deve ter como norte a pergunta: “como a organização está contribuindo ou pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração de condições econômicas, ambientais e sociais, desdobramentos e tendências em nível local, regional ou global” (GRI, 2013a, p. 17).
	Materialidade	“(…) é o limiar a partir do qual os Aspectos tornam-se suficientemente expressivos para serem relatados” (GRI, 2013a, p.17). Os Aspectos abordados devem refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos que possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões dos stakeholders. Este princípio se aplica no uso de indicadores.
	Completude	Envolve as dimensões de escopo ( <i>triple bottom line</i> ), limite (onde ocorre impacto: interno ou externo) e tempo (período especificado). Podendo abordar práticas de coleta de informações (inclui o resultado de todas as entidades que compõem o grupo) e apresentação adequada deles. Este princípio se correlaciona aos princípios da Exatidão e Equilíbrio.
<b>PRINCÍPIO ASSEGURAR QUALIDADE</b>	Equilíbrio	Apresentar resultados favoráveis e desfavoráveis, de acordo com a sua materialidade, para que seja possível realizar uma avaliação equilibrada do desempenho da organização.
	Comparabilidade	Gerar informações consistentes ao longo do tempo de forma a proporcionar a análise da evolução do desempenho nos Aspectos do <i>triple bottom line</i> do presente com os do passado e comparar com o desempenho de outras organizações.
	Exatidão	As informações devem ser precisas e detalhadas para uma avaliação adequada pelos <i>stakeholders</i> . Sendo que as informações qualitativas devem zelar pela clareza, detalhamento e equilíbrio das informações dentro de cada Aspecto; as informações quantitativas devem indicar os métodos específicos usados para coletar, compilar e analisar os dados.
	Tempestividade	Publicar relatórios regularmente (sugere-se que o cronograma do RS esteja harmonizado com o relatório financeiro), assim como, disponibilizar as informações atualizadas. Nesse princípio considera-se que utilidade da informação está correlacionada ao momento dos fatos ocorridos.
	Clareza	Disponibilizar informações de forma compreensível, utilizável e acessível. Ademais as informações devem ser encontradas com facilidade.
	Confiabilidade	O relatório deve permitir que se estabeleça uma revisão e se reconheça a veracidade do seu conteúdo passível de indicar uma adequação das informações divulgadas frente a estes princípios fundamentais aplicáveis para elaboração do RS.

FONTE: Elaborada pelos autores com base no GRI (2013a; 2013b).

Para a etapa de Definição do Conteúdo a ser relatado, o GRI (2013a) apresenta um desenho com a visão geral do processo de definição. Na Figura 5, esse processo é reproduzido.



Figura 5: Visão geral do processo de definição do conteúdo do RS modelo GRI (G4)



FONTE: GRI (2013b, p. 32)

Para a organização receber uma Declaração ela deve satisfazer todas as diretrizes, requisitos e critérios dos manuais da GRI e apresentar o Sumário de Conteúdo da GRI. Ela também pode submeter a uma verificação externa e incluir no Sumário, mas não é um requisito obrigatório para elaboração e divulgação. Caso ela não satisfaça essa condição ela pode relatar, mas tem que divulgar “Este relatório apresenta conteúdo padrão das Diretrizes GRI para Relato de Sustentabilidade” (GRI, 2013a, pp. 13-14).

#### 2.4.2.3 Revisão da literatura (artigos na área)

Vários estudos sobre Relatórios de Sustentabilidade – RS, modelo GRI são realizados pelo mundo (OLIVEIRA et al., 2014). Destacam-se para essa pesquisa os estudos de Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014).

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), argumentam que poucos estudiosos realizaram estudos a fim de considerar como melhorar a eficácia dessa estrutura, buscando entender como as estruturas dos relatórios podem ser mais significativas, ou seja, possibilitem avaliações e comunicações que revelem a complexidade da interação da organização com a

sociedade e os ecossistemas ao longo do tempo. Frente a essa lacuna os autores se propõem em responder a seguinte pergunta: O que precisa ser alterado nas estruturas baseadas em GRI das empresas de mineração com o objetivo de promover mais significantes e confiáveis informações sobre desempenho em sustentabilidade?

Para tanto, Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) realizaram um estudo qualitativo com base em 41 entrevistas semiestruturadas confrontando a abordagem predominante na GRI com o princípio BellagioSTAMP resultando numa listagem de uma série de mudanças específicas que devem ser promovidas na estrutura das empresas de mineração, assim como em seus relatórios para fornecerem informações significativas e precisas sobre o progresso da sustentabilidade, a saber:

1. consideração mais sistemática do desempenho no nível do site;
2. construção de cenários;
3. efeitos legados.

Frente ao exposto, observa-se que o tema tem uma discussão na academia, assim como vem crescendo sua publicação entre as empresas denotando interesse das mesmas em divulgar informações relativas a RSC por elas praticadas.

#### *2.4.2.4 Elementos de Aprimoramento apontados nos estudos acadêmicos*

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) afirmam que vários estudiosos contestam a eficácia dos GRI, argumentando:

- Os relatórios baseados em dados podem induzir em erro os tomadores de decisão preocupados com a sustentabilidade;
- Os relatórios baseados em dados podem camuflar práticas insustentáveis, principalmente no nível do local;
- Os relatórios ignoram princípios fundamentais de desenvolvimento sustentável (GRAY, 2010; GRAY; MILNE, 2004; MILNE; GRAY, 2007; MONEVA; ARCHER; CORREA, 2006);
- Existe um conflito entre os relatórios financeiros e não financeiros, e o financeiro que sobressai (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

No GRI G3 não inclui indicadores com orientação para o bem-estar (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

- A GRI tem uma estrutura reducionista e negligenciam na análise de indicadores os efeitos interativos.
- Falta de divulgações “sistêmicas” ou “holísticas” denota a dificuldade de se entender sistemas complexos entre indústrias e pessoas ou identificar uma forma de aplicação dessa interação.

Nas diretrizes da GRI tem pouca orientação para o uso de variações e escalas geográficas (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

O GRI foi elaborado numa estrutura baseada em problemas, ocorre que organizações como as mineradoras que possuem operações geograficamente dispersas, ou seja, instalações em vários países com diferentes ecossistemas e com contextos sociais, políticos e econômicos diferenciados, tem dificuldade de divulgar contextos (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

- A abordagem do GRI, apesar de permitir comparações ao longo do tempo, é incapaz de identificar impactos cumulativos e tendências adversas no meio ambiente e comunidade, sendo essa visão superficial e ilusória (LENZEN; DEY; MURRAY, 2004; FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).
- O GRI é composto das categorias econômicas, ambientais e sociais estando seus indicadores organizados dentro das mesmas. A análise das empresas que divulgam sua RSC utilizando este modelo (GRI G3) tem que ser criteriosa verificando o grau de aderência aos indicadores e a consistência das informações conforme as orientações da GRI, pois o fato das empresas publicarem neste modelo, não significa que estejam informando corretamente (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006).

O G3 da GRI é visto por algumas empresas como sendo muito baseado em regras. Alguns acham que os indicadores do G3 ou não são apropriados, são muito caros para serem reunidos ou não são úteis para as partes interessadas (TSCHOPP; HUEFNER, 2015). De acordo com Isaksson e Steimle (2009), as necessidades dos clientes são não consideradas suficientemente dentro das diretrizes da GRI-G3, ou seja, as diretrizes GRI carecem de foco no cliente e orientação do processo para informar um indicador de gasto energético por produto. Os autores sugerem que os relatórios para serem relevantes devem conter informações sobre o valor produzido para os clientes e os danos causados sob a forma de emissões de CO2 e preços pagos pelos clientes.

Para Gray e Milne (2002 apud FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014), uma abordagem eficaz do RS exigira:

- uma análise detalhada e complexa das interações da organização com sistemas ecológicos, recursos, habitats e sociedades, e
- interpretar isso à luz dos impactos passados e presentes de todas as outras organizações nesse mesmo sistema.

#### *2.4.2.5 Elementos destacados pela academia quando da elaboração da GRI*

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) observam uma aceitação do mercado quanto a elaboração do RS modelo GRI. Outros aspectos identificados de forma positiva pelos estudiosos da área são:

1. Há um crescente apelo para estruturas holísticas e integradas para avaliar as contribuições para sustentabilidade (HENRIQUES; RICHARDSON, 2004; FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014)
2. Estrutura não integrada dos RS são importantes para ampliar a transparência e prestação de contas de uma série de problemas ambientais.

A estrutura do GRI orienta ao relato de “contexto” de comunidades e ecossistema e considerar riscos e incertezas limites (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

Corrêa et al. (2012) avaliaram relatórios de sustentabilidade de empresas listadas no ISE BM&F Bovespa e conclui que o modelo no modelo GRI G3 é mais utilizado em 30 empresas de um total de 45 em 2010. Os autores concluem dos seus achados:

- uma adoção das empresas a níveis crescentes de evolução do relatório de nível G3 C para o nível G3 A.
- ao relatório também vem evoluindo, tanto na implantação como na evolução dos níveis dos relatórios, há 0 uma adoção das empresas a níveis crescentes de evolução do relatório de nível G3 C para o nível G3 A.
- O número de empresas que validam seus relatórios por terceiros no país, pode ser em decorrência da emergência do tema no âmbito corporativo.
- As empresas estão procurando legitimar seus relatórios de sustentabilidade por meio do maior nível C+, B+ e A+.

### 2.4.3 Relatório de Sustentabilidade de Mineradoras

As indústrias mineradoras são alvo de protestos da sociedade civil (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014) devido a problemas ambientais e sociais proveniente da sua atividade de exploração de matéria prima finita em condições de trabalho humano questionável, e poluição excessiva do ar, da água e do solo. Acrescido a esse contexto, são passíveis de desastres ambientais e sociais com repercussão mundial, como os ocorridos recentemente no Brasil pela empresa Samarco e Vale.

Em resumo, indústria da mineração tem múltiplos impactos no meio ambiente e no meio social.

#### 2.4.3.1 Instituições que fomentam

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) descrevem iniciativa como *International Council on Mining and Metals* (ICMM) criada pela *Global Mining Initiative* (GMI), que foram realizadas pelas empresas mineradora de capital aberto Global em reação às críticas anti-mineração.

O ICMM é uma organização que representa a maiores empresas de mineração do mundo e tem como objetivo servir como um agente de mudança em questões relacionadas à mineração e sustentabilidade. Seus programas são implementados por 22 mineradoras e promovido por 34 mineradoras e commodities. Essa organização orienta as empresas membros a publicação de relatórios sobre o seu desempenho em sustentabilidade, indicando o *Global Reporting Initiative* (GRI) e seu suplemento setorial mineração e metais (MMSS) (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).

#### 2.4.3.2 Publicação de Relatórios

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) apresentam, também, estudos da KPMG em 2006 que apontam que 40 das 44 principais empresas de mineração produzem relatórios anuais de sustentabilidade e uma análise feita em 2011 no banco de dados da GRI que conclui que 102 empresas de mineração publicam relatórios de sustentabilidade, destas 95% no modelo da GRI. Ademais, os autores concluem que os Relatórios de Sustentabilidade com base na GRI estão em ascensão, ganhando relevância, apesar dos métodos propostos e lacunas de informação.

Outrossim, os citados autores compilam estudos acadêmicos sobre RS de mineradoras onde destacam como pontos para melhoria:

1. estão estruturando seus relatórios como uma resposta à visão de desenvolvimento sustentável (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014; KPMG, 2011; UNEP et al, 2010);
2. seus RS não estão totalmente em conformidade com as diretrizes GRI G3, sendo **os princípios** os aspectos mais negligenciados (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014; MCELROY; JORNA; VAN ENGELEN, 2008);
3. O princípio da GRI como Materialidade são cada vez mais abordados, mas o princípio do Contexto é o princípio com menor conformidade (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014).
4. As mineradoras negligenciam nos seus RS o objetivo da sustentabilidade como visão norteadora (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014; MCELROY; JORNA; VAN ENGELEN, 2008). Para Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014), essa falta de conexão entre orientação e prática é resultado da dificuldade do processo de contextualização entre regiões geográficas, advindas da necessidade de se considerar a depleção e escassez dos minérios (finitude) em suas respectivas escalas.
5. Nos relatos sobre contextos, riscos e incertezas limites propostos nas estruturas dos RS da GRI resultam em declarações nebulosas de empresas de mineração sobre suas estratégias e abordagens de governança (BHP BILLITON, 2009; FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014; VALE, 2010).

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) realizaram uma pesquisa bibliográfica onde apontam definições que podem indicar o alcance do desenvolvimento sustentável para empresas mineradoras, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8: Elementos que sugerem alcance do desenvolvimento sustentável

Elementos	Autores
<b>Onde o benefício social e biofísico líquido do ciclo de vida de uma mina e além</b>	Veiga et al. (2001)
<b>Continua melhoria socioambientais</b>	Hilson e Murck (2000)
<b>Licença Social para operar em uma comunidade</b>	Gifford e Kestler (2008)

Fonte: Baseado nos estudos de Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014)

Contudo, os autores destacam que esses elementos não levam em consideração:

- a) Efeitos Cumulativos
- b) Ciclo de vida de minerais, produtos ou trade-offs.

Perez e Sanchez (2009) analisaram 31 relatórios de quatro grandes empresas de mineração do período entre 2001 e 2006, separadas em seis categorias: contexto e comprometimento, gestão, acessibilidade e garantia, meio ambiente, desempenho social e desempenho econômico. Seus resultados apontam que quatro empresas analisadas evoluíram para um maior nível de maturidade nos relatórios, no entanto, a evolução é diferente em cada categoria de avaliação. As categorias “acessibilidade e garantia” e “desempenho econômico” caracterizaram as pontuações mais baixas e não apresentam uma clara tendência de evolução período, enquanto as categorias “contexto e comprometimento” e “desempenho social” apresentaram os melhores resultados e melhoria regular; a categoria “meio ambiente”, apesar de não atingir as maiores pontuações, também apresentou evolução constante. Descrição da medição de dados técnicas de gerenciamento, além de verificação mais abrangentes de terceiros são os itens que mais precisam de aprimoramento.

Como o impacto da atividade de mineração nas comunidades é bastante visível, não é surpresa que o desempenho social foi uma das categorias mais divulgadas. Outros tópicos também devem ser apresentados e discutidos em profundidade, como impactos ambientais controversos, como esgotamento dos recursos naturais, impacto econômico sobre interessados e comparabilidade em um contexto mais amplo. Cada ano as partes interessadas esperam mais divulgação em todas as três dimensões da sustentabilidade, bem como transparência e discussões maduras sobre impactos relevantes (PEREZ; SANCHEZ, 2009).

Perez e Sanchez (2009) destacam que entre as quatro empresas mineradoras analisadas, observou-se que usam abordagens diferentes para divulgar informações. Para os autores, esse achado sugere que a evolução do RS é um processo único em cada empresa, provavelmente dependendo de seus *stakeholders*, recursos e especialistas para apoio na divulgação de desempenho não financeiro.

Perez e Sanchez (2009) concluem que há uma clara evolução na elaboração dos relatórios de sustentabilidade das mineradoras em termos de forma, abrangência e profundidade. Existe uma tendência geral para melhoria e aderência às melhores práticas de geração de relatórios diretrizes. Os títulos dos relatórios também seguem essa tendência. Estes resultados são amplamente consistentes com as principais conclusões do estudo publicado de Jenkins e Yakovleva (2006).

Apesar da evolução substancial, há espaço para melhoria. É hora das empresas avançarem em suas práticas de divulgação, buscando atender as melhores práticas e expectativas das partes interessadas de maneira mais completa, alcançar o próximo nível de qualidade no relatório de sustentabilidade. Espera-se que em relatórios futuros as empresas sejam mais transparentes em termos de acessibilidade e garantia e apresentem mais dados de desempenho específicos do site. As maiores empresas do setor de mineração estão produzindo RS mais abrangente e sofisticado. No entanto, é necessário focar pelo menos na melhoria da cobertura da agenda de sustentabilidade, precisão das informações e a verificação das informações fornecidas (PEREZ; SANCHEZ, 2009).

#### *2.4.3.3 Pontos para aprimoramento pelos estudos acadêmicos*

Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) afirmam que a dispersão geográfica das instalações de mineração, impõe dificuldades substanciais às avaliações da contextualização da sustentabilidade no processo de elaboração de relatórios de sustentabilidade. Desta forma, falham em capturar a sustentabilidade pela complexidade da escala espaciais e temporais, ou seja, a sustentabilidade é definida no contexto de uma mina ou comunidade de forma reducionista, desta forma, elas não se sustentam em um contexto mais amplo.

#### *2.4.4 Elementos motivadores para o desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade*

As empresas têm o papel econômico de criar emprego, riqueza e inovação para melhorar os padrões de vida e as condições da sociedade ao longo do tempo, mas para alcançar a RSC as organizações devem integrar negócio e sociedade (PORTER; KRAMER, 2006). Quais são, então, as motivações das organizações para efetivar ações de RSC e comunicá-las nos Relatórios de Sustentabilidade?

De acordo com Santos et al. (2019), as empresas nas suas estratégias estão alinhadas com a perspectiva de responsabilidade social corporativa (RSC) têm investimentos diretos em produtos e processos e ganhos subjacentes internos relativos aos aperfeiçoamentos dos processos organizacionais relativos, a aprendizagem de habilidades e as competências gerenciais, assim como ganhos externos relacionados a reputação da organização.

As empresas apresentam diversas motivações para comunicarem suas iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa. A literatura tem tratado amplamente o efeito que algumas



variáveis empresariais têm que influenciam na elaboração e divulgação das suas práticas de RSC.

Santos et al. (2019) desenvolveram, a partir de uma pesquisa bibliográfica, um estudo sobre os principais motivadores para adoção da sustentabilidade para as empresas os clivando por origem interna ou externa e apresentado na íntegra no Quadro 9.

Quadro 9: Resumo dos principais motivadores para adoção da sustentabilidade.

<b>Origem</b>	<b>Fatores Motivadores</b>	<b>Autores</b>
<b>Interna</b>	Características organizacionais: Tempo de atuação da organização, atitudes motivacionais e estratégicas, estrutura da organização, área formal de sustentabilidade e setor.	Bhanot; Bapat (2015); Kemp et al (2014); De Lange (2013); Kolk; Perego (2010); Petrini; Pozzebon (2010); González-Benito; González-Benito (2006)
	Valores organizacionais: Responsabilidade socioambiental, visão de liderança, ética e atitude positiva.	Estivaleta et al (2016); Gavioli; Francisco; Sehnen (2016); Kemp et al (2014); Ramirez (2013); Arenhart et al (2013) Gomes (2009); Paulraj (2008); Porter; Kramer (2006); Székely; Knirsh (2005); Vinelli (2002); Bansal; Roth (2000).
	Vantagem competitiva: Redução de custos, competitividade no mercado, aumento da qualidade do produto/serviço, avanços tecnológicos, continuidade no mercado e retorno sobre ativos.	Galleli; Sutter; Lennan (2015); Bhanot, Bapat (2015); Kemp et al (2014); Ramirez (2013); Kolk; Perego (2010); Gomes (2009); Paulraj (2008); Vinelli (2002); Bansal; Roth (2000).
<b>Externa</b>	Influência dos <i>stakeholders</i> Sociedade, consumidores, governo, fornecedores, orientação a <i>stakeholders</i> , agentes de financiamento e funcionários.	Estivaleta et al (2016); Galleli; Sutter; Lennan (2015); Bhanot; Bapat (2015); Kemp et al (2014); Ramirez (2013); De Lange (2013); Caprar; Neville (2012); Kolk; Perego (2010); González-Benito; González-Benito (2006); Székely; Knirsh (2005)
	Legislação: Normas, leis, regulamentações, legislações ambientais e riscos ambientais.	Galleli; Sutter; Lennan (2015) Caprar; Neville (2012); Petrini; Pozzebon (2010); Barbieri et al (2010); Gomes (2009); Kolk; Perego (2008); Paulraj (2008); Porter; Kramer (2006).
	Reputação: Imagem, reconhecimento e transparência	Gavioli; Francisco; Sehnen (2016); Galleli; Sutter; Lennan (2015); Arenhart et al (2013); Ramirez (2013); Kolk; Perego (2010); Gomes (2009); Porter; Kramer (2006)

Fonte: Santos et al. (2019) na íntegra.

#### **2.4.5 Elementos que limitam a evidência e a análise dos relatórios.**

Os relatórios de sustentabilidade visam comunicar a Responsabilidade Social das Corporações. Na área de administração utilizam-se várias terminologias para indicar RSC, como cidadania corporativa, sustentabilidade corporativa, ética e sustentabilidade, entre outros (CALIXTO, 2013; HOPKINS, 2007).

A falta de obrigatoriedade nas divulgações socioambientais das empresas é uma limitação da evidenciação. Em geral, as Companhias de Capital Aberto costumam divulgar seus relatórios de sustentabilidade sendo as empresas multinacionais as que mais comunicam. As demais empresas não costumam realizar divulgação socioambiental, ainda mais se as empresas estão situadas na América Latina (CALIXTO, 2013).

Os relatórios de sustentabilidade, na maioria dos países, são documentos voluntários elaborados pelas organizações, fator que pode criar enviesamento da informação, principalmente no que tange à transparência dos relatórios (CALIXTO, 2013) e à confiabilidade (CHOW; CHEN, 2012). Ferreira, Souza e Togna (2017) alertam sobre a perspectiva que a empresa use a ideia de que a divulgação da sustentabilidade dos seus recursos pouco esteja relacionada com as questões ambientais e sociais, mas como uma forma de estabelecerem uma imagem de responsabilidade junto aos *stakeholders* e a concorrência.

Um outro limite é o caráter multidimensional dos relatórios de sustentabilidade (BAUMGARTNER; EBNER, 2010). Analisar a RSC implica em pelo menos compreender suas práticas nas três dimensões ambiental, social e econômica, relacionadas ao papel da empresa na sociedade e no ambiente natural. Cabe destacar que os relatórios contemplam uma diversidade de dados, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de um índice que represente o nível de RSC das empresas (CHOW; CHEN, 2012).

Chow e Chen (2012) alertam que a maioria das pesquisas empíricas realizadas estudaram apenas uma das dimensões do *triple bottom line*, com base na análise qualitativa ou aproximações, usando um único indicador.

Com tantas partes interessadas em informações que são incorporadas nos RS, qualquer possível harmonização dos padrões do RS provavelmente será um longo e árduo processo (TSCHOPP; HUEFNER, 2015). Assim sendo as empresas precisam estabelecer um conjunto de indicadores que melhor representem o nível de realização das práticas de RSC (BANSAL, 2005).

## **2.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras (DF) evoluíram em um recurso comparável e confiável baseado no mercado nos últimos 100 anos. Relativo a este cronograma os relatórios de sustentabilidade (RS) ainda está em sua infância (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

Os relatórios de responsabilidade social corporativa (RSC) foram surgindo nos últimos anos, desenvolveram-se ao ponto em que parece improvável que isso irá embora. Pelo contrário,

parece destinado a se tornar uma parte da estrutura geral de relatórios contábeis, juntando relatórios financeiros externos, relatórios de imposto de renda, regulamentos relatórios e relatórios internos (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

### ***2.5.1 Relatórios Financeiros, ou Demonstrativos Financeiros ou Disclosure Empresariais***

As Demonstrações Financeiras são preparadas principalmente para investimentos fins: para acionistas, potenciais investidores, instituições financeiras analistas e instituições de crédito e outros credores (GARCIA et al., 2015; TSCHOPP; HUEFNER, 2015; COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2013).

De acordo com a Lei 6404/76 em seu artigo 176 as demonstrações Financeiras são compostas de balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, complementadas por notas explicativas (BRASIL, 1976).

O objetivo da demonstração financeira de acordo com o CPC-00 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2013, p. 21):

[...] é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

No Brasil esses demonstrativos constam de uma gama de normativas como Lei 6404, os pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC entre outras instituições. No mundo, esses relatórios são fortemente normatizados por instituições como IFRS, US GAAP, IAS. A partir de 2010 o Brasil realizou convergência das normas brasileiras com as normas internacionais através da elaboração do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A premissa básica de demonstrações financeiras é simples: informe quanto a empresa possui e deve (Balanço Patrimonial), o valor custos incorridos e receita auferida (Demonstração de resultados), e as fontes e usos de dinheiro (Demonstração de Caixa Fluxos). Esse é o mesmo conceito para IFRS, US GAAP ou padrões internos de relatórios financeiros de qualquer outro país (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).

### **2.5.2 Normas Contábeis para Provisão e Passivo Contingentes: CPC 25 e IAS 37**

A divulgação de informações sociais e ambientais é regulamentada no Brasil pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1003/2004, mas como um documento voluntário. A falta de obrigatoriedade permite as empresas que realizam essa divulgação que optem em fazê-la utilizando relatórios variados, tais como, o Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), ou inclua tais informações em seus relatórios da administração ou em notas explicativas às demonstrações contábeis, dentre outros (ALMEIDA; BATISTA, 2016).

Almeida e Batista (2016, p. 48) ressaltam que a “utilidade dessas informações independe da forma de divulgação, se nas demonstrações ou em notas explicativas” pois tem que se considerar que “a informação pode afetar o comportamento tanto de usuários quanto de seus fornecedores” (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999, p. 95), desde que os usuários tenham informações sobre os eventos para incorporar em seus modelos de avaliação e predição visando uma tomada de decisão (ALMEIDA; BATISTA, 2016).

Contudo, Almeida e Batista (2016) alertam que pouca regulamentação e ausência de obrigatoriedade dá margem a possibilidade de que informações ambientais e sociais favoráveis à firma sejam evidenciadas, enquanto a informações negativas sejam omitidas nas divulgações estabelecidas.

Para essa discussão, no Brasil foi regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o CPC 25 (R14) (correlação com Normas Internacionais de Contabilidade - *International Accounting Standard*- IAS 37). Essa normativa objetiva estabelecer “critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e que seja divulgada informações suficientes” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 2) passou a ser observado obrigatoriamente pelas empresas a partir do exercício de 2010 na elaboração de suas Demonstrações Financeiras.

Schneider, Michelon e Paananen (2018) apresentam os padrões de normas contábeis para empresas de Capital Aberto utilizados para apresentar informações ambientais utilizados no Canadá e União Europeia (padrão *International Financial Reporting Standards* - IFRS) e Estados Unidos (padrão *Generally Accepted Accounting Principles* - US GAAP). A Norma do IFRS é o IAS 37 - Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (em vigor desde 1999). As normas do US GAAP são ASC 410 – Obrigações de Aposentadora por Ativos e Obrigações Ambientais (em vigor desde 2001) e ASC 450 - Contingências (desde 1975).

Almeida e Batista (2016, p. 63) esclarecem que “o CPC 25 tenta contribuir na melhoria da qualidade da evidenciação de provisões e passivos contingentes, podendo ser considerado um passo rumo a desejável divulgação contábil justa, adequada e completa”. Ademais, essas informações permitem avaliação de risco que as entidades estão expostas, sendo de grande importância para os *stakeholders* (JESUS; SOUZA, 2016, p. 45).

Jesus e Souza (2016) alertam sobre os riscos relativos a falta de evidenciação do passivo contingente, que podem afetar negativamente a situação financeira da entidade; e o risco de continuidade das operações das empresas (FERREIRA; ROVER, 2018).

A norma CPC 25 (R14) no item 13 distingue provisões de passivos contingentes. As provisões são reconhecidas no passivo por permitir que sejam realizadas estimativas confiáveis; já os passivos contingentes não são reconhecidos no passivo contábil (p.5), mas divulgados (p. 15) visto a total incerteza quanto a sua realização no futuro, e o pouco controles da organização para estimá-lo, de forma confiável, quanto a probabilidade de saída de recursos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 5 e 7). Na mesma normativa, no item 19, são apresentados exemplos de provisões, abaixo transcritos:

São exemplos de tais obrigações as penalidades ou os custos de limpeza de danos ambientais ilegais, que em ambos os casos dariam origem na liquidação a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos independentemente das ações futuras da entidade. De forma similar, a entidade reconhece uma provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo ou de central elétrica nuclear na medida em que a entidade é obrigada a retificar danos já causados. Por outro lado, devido a pressões comerciais ou exigências legais, a entidade pode pretender ou precisar efetuar gastos para operar de forma particular no futuro (por exemplo, montando filtros de fumaça em certo tipo de fábrica). Dado que a entidade pode evitar os gastos futuros pelas suas próprias ações, por exemplo, alterando o seu modo de operar, ela não tem nenhuma obrigação presente relativamente a esse gasto futuro e nenhuma provisão é reconhecida (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 6).

Ferreira e Rover (2018) esclarecem que as empresas de petróleo, gás e biocombustíveis, consumo não cíclico e utilidade pública estão entre as que mais divulgam informações de provisões e passivos contingenciais. Os autores afirmam que essas informações podem distorcer as DF, são necessários maiores esclarecimentos para os *stakeholders* sobre os possíveis avanços ou retrocessos dos processos em que as empresas sejam autoras ou rés, considerando os riscos envolvidos, especialmente o de continuidade da empresa.

No CPC 25 (R14) a partir do item 84 são definidos elementos que devem ser divulgados, abaixo transcritos; no item 91 esclarece que se algum elemento não puder ser divulgado deverá ser evidenciado; e no item 92 caso a empresa compreenda que essa divulgação possa causar algum tipo de prejuízo a empresa “não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas,

com a devida justificativa” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 15-16).

#### Divulgação

84. Para cada classe de **provisão**, a entidade deve divulgar:

- (a) o valor contábil no início e no fim do período;
  - (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
  - (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
  - (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e
  - (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
- Não é exigida informação comparativa.

85. A entidade deve divulgar, para cada classe de **provisão**:

- (a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
- (b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48; e
- (c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

86. A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de **passivo contingente** na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:

- (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;
- (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- (c) a possibilidade de qualquer reembolso.

(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 15). Grifos nossos.

De acordo com Ferreira e Rover (2018), as classificações requerem um julgamento sobre determinado evento, e essa avaliação pode diferenciar de acordo com o profissional. Além do que este julgamento está sujeito a erro ou a utilização tácita de manipulação de resultado. Na busca de apresentar uma informação fidedigna, esses eventos passam por análise de especialistas na área para avaliar o risco, sendo validado posteriormente pelos gestores, contadores e auditores externos e classificados nas respectivas DF. Cabe destacar que o papel da auditoria é assegurar que as informações divulgadas atendem as exigências das normas e estão adequadamente evidenciadas, garantindo a confiabilidade dos elementos divulgados (JESUS; SOUZA, 2016).

Souza et al. (2019) analisaram 300 empresas no período de 2010 a 2016 quanto às exigências prescritas no CPC 25, e concluem que as empresas estão longe do alinhamento a citada norma, dessa forma é constatado o nível de descumprimento na atualidade ao atendimento da normativa e seus determinantes, apesar de terem detectados um crescimento de

empresas que estão divulgando em 2016 (61%) comparados com o montante que divulgava em 2010 (54%).

Jesus e Souza (2016) analisaram o impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de 50 empresas brasileiras em 2014 auditadas pelas *big four* e seus resultados demonstram que os passivos mais divulgados são os de natureza cível (96%), fiscal (92) e trabalhista (90%), se houvesse o reconhecimento dos eventos registrados no passivo contingente 60% diminuiriam seus lucros em mais de 100%. Também localizaram a baixa divulgação principalmente o elemento “possibilidade de qualquer reembolso”, mas elementos como “estimativa do efeito é financeiro” foi divulgada por todas as empresas, 75% realizaram “breve descrição da natureza dos passivos contingente”.

Schneider, Michelon e Paananen (2018) argumentam que muitas informações relacionadas às questões ambientais já existem nas empresas e estão disponíveis em relatórios obrigatórios ditados por instituições reguladoras, como a de valores mobiliários.

Contudo, Freeman, Phillips e Sisodia (2018) destacam a forma como é feita a contabilidade, onde as informações são direcionadas para os investidores e como os gerentes podem criar valores para eles. Falta agregar as informações aos *stakeholder* sendo esse, na atualidade, um dos desafios da área.

Outros desafio da área contábil é apontado por Garcia et al. (2015), onde detecta que o sistema de controle gerencial das empresas e o sistema de informação devem ser aprimorados pois os autores realizam estudos analisando a relação de indicadores de desempenho econômico do GRI com os relatórios divulgados pela empresa e identificam que “a maioria das informações quantitativas monetárias necessárias para a elaboração desses indicadores aparentam estar presentes nos sistemas contábeis das empresas” (GARCIA et al., 2015, p. 70) (Quadro 10).

Quadro 10: Correlação indicadores econômicos GRI com DF

Indicadores Econômicos GRI G3.1 (2011)	Correlação com a Demonstração Financeira (DF)
EC1	CPC 09 DVA
EC3	CPC 33 Benefícios a Empregados
EC4	CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais

Fonte: Elaborado com base nos estudos de Garcia et al. (2015)

Garcia et al. (2015) analisaram a divulgação de 23 empresas brasileiras do setor de energia elétrica que divulgaram Relatórios de Sustentabilidade (RS) no padrão GRI G3.1 (2011), no ano de 2011, referentes às suas atividades do ano de 2010 e concluem que as empresas apenas reproduziram os números da DVA nos RS, sem processar as alterações

requeridas para atender ao objetivo do GRI, além do baixo entendimento das empresas do que deve ser divulgado no RS, considerando que boa parte das informações econômica elas possuem informações através das DF e as respectivas normativas contábeis, com isso apresentam que além dos problemas de controle gerencial, detectam “problemas de ordem cultural e comportamental, como a falta de conhecimento sobre os RS e o padrão GRI; a não prioridade para o reporte voluntário e a falta de construção de cultura interna” (GARCIA et al., 2015, p. 87).

Garcia et al. (2015) questionam a qualidade das informações econômicas reportadas para divulgação socioambiental visando atender ao objetivo de *accountability* das empresas. Nesse quesito, os estudos de Jesus e Souza (2016) e de Souza et al. (2019), corroboram, concluindo também sobre a baixa qualidade de divulgação pelas empresas, tendo como hipótese apresentada a dificuldade de interpretação da norma e consequente necessidade dos órgãos reguladores realizarem maior esclarecimentos sobre o tema.

Para finalizar, destaca-se a conclusão dos estudos de Schneider, Michelon e Paananen (2018) sobre as divulgações discricionárias adicionais relatadas dentro das demonstrações financeiras obrigatórias, onde esclarecem que elas são fundamentais para entender corretamente a contabilidade por trás do passivo declarado, bem como para entender possíveis custos associados às atividades corporativas.

### ***2.5.3 Relatório de Sustentabilidade e a evidenciação contábil***

A Ciência Contábil objetiva mensurar o patrimônio de uma organização em um período de tempo determinado, normalmente um ano, de forma comparativa e comunicar aos interessados os fatos e eventos administrativos seguindo princípios contábeis balizadores. Os relatórios de sustentabilidade são uma forma de comunicação do processo de gestão socioambientalmente responsável desenvolvido pelas organizações (TINOCO; KRAEMER, 2004). Monteiro e Ferreira (2007) apontam que a Ciência Contábil está mobilizada em estabelecer formas de fiscalizar e controlar os efeitos sociais e ambientais que ocorrem em função do crescimento econômico.

Estes mesmos pesquisadores destacam a importância das informações do RS estarem em consonância com o Princípio da Responsabilidade Social Corporativa - RSC que estabelece as necessidades de “ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders* e o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável”, destacando os estudos da Comunidade Europeia que em 2002 definem RSC como um conceito integrador



orientando que as “empresas integrem questões sociais e ambientais à operação de seus negócios, além de interagirem com os *stakeholders* voluntariamente” e os estudos da *AccountAbility 1000* em 1999 que enfatizam a prática da Governança Corporativa e a aplicação da *Accountability* (transparência, responsabilização, prestação de contas).

Na perspectiva da aplicação da *accountability*, as informações sobre a responsabilidade (BANSAL, 2005) devem estar alicerçadas em três pilares: ética, transparência e conformidade. A primeira está relacionada a prestação de conta da organização sobre suas práticas, incluindo omissões e consequências; a transparência corresponde a divulgação da informação aos interessados (*stakeholders*) e a conformidade indica a consonância da informação com os padrões realmente adotados na prática pela organização.

Pesquisas apontam que o nível de evidenciação voluntária dos relatórios pode ser identificado pelo nível de rentabilidade da empresa (MURCIA; SANTOS, 2009) e do relacionamento da empresa com o exterior, em especial investidores (BHANOT; BAPAT, 2015) para expressar uma melhor imagem organizacional (CALIXTO, 2013). Assim como as evidenciações podem ser motivadas pela legislação (CAPRAR; NEVILLE, 2012; PORTER; KRAMER, 2006), ou como forma de estabelecer vantagem competitiva (BHANOT; BAPAT, 2015; RAMIREZ, 2013; PORTER; KRAMER, 2006), ou como um instrumento para legitimar a atuação da indústria no mercado (PORTER; KRAMER, 2006), ou para estabelecer uma reputação e imagem na sociedade (RAMIREZ, 2013), entre outros. Ressalta-se que na atualidade, os relatórios de sustentabilidade passam a ser reconhecidos como ferramentas que auxiliam a gestão organizacional a divulgar os elementos de RSC (SANTOS et al., 2019).

Para a elaboração da informação contábil Monteiro e Ferreira (2007) destacam e respondem três questões presentes no processo de evidenciação da informação ambiental:

(a) para quem divulgar a informação? As informações devem ser divulgadas para os *stakeholders*.

(b) qual o objetivo da informação? O objetivo da divulgação é demonstrar o desempenho da entidade na dimensão ambiental, ou seja, gastos e provisões destinadas para esse fim, incluindo situações relacionadas à questão ambiental e que afetem diretamente a natureza e por conseguinte o patrimônio da entidade, comprometendo inclusive sua continuidade.

(c) quanto da informação deve ser divulgada? Ainda está se desenvolvendo uma classificação conceitual e metodológica para conseguir atender as recomendações da *Commission of the European Communities* para o objetivo de reconhecer, mensurar e evidenciar dentro de padrões confiáveis, comparáveis e verificáveis.

Apesar dos desafios, observa-se que há vários estudos apontando o aumento das divulgações e estabelecendo correlações entre os seus elementos dos efeitos da RSC na organização. Paralelamente as empresas começaram a implementar algumas práticas de divulgação de RSC ou uso de RS buscando tornar seus relatórios mais credíveis (RODRÍGUEZ; PÉREZ, 2016).

### 3 METODOLOGIA

O objetivo da presente pesquisa é indicar elementos das Demonstrações Financeiras que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade. Para tanto, o presente trabalho lança mão de um desenho de pesquisa descritiva baseada na análise de Relatórios de Sustentabilidade (RS). O foco dessa análise se direciona para os elementos divulgados em notas explicativas, como provisões de contingência das Demonstrações Financeiras (DF) (conforme norma CPC 25), e, mais especificamente, os aspectos de teor negativo para as empresas. Assim, foram explorados os elementos de comunicação presentes no RS por meio de uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa. O corpus de dados é constituído por 5 relatórios de sustentabilidade e 5 demonstrações financeiras publicados nos anos de 2014 a 2018 pela empresa Vale. A partir desses dados, foi realizada análise de conteúdo com o objetivo de se entender como as provisões de contingência das DF são divulgadas nos RS, considerando a adequação às orientações do modelo GRI.

Flick (2009) descreve a importância de se definir o campo e as questões de pesquisa, pois essa base possibilita delimitar os recursos e o plano de pesquisa. Vieira (2006) esclarece que no plano de pesquisa devem ser explicitados o método, tipo de corte, nível e a unidade de análise. No Quadro 11 está apresentado o plano desta pesquisa.

Quadro 11: Plano da pesquisa

<b>Especificidade do Método</b>	<b>Análise de Conteúdo</b>
<b>Tipo de Corte</b>	Seccional com perspectiva longitudinal - pesquisa na qual a coleta de dados é feita em um determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados (VIEIRA, 2006). Nesse caso serão analisados os relatórios (RS e DF) de 2014 a 2018.
<b>Nível de Análise</b>	Nível organizacional - O objeto central de interesse da pesquisa é a organização. Neste caso, os relatórios analisados são da Companhia Vale S.A.
<b>Unidade de Análise</b>	Relatório de Sustentabilidade

Fonte: Elaboração Própria

Desta forma, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa aplicada que visa o uso dos conhecimentos, métodos e técnicas acumulados das comunidades de pesquisa para um propósito específico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977; GIL, 2008; OLIVEIRA, 2004), cuja finalidade é descritiva de concepção longitudinal (LAKATOS; MARCONI, 2001; OLIVEIRA, 2004; MALHOTRA, 2012), porque tem como preocupação central descrever as características das informações divulgadas através dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) no período de 2014 a 2018. Além disso, busca determinar a forma como essas informações estão associadas às variáveis financeiras e não financeiras das Demonstrações Financeiras (DF) do

mesmo período, resultando em melhorias na comunicação do RS que denotem a construção transparente de estratégias para a RSC das organizações, com isso atingindo o objetivo da pesquisa.

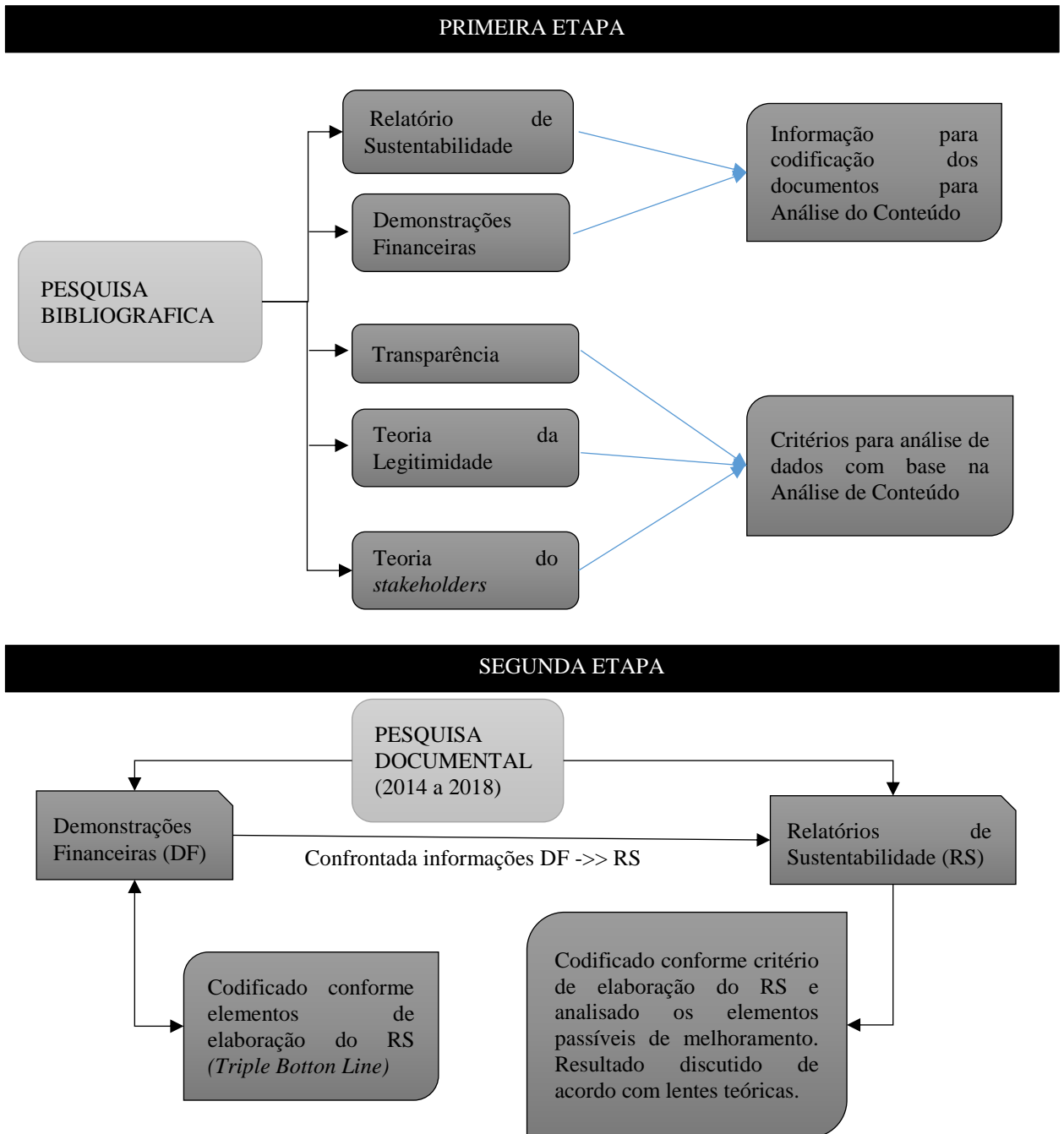
Apesar da diversidade de processos e combinações de elementos que podem envolver uma pesquisa social, neste estudo será utilizado o proposto por Bauer e Gaskell (2002), que consta de quatro etapas, quais sejam: delineamento, técnica de coleta de dados, tratamento analítico e interesse do conhecimento.

### **3.1 MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE DADOS**

Para autores como Bauer e Gaskell (2002), Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2001), o delineamento da pesquisa, consiste em etapas estruturais para a investigação do fenômeno, ou seja, compreende a elaboração detalhada das operações de investigação a serem realizadas.

Assim, este estudo ocorreu em duas etapas: iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, que realizou levantamento das pesquisas publicadas sobre transparência, Relatórios de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras e as teorias da Legitimidade e *stakeholders*, identificando os elementos que compõem a campo de visão dos pesquisadores e alicerçando a estrutura necessária para uma melhor compreensão dos dados que foram coletados. Seguiu com uma pesquisa documental, com base na coleta de dados dos instrumentos passíveis de descrever as características das informações entre dois relatórios e determinar formas de associação por meio do tratamento analítico. Para tanto foi utilizado o método de análise de conteúdo para realizar esta pesquisa (Figura 6).

Figura 6: Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaboração Própria

Para a coleta de dados desta pesquisa foram levantadas as 5 Demonstrações Financeiras (DF) e os 5 Relatórios de Sustentabilidade (RS) da empresa mineradora Vale, no período de 2014 a 2018. Foi utilizado o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), afim de coletar dados divulgados nos dois relatórios passíveis de confrontação para realizar associações. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos, amplamente utilizada devido a flexibilidade metodológica na sua aplicação, que auxilia na interpretação subjetiva do

conteúdo do texto por meio do processo de classificação sistemática, de codificação e identificação de temas ou padrões (HSIEH; SHANNON, 2005).

O objetivo do método de análise de conteúdo é melhorar a qualidade inferencial dos resultados, relacionando as categorias ao contexto ou ambiente que produziu os dados. As inferências não são parte integrante dos dados, mas sim, vêm do pesquisador e do leitor pesquisador (DOWNE-WAMBOLDT, 1992). Hsieh e Shannon (2005) esclarecem que há diferenças entre a forma de codificação, origens de códigos e ameaças à confiabilidade, sendo essas diferenças o que define o tipo de abordagem adotada pelos pesquisadores. Dessa forma, os autores classificam as abordagens em convencional (quando a categoria de codificação é derivada do texto analisado); direcionada (quando a análise inicia com uma teoria ou resultados relevantes); ou somativas (envolve contagem e comparações, geralmente de palavras-chave ou conteúdo, seguida pela interpretação do contexto).

Hsieh e Shannon (2005) sintetizam o processo analítico da análise de conteúdo, independentemente da abordagem utilizada, em sete etapas clássicas: 1) a formulação das perguntas de pesquisa a serem respondidas; 2) seleção do corpus de dados a ser analisada; 3) definição das categorias a serem aplicadas; 4) descrição do processo de codificação e treinamento do codificador; 5) executando o processo de codificação; 6) confiabilidade da codificação (garimpagem); e 7) analisando os resultados do processo de codificação.

Em resumo, a análise de conteúdo tem como ponto de partida a organização da análise em etapas de codificação de resultados, categorizações, inferências; e, por fim, análise das comunicações. Para uma aplicabilidade coerente da técnica, a organização dos dados considera os pressupostos para auxiliar na interpretação das mensagens e dos enunciados. Dessa forma, a análise de conteúdo organiza-se em torno de três pólos: 1) a pré-análise – Escolha do material que fundamentam a interpretação; 2) a exploração do material - os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados códigos, as quais permitem uma descrição das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto; e 3) o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

No Quadro 12 são apresentados os polos de Bardin (2011), em conjunto com as etapas de Hsieh e Shannon (2005), indicando o processo como foi executado a análise de conteúdo nesta pesquisa.

Quadro 12: Execução da Análise de Conteúdo

Pólos (BARDIN, 2011)	Etapas (HSIEH; SHANNON, 2005)	Pesquisa
<b>1) Pré-Análise</b>	1) formulação das perguntas de pesquisa	Quais elementos da demonstração financeira podem ser associados aos relatórios de sustentabilidade para melhorar a sua transparência?
	2) seleção do corpus de dados	Empresa Vale S.A, no período de 2014 a 2018 as DF e RS
	3) definição de Categorias	DF – <i>Triple Bottom Line</i> RS – Indicadores de definição do conteúdo
<b>2) Exploração do Material</b>	4) processo de Codificação	<i>Triple Bottom Line</i> (dimensão Ambiental) Indicadores ( <i>stakeholders</i> , contexto de sustentabilidade, materialidade, completude)
	5) executando a codificação	Leitura durante o processo de pesquisa
<b>3) Tratamento dos Resultado</b>	6) confiabilidade da codificação	Quadro de definição constitutiva e definição operacional
	7) analisando os resultados	Resultado desta pesquisa

Fonte: Elaboração Própria

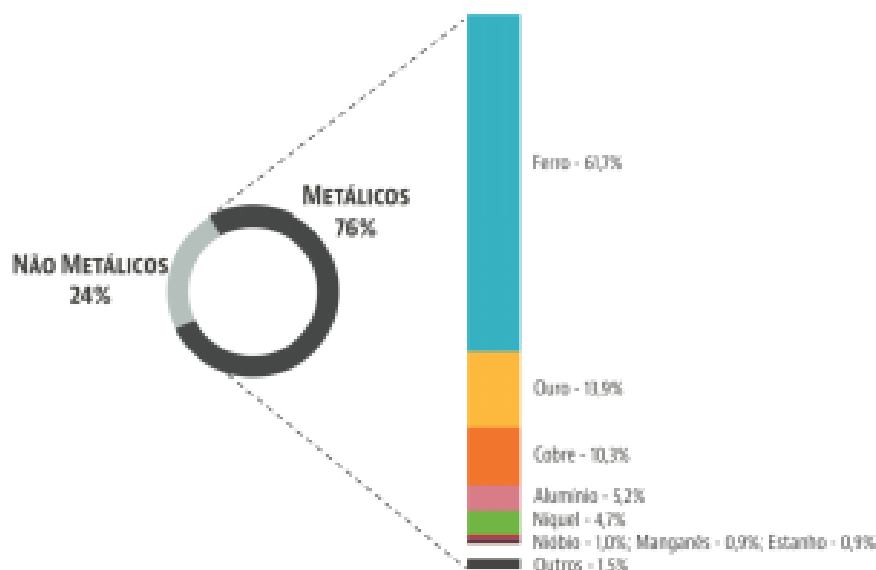
As principais etapas estão detalhadas nos subitens que seguem.

### 3.1.1 Seleção do corpus de dados a ser analisada

Para fazer a seleção da amostra das indústrias a serem incluídas nesta pesquisa foram utilizados critérios. Inicialmente, buscou-se atender o conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse ponto foram levantadas indústrias que além de serem poluentes utilizassem recurso não renováveis e tivessem uma grande importância para o desenvolvimento econômico, nessas condições o segmento de exploração de minério foi selecionado. Devido a diversidade de minérios explorados no Brasil, foi pesquisado quais seriam mais significativos, considerando a extração. Para tanto, foi utilizado o Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas de 2016, do Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil.

Nesta pesquisa foi possível identificar que o Ferro representa 67% das substâncias metálicas produzida no Brasil e comercializadas em 2015 (Figura 7). A maior parte das indústrias de extração está no sudeste brasileiro (75%) e na região amazônica (24%). Outro dado importante é que a produção de ferro no Brasil se realiza em minas a céu aberto, sendo 41 das Minas de grande porte, com produção bruta anual maior que 1.000.000 toneladas.

Figura 7: Participação das Principais Substâncias Metálicas no Valor da Produção Mineral Comercializada - 2015



Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (2017)

Para a definição das organizações que iriam participar da pesquisa foram levantadas as principais empresas da indústria de mineração produtoras de Ferro em 2015, conforme informado no Relatório Anual 2016, onde destaca a produção de nove empresas com atuação no Brasil, que corresponde a 94,2% da produção e venda do minério nacional (Tabela 1).

Tabela 1: Principais Empresas de Produção de Minério de Ferro no Brasil 2015

N	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)
1	Vale S.A	73,77%
2	Companhia Siderúrgica Nacional	4,49%
3	Samarco Mineração S.A	3,98
4	Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A	2,97%
5	Congonhas Minérios S.A	2,64%
6	Minerações Brasileira Reunidas	2,26%
7	Gerdau Açominas	1,48%
8	Mineração Unisimas	1,46%
9	Itaminas Comércio de Minério	1,15%

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (2017)

Com base nesse indicativo foram levantadas as publicações de Relatórios de Sustentabilidade disponíveis nos sites oficiais das organizações, relativos ao exercício social de 2017 e se elas têm ações em Bolsa de Valores, pois a legislação brasileira obriga a publicação das Demonstrações Financeiras para essas empresas (Quadro 13).



Quadro 13: Análise da publicação de RS das organizações de extração de Minério

<b>EMPRESA</b>	<b>RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>AÇÃO NA BOLSA</b>	<b>SITE OFICIAL</b>
<b>Vale S.A.</b>	Relatórios encontrados (2006 a 2017).	SIM. Bolsa de São Paulo	<a href="http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx">http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx</a>
<b>Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)</b>	Não publica relatório de sustentabilidade.	SIM. Bolsa de São Paulo	<a href="http://www.csn.com.br/default_pti.asp?idioma=0&amp;conta=45">http://www.csn.com.br/default_pti.asp?idioma=0&amp;conta=45</a>
<b>Samarco Mineração S.A.</b>	Relatórios encontrados (2005 a 2014), após acidente ambiental em 2015 a empresa passou a publicar os relatórios de forma bienal. O Relatório 2017/2018 está sem previsão para publicação.	NÃO. Controlada da Empresa Vale S.A	<a href="https://www.samarco.com/">https://www.samarco.com/</a>
<b>Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.</b>	Relatórios encontrados (2004 a 2014), Está empresa só tem escritórios no Brasil, sua sede fica na Inglaterra.	SIM. Bolsa de Londres	<a href="http://brasil.angloameric.com/?sc_lang=pt-PT">http://brasil.angloameric.com/?sc_lang=pt-PT</a>
<b>Congonhas Minérios S.A.</b>	Não foram encontradas informações	NÃO. Controlada da Empresa CSN	NÃO LOCALIZADO
<b>Minerações Brasileira Reunidas</b>	Relatório das atividades 2017. Não foram localizadas informações.	NÃO. Controlada da empresa Vale S.A	NÃO LOCALIZADO
<b>Gerdau Açominas</b>	Relatórios encontrados 2002-2008; 2011-2017. Apenas informações no site.	NÃO. Capital Fechado	<a href="https://www.gerdau.com/br/pt/home">https://www.gerdau.com/br/pt/home</a>
<b>Mineração Usiminas</b>	Relatórios Anuais de 2000 a 2011. Relatórios de sustentabilidade 2015 e 2017.	SIM. Bolsa de São Paulo	<a href="http://ri.usiminas.com/ptb/relatorios-anuais-e-de-sustentabilidade">http://ri.usiminas.com/ptb/relatorios-anuais-e-de-sustentabilidade</a>
<b>Itaminas Comércio de Minério</b>	Não foram encontradas informações desta empresa, apenas que em 2010 ela foi vendida para o consórcio chinês ECE - Birô de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China.	NL	NÃO LOCALIZADO

Fonte: Elaboração Própria

Apesar de serem empresas altamente poluente, de grande risco ambiental, com grande importância econômica devido à extração de recurso não renovável, observa-se que em 2017 foram localizados relatórios de 4 empresas; e quando se analisa a continuidade regular dessas informações durante o tempo, apenas a empresa Vale S.A.

Em resumo com relação a publicação dos RS's: a) três mineradora não publicam relatório, a saber: CSN e sua controlada Congonhas Minério S.A, e Itaminas Comércio de Minério; b) das quatro empresas com publicação em 2017, a empresa Mineração Brasileira Reunidas tem apenas uma publicação a correspondente ao ano em análise; a Gerdau Açominas não foi localizada as publicações dos anos 2009 e 2010, a Mineração Usiminas não foram

localizadas as publicações dos anos 2012 a 2014 e 2016; a Vale S.A desde que iniciou a publicação em 2006, manteve os relatórios regularmente; c) duas empresas já tiveram publicação, mas em 2017 não realizaram a Anglo American Minério de Ferro desde de 2015 não realiza publicação e a Samarco Mineração S.A alterou para publicação bienal em 2015/2016 e não tinha previsão para publicação 2017/2018 (até 30/06/2019).

Outra análise realizada foi a negociação de ações da empresa em Bolsa de Valores, o que obriga a publicação de DF's. Desta forma, observou-se: a) quatro empresas têm ações negociadas (Vale, CSN, Usiminas – Bolsa de São Paulo; e Anglo American – Bolsa de Londres); b) três empresas são controladas (Samarco e Mineração Brasileira Reunidas – Controladas pela Vale S.A; e Congonhas Minério – Controlada pela CSN); c) duas não negociam na bolsa (Gerdau Açominas tem capital fechado; e Itaminas vendida para consórcio Chinês).

Nesse ponto cabe um adendo sobre os caminhos utilizados nessa tese para definição da pesquisa. Na qualificação foi proposto um procedimento para representar o grau de transparência das organizações, considerando as práticas de responsabilidades sociais e ambientais através das análises dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas indústrias de mineração no país. No entanto, para executar a pesquisa qualificada na metodologia proposta, seria necessário realizar uma avaliação longitudinal das práticas de um segmento de indústria, estabelecendo relações passíveis de quantificar o grau de significância da transparência. Contudo, com esse achado (ausência de publicação continuada de RS), foi necessário a mudança de objetivo de pesquisa, para uma análise em profundidade de uma única empresa que manteve de forma longitudinal informações regulares.

Destaca-se aqui a afirmação de Borgstedt et al. (2019), que ressalta a importância da abordagem longitudinal para avaliar a transparência, pois nela é possível observar a consistência da informação. Dessa forma, a única empresa que manteve a publicação anual dos relatórios de sustentabilidade foi a empresa Vale S. A., sendo ela definida para realizar a pesquisa em profundidade. Identificou-se que a Vale S. A. publica RS desde 2006, todos com base no modelo GRI. Os dados dos RS's confrontados com as respectivas DF's nos permitiram alcançar o objetivo de indicar elementos das Demonstrações Financeiras que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade.

Para identificar esses elementos, foram analisadas as informações divulgadas nas DF, especificamente as provisões para contingência, e relacionados aos relatórios de sustentabilidade usando o método de análise de conteúdo e como ferramenta de apoio um editor

de planilhas, onde foram transcritos os relatórios e categorizada cada parte do texto, conforme metodologia adotada.

### ***3.1.2 Definição das categorias***

Para Hsieh e Shannon (2005) a análise de conteúdo é usada com dados de texto codificados em categorias explícitas. O objetivo é classificar grande quantidade de texto com significados semelhante em grupo, que tanto podem representar comunicação explícita ou comunicação inferida. As categorias são padrões ou temas expressos diretamente no texto ou derivados deles através da análise. Em seguida, os relacionamentos entre categorias são identificados. No processo de codificação, pesquisadores que usam análise de conteúdo criam ou desenvolvem um esquema de codificação para orientar os codificadores a tomar decisões na análise do conteúdo. O esquema de código inclui o processo e as regras de análise de dados sistemáticos, logísticos e científicos.

A análise de conteúdo foi realizada seguindo uma abordagem direcionada, de acordo com a definição de Hsieh e Shannon (2005). As categorias foram definidas *a priori*, com base na pesquisa bibliográfica realizada, especificamente, as diretrizes estabelecidas pela GRI para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, tratados nessa tese a partir do tópico 2.4.2 *Global Reporting Initiative (GRI)*, sendo definidas categorias para a análise da Demonstração Financeira e Categorias para a análise do Relatório de Sustentabilidade.

Para a análise das Demonstrações Financeiras (DF) as categorias foram definidas com base nas diretrizes do GRI, onde são traçadas opções que auxiliam na definição dos conteúdos que serão comunicados, sendo elas essencial ou abrangente. Na essencial, que todas as empresas minimamente devem seguir, os relatos devem contemplar os impactos da empresa no desempenho ambiental, econômico e social (*Triple Bottom Line*), para fins dessa pesquisa e foi estabelecida a dimensão ambiental como categorias *a priori* utilizadas.

Convém destacar que as DF são demonstrativos obrigatórios de acordo com a legislação brasileira (Lei 6404/76 e atualizações, art. 176) e é composta de Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e complementadas por Notas Explicativas (NE) e outros quadros necessários para esclarecimento das informações divulgadas. Especificamente, as contas tratadas de acordo com CPC 25 (IAS 37) que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes que a partir de 2010

passou a ser observado de forma obrigatório pois permitem a avaliação de risco que as entidades estão expostas.

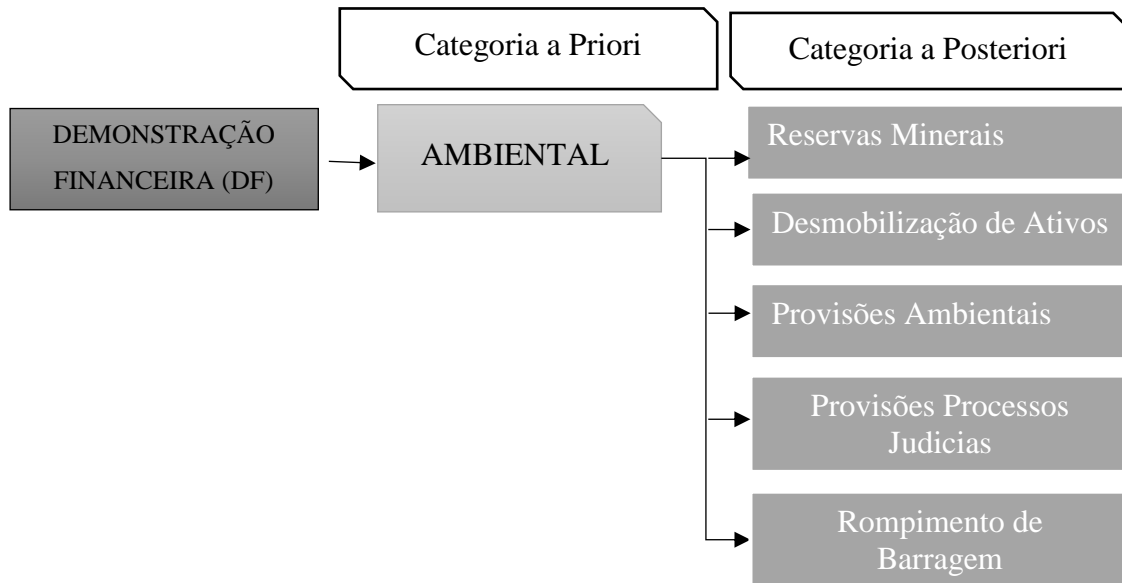
Para os Relatórios de Sustentabilidade, as categorias também foram definidas com base nas diretrizes do GRI, onde são definidos os princípios para elaboração desses relatórios, eles se dividem em princípios para definição do conteúdo e princípios para assegurar a qualidade do conteúdo. Neste caso, as categorias *a priori* utilizadas foram as dos princípios para definição do conteúdo, que se dividem em quatro categorias: 1) inclusão dos *stakeholders*; 2) Contexto de sustentabilidade; 3) materialidade; e 4) completude, pois objetiva compreender se abordagem do conteúdo pela empresa atende todos os princípios da metodologia GRI, enquanto a qualidade do conteúdo será avaliada pelas lentes teóricas do *stakeholders*, transparência e legitimidade, ocorrendo assim a triangulação entre teoria e conteúdo para conduzir a análise.

### ***3.1.3 Descrição do processo de codificação***

Iniciou-se com o levantamento sistemático das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras (DF) onde, por meio de leitura atenta, com o objetivo de identificar assuntos abordados nessa DF e codificá-los de acordo com a categoria definida *a priori*. O objetivo dessa codificação é localizar elementos que serão abordados no Relatório de Sustentabilidade (RS) para, no segundo momento, comparar os conteúdos.

Durante a leitura das DF emergiram novas categorias *a posteriori*, as quais foram chamadas de subcategorias. Para cada categoria há um conjunto de subcategorias, como por exemplo: a categoria Ambiental, temos as subcategorias reservas minerais, desmobilização de ativos, provisões ambientais, provisões processos judiciais e rompimento de barragem. (Figura 8)

Figura 8: Diagrama com o processo de codificação das DF

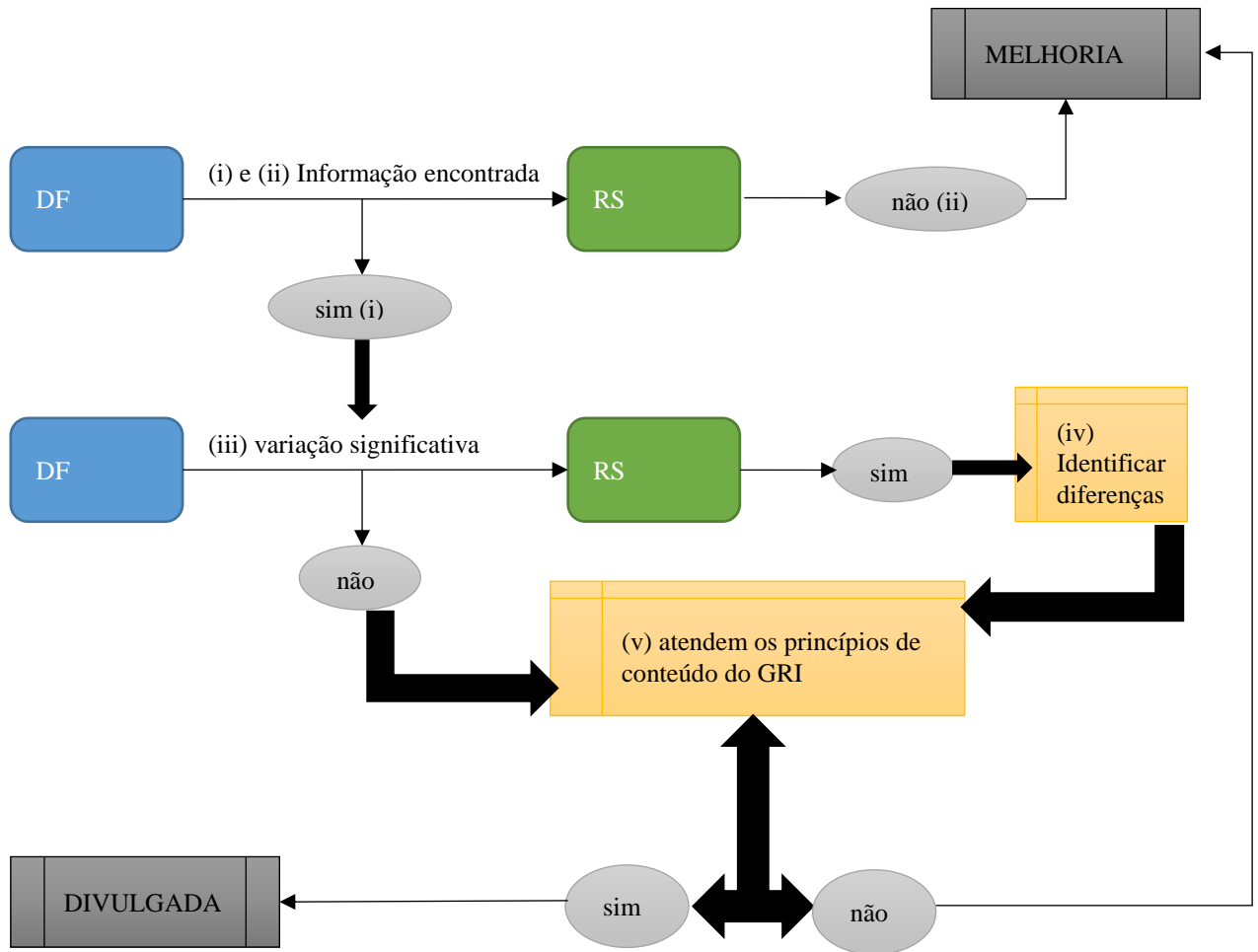


Fonte: Elaboração Própria

Essas unidades temáticas da DF terão seus conteúdos confrontados com os conteúdos divulgados nos RS, visando identificar se esses conteúdos foram tratados nos RS e a forma como foram tratados. Esse confronto gera dois tipos de resultados: a identificação de itens que precisam de melhoria e dados que precisam avaliar a qualidade do conteúdo divulgada. Para o segundo caso serão verificados se a diferença do conteúdo divulgado, e em ambos os casos os conteúdos serão analisados de acordo com as categorias de análise de conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade. Dessa forma, pode-se sintetizar essa etapa de confrontação em cinco fases, conforme descrição abaixo e desenho do processo de confrontação apresentado na Figura 9

- (i) a informação divulgada nas DF obrigatória é encontrada no RS voluntário;
- (ii) a informação divulgada no RS não apresenta variação significativa em relação a informação divulgada na DF obrigatória;
- (iii) Se não apresenta variação, segue para o item V;
- (iv) Se apresenta diferença, identificar quais as variações dos valores divulgados no RS em relação aos valores divulgados nas DF obrigatórias;
- (v) as informações encontradas atendem os princípios de definição de conteúdo da GRI.

Figura 9: Processo confrontação entre os relatórios DF e RS



Fonte: Elaboração Própria

Todo o conteúdo que chegar ao item (v) será analisado o seu conteúdo em profundidade. Para tanto a análise passará pelas categorias de “definição do conteúdo” conforme proposta de elaboração do RS modelo do GRI descritas no tópico anterior. Após organizar os conteúdos selecionados nas categorias definidas a priori os seus conteúdos serão analisados utilizando as lentes teóricas da legitimidade, do *stakeholders* e da transparência. O capítulo que segue apresenta o tratamento analítico dos dados coletados.

### 3.2 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

O tratamento analítico de natureza qualitativa, utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (2011) auxiliará na operacionalização adequada da relação teórica e os dados documentais (BAUER; GASKELL, 2002).

Vieira (2006) ressalta a importância da metodologia para o alcance da cientificidade da pesquisa através dos valores de validade, confiabilidade e aplicação que podem ser avaliados pela academia. Para tanto, ele sugere a importância de se seguir alguns ritos onde se declara de forma explícita, aos avaliadores a “perguntas de pesquisa, dos conceitos e das variáveis, bem como uma descrição detalhada dos procedimentos de campo garantem (...) ‘objetivação’ do fenômeno estudado” (VIEIRA, 2006, p. 18). Para o autor, a avaliação do rigor científico pode ser explicitada por elementos importantes e definitivos que estruturam a pesquisa, a saber: definições constitutivas (conceito utilizado que emerge da fundamentação teórica utilizada) e operacional de termos ou variáveis (como o termo será identificado, verificado ou medido, na realidade). Esta pesquisa analisa os Relatórios de Sustentabilidade com base em três conceitos teóricos, distintos, porém complementares para o este objeto de estudo, a saber: Transparência, Teoria da Legitimidade e Teoria do *stakeholders*. No Quadro 14 são apresentadas as definições constitutiva e operacional utilizadas nessa tese.

Quadro 14: Tratamento Analítico

<b>CONCEITO STAKEHOLDERS</b>		
Definição Constitutiva	Definição Operacional	Resultados Esperados
Freeman, Phillips e Sisodia (2018, p. 5) esclarece que Teoria do <i>stakeholders</i> discute como envolver os <i>stakeholders</i> e criar valor para eles. Berman & Johnson-Cramer (2019, p. 1358) afirma que as empresas devem ser analisadas no contexto dos relacionamentos com os <i>stakeholders</i> . Sendo a relação com esses atores o caminho para a geração de valor para as organizações (RETOLAZA et al, 2015, p. 1008)	No presente trabalho, <i>stakeholders</i> é compreendido como os usuários identificados pela empresa que são impactados pela ação por ela promovida. É necessário tratarmos dos <i>stakeholders</i> porque eles são os propulsores de criação de valor. Assim, observaremos quais os canais que a empresa disponibilizou para identificar os atores e os respectivos engajamentos e como ela apresenta isso no RS.	Descrição dos grupos de interesse relacionados às atividades e as respectivas bases para identificá-los. Descrição das formas de relacionamento entre os diversos grupos de interesse e os principais tópicos de preocupação para uma legitimidade efetiva
<b>CONCEITO TRANSPARÊNCIA</b>		
Definição Constitutiva	Definição Operacional	Resultados Esperados
De acordo com Tapscott e Ticoll (2005, p. 23) transparência é definida como “A acessibilidade, para os <i>stakeholders</i> , às informações institucionais referentes a assuntos que afetem seus interesses” Para estabelecer o entendimento de transparência sobre os relatórios o conteúdo é avaliado com base na Teoria da Legitimidade e a Teoria do <i>stakeholders</i> .	No presente trabalho, trataremos transparência como uma informação completa, ou seja, passível de ser rastreada e avaliada ao longo do tempo. Observaremos sua existência a partir da identificação de uma ação efetivada pela empresa e a descrição do impacto e do locus que pode ser observado, o prazo estimado para se obter resultados e clareza dos resultados almejados, assim como a exatidão da forma de como será realizada a avaliação.	Uma descrição com clareza e exatidão, passível de monitoramento, de forma a promover uma análise crítica da consistência das informações divulgadas sobre as práticas da empresa/ do RS – subsídio para proposição de novo padrão de GRI

CONCEITO LEGITIMIDADE		
Definição Constitutiva	Definição Operacional	Resultados Esperados
Para Deegan (2019) a premissa central da Teoria da Legitimidade é que a manutenção de operações organizacionais exige que os gerentes garantam que sua organização pareça operando em conformidade com as expectativas da comunidade e, portanto, é atribuída o status de ser “legítima”. Borgstedt et al. (2019, p. 180) destaca que se uma organização não é capaz de atender às expectativas dos <i>Stakeholders</i> , perde a base de sua legitimidade.	No presente trabalho trataremos legitimidade como a descrição da ação realizada e as consequências dessa ação no futuro nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, ou seja, qual o legado para a sociedade contemporânea e vindoura. Observaremos sua existência a partir da clareza da divulgação apresentada, sendo identificado no objetivo da ação o resultado esperado, a base de mensuração deste, o tempo necessário para avaliar e os <i>stakeholders</i> envolvidos.	Descrição clara sobre a compreensão da empresa referente a responsabilidade dela sobre a ação que efetiva, incluindo os possíveis risco atuais e futuros advindo dessa prática.

Fonte: Elaboração Própria

### 3.2.1 Confiabilidade da codificação

Para a análise dos dados extraídos das DF e confrontados com o RS, foram novamente codificados, de acordo com metodologia de Análise de Conteúdo. Para tanto foram analisados com base em quatro diferentes indicadores: 1) *stakeholders*, 2) contexto de sustentabilidade, 3) materialidade e 4) completude. A partir desses indicadores, é possível identificar o padrão geral de relatórios da empresa, o que possibilita tirar conclusões em relação à transparência, à legitimidade e à criação de valor, além de apontar de forma objetiva os aspectos de melhoria.

#### 1) *stakeholders*

Nesse caso, foram analisados se as informações divulgadas nas DF/RS trazem alguma tentativa da empresa em identificar e ouvir interesse de grupo de *stakeholders* envolvidos na ação relatada ou estabelecer algum canal de comunicação entre grupos interessados, a fim de avaliar se há esclarecimentos sob as medidas adotadas pela organização que devam ser realizadas, visando a criação de valor ou a formulação de políticas e estratégias de negócios mais eficazes.

#### 2) Contexto de Sustentabilidade

Nesse indicador se busca entender efetivamente qual o objetivo da empresa frente ao impacto avaliado e o resultado. Será categorizado o relato do objetivo reportado a) qual resultado (melhoria e deterioração), b) em quais dimensões (ambiental, social e econômico) há



o desdobramento da ação, c) quando será alcançado (estabelecer fases, se possível), e d) quem são os atores envolvidos. O objetivo principal é que a empresa efetive um relato na perspectiva da sustentabilidade, ou seja, como ela contribui ou contribuirá para a melhoria ou degradação das condições econômicas, ambientais e sociais em todos os níveis de atuação dessa organização, ou seja, local, regional e/ou global.

### 3) Materialidade

Esse indicador será analisado com base na qualidade da informação definida no CPC 25 (IAS 37), que objetiva uma divulgação contábil justa, adequada e completa. A citada normativa propõe que haja informações suficientes para que o usuário possa compreender a natureza da ação e o valor monetário envolvido. Nesse indicador serão avaliados os recursos humanos, materiais e monetários envolvidos, passíveis de mensuração.

Para tanto, será categorizado: a) qual resultado, b) os recursos necessários para realizar (materiais, humanos e financeiros), c) o valor das contingências que estão envolvidas, e d) os riscos relacionados; de forma a refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos que possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões dos *stakeholders*.

### 4) Completude

Esse indicador é complementar aos indicadores anteriores e está relacionado à forma como a empresa está comunicando ao longo do tempo. O objetivo é analisar a garantia de uma comparação adequada das ações e resultado longitudinais da empresa visando a transparência.

Nesse indicador buscou-se sistematizar as seguintes informações: a) escopo (*triple bottom line*), limite (onde ocorre impacto: interno ou externo), b) tempo (período especificado), c) forma de coleta de dados (refere-se a uma divisão específica da empresa ou de uma região específica), e d) apresentação (clareza e exatidão).

Borgstedt et al. (2019) afirmam que a avaliação do nível de transparência das organizações deve ocorrer ao longo de um período. Para que haja uma avaliação profunda da transparência deve ir além das declarações relatadas ou não em relação a certas dimensões relacionadas à sustentabilidade. O interessante aqui é identificar se as empresas relatam consistentemente vários anos (abordagem longitudinal). Sendo assim, os indicadores devem passar não apenas pela coleta da informação naquele ano, mas pelas indicações nos relatórios subsequentes da persistência da organização em alcançá-lo, sem alterações injustificadas.

### **3.3 LIMITES E RISCO DA PESQUISA**

O limite desta pesquisa, conforme apontado por Martini Junior, Silva e Mattos (2014), é a confiabilidade das informações divulgadas. As empresas podem apenas divulgar informações positivas. Então, o uso de Relatório de Sustentabilidade como instrumento de apoio à análise de transparência empresarial, deve ser vinculado à dados de fontes externas, para evitar possíveis vieses provenientes de uma única fonte de informação.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Para fins de análise de dados esse capítulo foi dividido em dois tópicos: (1) Visão Geral e (2) Temas específicos. Iniciamos com uma visão geral da empresa, onde é realizado um breve relato da empresa e são apresentados de forma ampla e superficial as Demonstrações Financeiras da Vale S.A de 2007 a 2018 (12 relatórios) e os Relatórios de Sustentabilidade da Vale S.A de 2006 à 2018 (13 relatórios), o objetivo desse tópico é realizar trazer um panorama geral para compreender o universo de dados divulgado pela empresa Vale S.A.

No tópico seguinte serão destacados temas específicos das DF e RS, o objetivo desse tópico é aprofundamento da análise da divulgação. Para tanto, foi definida como estratégia analisar os relatórios dos últimos 5 anos, ou seja, no período de 2014 a 2018, considerando que a empresa passou por dois graves acidentes ambientais, o que poderia gerar reflexos consideráveis no objeto de estudo.

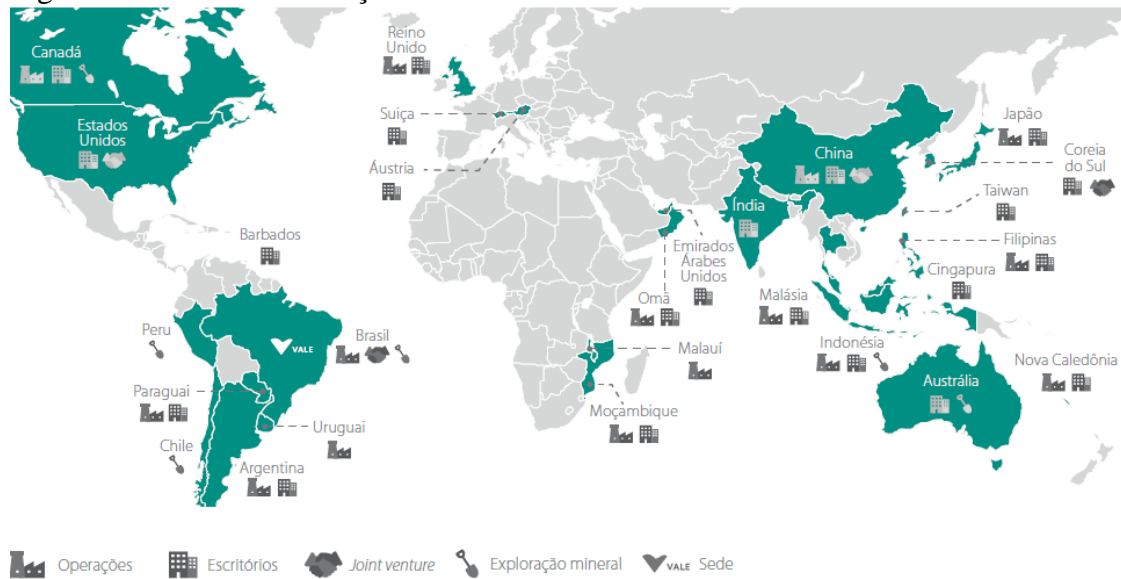
### 4.1 VISÃO GERAL

#### *4.1.1 Caracterização da organização estudada: Empresa Vale S.A*

A empresa Vale SA está sediada no Brasil, está presente em cerca de 30 países (Figura 10), é uma empresa de capital aberto, mas nem sempre foi assim.

Fundada em 1942 como empresa estatal chamada Companhia Vale do Rio Doce pelo presidente Getúlio Varga para produção de minério de ferro, inicialmente para atender as siderúrgicas nacionais. Na década de 60 a Companhia modernizou seus postos no Brasil e começou a atuar no exterior. Em 1997 a empresa foi privatizada (VALE, 2020).

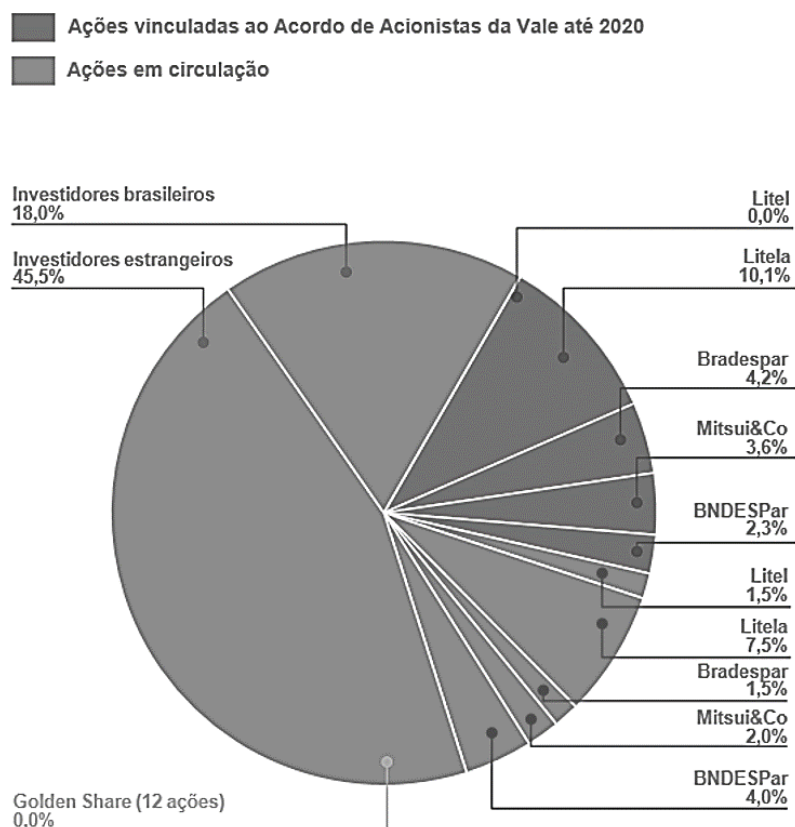
Figura 10: Países com atuação da Vale S.A



Fonte: VALE (2018b, p. 20) na íntegra

A Companhia realizou seu registro na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em outubro de 1943, e no ano de 2000 expandiu seu registro fora do território brasileiro, lançando suas ações nas bolsas de Latibex e na New York Stock Exchange (NYSE). Em 2017 migrou para o segmento Novo Mercado o qual exige divulgação de mecanismos de transparência, fiscalização e controle, além de regras societária e de governanças com padrões diferenciados. Em novembro de 2019 a empresa apresenta uma base acionistas global e diversificada apresentada no Figura 11 (VALE, 2020).

Figura 11: Composição acionária da Vale em novembro de 2019



Fonte: VALE (2020) na íntegra

A Vale afirma no seu site ser uma das maiores mineradoras do mundo, sendo a maior produtora de minério de ferro e níquel no Brasil (Tabela 2), além de realizar operações nas áreas de logística possuindo uma infraestrutura de rede integrada de minas, ferrovias, navios e portos em 6 países (Brasil, Indonésia, Moçambique, Omã, Filipinas e Argentina); energia onde investe em fontes hidrelétricas e eólica para atender 54% do seu consumo de energia além de investimentos nesse segmento e; siderurgia onde atua com *joint ventures* como a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) e a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP) (VALE, 2020).

Tabela 2: Ranking da Vale S.A no Parque Produtor de Minério Brasileiro ano base 2017

Ranking	Minério	UF	Participação (%) <sup>1</sup>
2º	Cobre	PA	21,69
1º	Ferro	PA, MG	79,17
2º	Manganês	PA, MG	34,65
2º	Níquel	PA	34,46

(1) Participação percentual da empresa no valor total da comercialização da produção mineral da substância.  
Fonte: Elaboração Própria com base em Agência Nacional de Mineração (2019).

A economia de um país pode ser medida pelo peso da balança comercial. O minério de ferro é o terceiro produto mais exportado pelo Brasil, sendo a Vale S.A o principal produtor brasileiro, cuja vendas em 2018 somaram US\$ 20,215 bilhões (GERBELLI, 2019).

Apesar da pujança econômica do segmento ele é reconhecidamente como um tipo de empreendimento que geram muito impactos negativos ao meio ambiente, podendo citar a degradação ambiental à fauna e flora, contaminação de efluentes e solos por metais, sulfatos, óleos e graxas, aumento da erosão, acidez da água da mina, sólidos totais e turbidez da água (DIAS; COELHO; SILVA, 2016; FEAM, 2016). Particularmente Vale S.A. registra nos últimos 5 anos dois graves acidentes ambientais.

Em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco, nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil, onde a mesma no RS 2015 registra a perda de 19 vidas em decorrência do acidente. A empresa Samarco foi adquirida pela Vale entre os anos 2000 e 2001, onde detinha 50% do capital social, estando, desta forma, co-responsável por estabelecer ações socioambientais e socioeconômicas decorrentes desse acidente (VALE, 2016b). Kouloukoui e Gomes (2016) informam que o acidente trouxe enquanto consequências sociais mais de 600 desabrigados e a possibilidade de demissão de 5 mil funcionários da Samarco; e como consequências ambientais o Rio Doce que abastece a cidade e que tem pescadores que se beneficiam com a pesca foi completamente afetado, dano ainda difícil de mensurar.

As operações da Samarco foram suspensas por ordem do Governo de Minas Gerais, nas DF 2016 a Vale divulga que reduzirá para ZERO seu investimento na *Joint Venture* Samarco e registram que a Samarco e os Acionista já disponibilizaram R\$ 2,0 bilhões para cumprimento de acordos por acidente (VALE, 2017a, p. 51 e 52).

Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, em Minas Gerais, Brasil. Espalhou aproximadamente 295 hectares de rejeitos (VALE, 2019b). Essa barragem estava inativa desde 2016 (sem descarte de rejeitos e atividade operacional), havendo aproximadamente 11,7 milhões de toneladas de resíduos de minério de ferro. Os rejeitos percorreram cerca de 279 km extensão, totaliza 306 pessoas desaparecidas ou que perderam suas vidas até o dia 27/03/2020, há um impacto direto no Rio Paraopeba e o seu ecossistema sem contar com os danos as comunidades locais, as instalações da própria empresa e os impactos não mensurados ao meio ambiente (VALE, 2019a).

#### 4.1.2 Relatórios de Sustentabilidade e Demonstrações Financeiras

Inicialmente foi realizado uma análise de conteúdo de abordagem somativa para obter uma visão geral dos relatórios divulgados pela empresa Vale S.A. Para tanto, foi realizada uma contagem do uso da palavra “transparência”; “transparente”; “transparency” nos relatórios das Demonstrações Financeiras, período de 2018 à 2007; e Relatórios de Sustentabilidade, período de 2018 à 2006.

Nas Demonstrações Financeiras o termo transparência não é utilizado na elaboração, enquanto conteúdo, em nenhum dos relatórios analisados. Mas é destacado na capa desses relatórios do ano de 2007 a 2015 o Troféu Transparência ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Figura 12).

Figura 12: Troféu exibido nas DF de 2007 a 2015



Fonte: DF Vale (2015)

Carvalho (2018, p. 3), Presidente da ANEFAC, esclarece o significado de selo para o mercado:

‘Oscar da Contabilidade’ assim como é chamado o Troféu Transparência ANEFAC® - Prêmio ANEFAC-Fipecafi-Serasa Experian - é uma referência no mercado quando o assunto é transparência nas demonstrações financeiras. Estar na lista das ganhadoras é para muitas empresas atingir o auge de sua excelência contábil. São empresas que estão preocupadas com a prestação de contas para a sociedade. Ser uma das ganhadoras é o reconhecimento dos esforços feitos para atingir este objetivo.

Convém qualificar que a DF da Vale de 2015, publicada em 24/02/2016, refere-se ao período findo em 31 de dezembro de 2015, e apresenta como Evento Relevante o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro (Fundão) da empresa Samarco entidade controlada pela Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. (VALE, 2016a, p. 19). Os anos seguintes: 2016, 2017 e 2018 a empresa Vale não recebeu mais o troféu.

Nos Relatórios de Sustentabilidade o termo transparência está presente em todos os relatórios analisados, especialmente na elaboração do conteúdo deste relatório e em

praticamente todas as mensagens da diretoria da organização (salvo 2016 e 2014). Outro ponto que chama a atenção é que a parte do relatório dedicada à Carta de Verificação Externa, elaborada pelo agente externo que valida as informações divulgadas, quando ocorre, não citam o termo transparência, exceção observada no relatório de 2018, elaborado pela Empresa SGS ICS Certificadora Ltda, ano que ocorreu o desastre ambiental devido ao rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, como destacado do texto do Relatório de Sustentabilidade, 2018:

Finalmente, a SGS acredita na importância da **transparência** e parabeniza a companhia pela forma como informações relacionadas ao rompimento da barragem em Brumadinho (MG) foram expostas no Relatório de Sustentabilidade 2018. (Vale, 2019b, p. 84, grifo e negrito nosso)

Esse olhar inicial sobre os Relatórios da organização, nos fazem inferir a importância que a palavra Transparência tem para a reputação da entidade e validação (credibilidade) das informações apresentadas.

Nessa visão geral, foram levantadas informações quanto a data da publicação, auditoria ou certificadora do relatório. No Quadro 15 constam o levantamento sobre as demonstrações financeiras.

Quadro 15: Visão geral das Demonstrações Financeiras

ANO	TOTAL DE PÁGINAS	REL ANUAL FINDO	DATA PUBLICAÇÃO (AUDITOR)	EMPRESA AUDITORIA
2018	92	31/12/2018	27/03/2019	KPMG
2017	91	31/12/2017	27/02/2018	KPMG
2016	93	31/12/2016	22/02/2017	KPMG
2015	84	31/12/2015	24/02/2016	KPMG
2014	95	31/12/2014	25/02/2015	KPMG
2013	106	31/12/2013	26/02/2014	PWC
2012	94	31/12/2012	27/02/2013	PWC
2011	96	31/12/2011	15/02/2013	PWC
2010	114	31/12/2010	24/02/2011	PWC
2009	73	31/12/2009	10/02/2010	PWC
2008	62	31/12/2008	19/02/2009	Deloitte
2007	65	31/12/2007	28/02/2009	Deloitte

Fonte: Elaboração Própria

As demonstrações financeiras, de empresa tipo Sociedade Anônima, devem seguir o cumprimento das exigências legais da Lei 6404/76 que estabelece no art. 132 o limite para publicação das DF até 30 dias antes da Assembleia Geral Ordinária (AGO) sendo a realização



desta até 30 de abril do ano subsequente. E a instrução CVM nº480/2009 no art. 25 determina que a publicação das DF não deve ultrapassar 3 (três) meses do encerramento do exercício social.

Dessa forma, observa-se que a empresa atende os prazos estabelecidos pela legislação, onde as publicações desde 2007 até 2017 são divulgadas no mês de fevereiro, antes do prazo legal. A DF de 2018 devido o “acidente de Brumadinho” ocorrido no início do ano de 2019, a mesma sai da prática usual de publicar em fevereiro, mas respeita a prática legal de publicar 3 meses após encerramento do exercício social.

No Brasil em 1999 foi estabelecido o rodízio de auditoria independente através da instrução CVM 308 objetivando evitar relacionamentos prolongados e, com isso, a possibilidade de fragilidade quanto a independência dos auditores e a objetividade do trabalho. O rodízio deve acontecer no máximo a cada 5 anos, mas a empresa auditada pode substituir as empresas de auditoria independente em prazo menor que o estabelecido, contudo só pode recontratar uma empresa de auditoria observando o intervalo mínimo de 3 anos.

Frente ao exposto, observa-se que a empresa emprega um sistema de rodízio entre as empresas de auditoria. Nos relatórios analisados observa-se que a empresa contratou 3 empresas de auditoria: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (2007-2008); PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (2009-2013); KPMG Auditores Independentes (2014-2018).

Como apresentado no nosso referencial teórico, os relatórios de sustentabilidade (RS) não são divulgações obrigatórias de acordo com a legislação brasileira. Dessa forma, o processo de elaboração e divulgação é totalmente voluntária para as empresas brasileiras. No caso desta pesquisa realizamos o levantamento das publicações dos Relatórios de Sustentabilidade (Quadro 16)

Quadro 16: Visão geral dos Relatórios de Sustentabilidade.

ANO	TOTAL DE PÁGINAS	DATA PUBLICAÇÃO (AUDITOR)	EMPRESA AUDITORIA/ CERTIFICADORA	VERSÃO GRI ADOTADA
2018	104	03/06/2019	SGS ICS Certificadora Ltda	Opção GRI Standards: Abrangente e do seu Suplemento Setorial de Mineração e Metais
2017	179	16/03/2018	SGS ICS Certificadora Ltda.	(GRI) Standards: opção abrangente e do seu Suplemento Setorial de Mineração e Metais
2016	160	abr/16	Bureau Veritas Certification – Brasil	GRI, versão G4, opção Abrangente
2015	107	mai/16	Bureau Veritas Certification – Brasil	GRI, versão G4, opção Abrangente
2014	119	abr/15	Bureau Veritas Certification – Brasil	(GRI) versão G3, contudo, a nossa nova análise de materialidade e os indicadores de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) seguem as diretrizes da versão G4, nível de aplicação A+
2013	174	abr/14	Bureau Veritas Certification – Brasil	GRI G3 (2006), incluindo o Suplemento Setorial de Mineração & Metais de 2010 da GRI, sendo referenciado como Versão G3/SSMM, versão final
2012	217	28/06/2013	KPMG	(GRI), versão G3, incluindo o Suplemento Setorial de Mineração e Metais
2011	121	Relatório cita online, mas não foi localizado a data.	KPMG	(GRI), versão G3, incluindo o Suplemento Setorial de Mineração e Metais
2010	140	21/06/2011	KPMG	GRI classificado como A+, nível máximo de transparência
2009	134	07/06/2010	Ernest & Young	(GRI), versão G3, incluindo o suplemento setorial de Mineração e Metais
2008	116	24/07/2009	KPMG	GRI-G3, a Vale declara um Nível de Aplicação B+
2007	192	12/06/2008	KPMG	GRI, versão G3
2006	141	Não localizado a data de publicação.	Não localizado.	Início de sua elaboração à luz dos princípios da GRI – Global Reporting Initiative

Fonte: Elaboração Própria.

A empresa Vale S.A iniciou sua divulgação de Relatórios de Sustentabilidade no ano 2006 já elaborando com base nos princípios da Global Reporting Initiative (GRI), os quais foram utilizados em todas as publicações analisadas. Em 2006 | não foi localizada a data que ela publicou e nem se houve uma auditoria externa.

Observa-se que a auditoria é inicialmente realizada por empresas que também auditam as demonstrações financeiras, sendo de 2007 a 2012 realizada pela KPMG Auditores Independentes, salvo 2009 que foi auditada Ernst & Young Auditores Independentes. A partir de 2013 a Vale contrata organizações internacional especializada em certificação de normas, a

empresa Bureal Veritas, que certifica de 2013 até 2016; e a empresa SGS ICS Certificadora Ltda os anos de 2017 e 2018.

As datas de publicação dos RS não seguem um padrão. Observa-se que os mesmos são divulgados, normalmente dentro do primeiro semestre do ano subsequente ao encerramento do exercício social. Observa-se que quando os RS eram auditados por empresas de auditoria independente sua divulgação ocorria entre os meses de junho e julho; já quando passaram para as certificadoras de normas sua divulgação passou para os meses de março à maio. Exceção a esse padrão o RS 2018 que foi publicado em 03 de junho de 2018, provavelmente devido ao acidente ambiental de Brumadinho. Convém destacar que não foi possível localizar a data da divulgação dos RS de 2011 e 2006.

Hansen, Christensen e Flyverbom (2015) apresentam 3 conceitos de transparência: Paradoxos, mediação e governança. Nessa primeira observação geral dos dados observa-se a transparência como Governança, onde a empresa busca apresentar elementos de visibilidade direta que indiquem a diminuição da assimetria da informação. Nessa visão geral evidencia-se o fato das demonstrações financeiras e o relatório de sustentabilidade serem auditados e o selo de transparência que denota o interesse da empresa Vale em compartilhar informações de qualidade e confiáveis ao mercado.

Na conceituação de Tapscott e Ticoll (2005), identificamos que a empresa Vale estabelece uma transparência Ativa, onde assume a postura informativa ao mercado das ações que estão praticando.

## **4.2 ANÁLISE TEMAS ESPECÍFICOS**

Para esse tópico foi utilizado o método de análise de conteúdo detalhado no capítulo de Metodologia – definição das categorias, ou seja, foi adotada uma abordagem direcionada, para as DF foi definida a priori a categoria ambiental (*triple bottom line*) para levantamento de temas pertinentes aos conteúdos que devem ser abordados no RS e; processo de codificação que consistiu numa leitura em toda a DF (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração Fluxo do Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Lucro Acumulado, Nota Explicativa, Carta de Auditoria) buscando codificar elementos tratados nessa DF que tratassem das questões ambientais que impactam economicamente a empresa para posterior comparação com o RS.

Desta forma, identificam-se nas DF elementos categorizados a priori como dimensão ambiental. No Quadro 17 estão apresentados a nomenclatura dos temas conforme a DF e a respectiva nota explicativa (NE) onde esse conteúdo é detalhado na DF.

Quadro 17: Temas nas DF relacionados a dimensão ambiental

TEMA ESPECÍFICO	DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA				
	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Reservas Minerais e vida útil das minas</b>	NE3a	NE32a	NE18	NE18	NE19
<b>Provisões: Obrigação para Desmobilização de Ativos</b>	NE17	NE17	NE27	NE26	NE27
<b>Provisões: Obrigações ambientais</b>	NL	NL	NE26	NE25	NE26
<b>Provisões: Processo Judicial – Provisões Ambientais</b>	NE18a	NE18a	NE28	NE27	NE28
<b>Rompimento da Barragem de Samarco</b>	NA	NE4	NE21	NE21	NE22
<b>Rompimento da Barragem de Brumadinho</b>	NA	NA	NA	NA	NE3

NE-Nota Explicativa; NA-Não se Aplica, NL-Não Localizado

Fonte: Elaboração Própria

Com base nos temas localizados nas DF foi realizado uma busca dessas temáticas abordadas nos RS e, na sequência, foi elaborada a etapa de confronto dos temas e análise de conteúdo caracterizado pela forma de abordagem direcionada, ou seja, para analisar os RS foram utilizadas categorias a priori chamadas de indicadores (1) *stakeholders*, (2) contexto de sustentabilidade, (3) materialidade e (4) completude.

Os temas deste tópico manterão a sequência dos temas levantados inicialmente nas DF. Para cada tema na DF foram criados tópicos onde terão sua abordagem sub-dividida em três momento. Inicia com uma breve descrição da relevância do tema para esse segmento (indústria de minério), seguirá com a apresentação dos dados identificados nas DF, finalizando com a identificação desse tema no RS e a análise.

#### **4.2.1 Reservas Minerais**

##### ASPECTOS GERAIS

O processo de extração de jazidas de minério exige uma preparação e planejamento para se enquadrar aos aspectos legais e para realizar o melhor aproveitamento do minério. O trabalho de extração é chamado de Lavra o qual pode ter diferentes métodos, esses são definidos com base na característica da área (profundidade do minério, forma e aspectos geológicos). Os

principais métodos de lavra são: (i) a céu aberto; (ii) subterrânea; ambos são definidos com base na geometria do corpo (inclinação e espessura) e profundidade de localização do minério (GERMANY, 2002).

Em ambos os métodos o processo de extração gera rejeitos, sendo que as lavras a céu aberto apresentam um volume maior em comparação com a lavra subterrânea. Em países como o Brasil, em que as restrições ambientais não são tão severas, e os custos de manutenção de rejeitos de superfície são mais amenos, se torna mais popular a produção a céu aberto (GERMANY, 2002).

### DIVULGAÇÃO NAS DF

Nas DF não é possível localizar informações sistematizadas das Reservas de Minerais quanto a sua localização, extensão, método de extração de lavra. A estimativa contábil das reservas provém de um julgamento pelos especialistas no assunto. Para tanto, transcrevemos as considerações destacadas na Nota Explicativa 19 na DF 2018:

**Reservas minerais** - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. **Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas.** O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerários, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante **para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas e o impairment de ativos de longo prazo.** Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de *impairment* (VALE, 2019a, p. 48) grifos nossos.

Apesar de não ter informações claras sobre as reservas, existem mensurações das Reservas Minerais, de forma a atender o objetivo da DF em apresentar o resultado econômico da Vale, assim como o resultado consolidado, ou seja, na dimensão de empresas correlacionadas (coligadas, controladas e Joint Ventures). Sendo assim, é possível identificar informações correlatas as Reservas Minerais, a saber: Gastos com pesquisas e exploração são registrados como despesas operacionais; os Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas são capitalizados assim que comprovem a viabilidade econômica; os gastos com manutenção são registrados no imobilizado e depreciados; e a remoção de estéril para acessar os depósitos de minérios “*stripping costs*” incorridos durante o desenvolvimento da mina são

capitalizados como parte do Ativo mineral, e os incorridos na fase de produção são adicionados ao Estoque. Esse processo descrito nas notas explicativas das DF ocorre, da mesma forma, no conjunto das empresas que compõem o grupo e que faz parte das informações financeiras consolidadas. Assim como, eles consolidam essa informação por continente de atuação.

Para se ter a dimensão econômica das reservas minerais foram levantados os principais estoques da Companhia (1% do ativo da controlada e 5% do Ativo consolidado), o imobilizado (30% do ativo da controlada e 55% na consolidada). A Vale S.A apresenta um quadro com o montante reserva minerais detalhado por tipo de segmento de extração nos seus ativos consolidados (Tabela 3).

Tabela 3: Montante registrado DF 2018 Consolidada (Valores em R\$ milhões)

<b>SEGMENTO</b>			
<b>Minerais Ferrosos</b>	8.562	7.030	121.572
<b>Carvão</b>	461	1.228	6.157
<b>Metais Básicos</b>	4.443	54	82.515
<b>Outros</b>	45	4.183	8.087
<b>Total</b>	<b>13.511</b>	<b>12.495</b>	<b>218.331</b>

Fonte: Elaborado com base no RS da (VALE S.A, 2019a, p. 27).

Na conta Estoque estão registrados os minérios já extraídos e disponíveis para venda; na conta Investimento são apresentados os investimentos em empresas do grupo e nas contas Imobilizados e Intangível os gastos em maquinários, entre outros, para realizar o processo de extração do minério.

Essas informações consolidadas são elaboradas com base nos investimentos realizados em outras empresas e, como observado na Tabela 3, esses investimentos (41% do ativo da controlada) também são separados com base no segmento de minério.

O principal montante refere-se ao Imobilizado onde são registradas tanto as estruturas como a estimativa da reserva para extração dos minerais, essa informação é divulgada por país de atuação (Tabela 4).

Tabela 4: Valor do Imobilizado divulgado por país de atuação na DF 2018, saldo Consolidado (Em milhões de Reais)

<b>PAÍS</b>	<b>Valor do Imobilizado</b>	<b>%</b>
<b>Brasil</b>	113.252	60%
<b>Canadá</b>	38.381	20%
<b>Nova Caledônia</b>	10.833	6%
<b>Indonésia</b>	10.757	6%
<b>Moçambique</b>	5.653	3%
<b>Ásia, exceto Indonésia</b>	3.972	2%
<b>Omã</b>	3.211	2%
<b>Europa</b>	1.419	1%
<b>Outras Regiões</b>	3	0%
	187.481	100%

Fonte: Elaborado com base no RS da Vale (2019a, p. 28)

Os valores imobilizados de todo o grupo (consolidado) também são informados por tipo de imobilizado (Tabela 5).

Tabela 5: Composição da conta Imobilizado da DF, saldo Consolidado (Em milhões de Reais)

<b>Tipo de Imobilizado</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Instalações</b>	43.536	23%
<b>Imóveis</b>	42.434	23%
<b>Ativos Minerários</b>	32.931	18%
<b>Outros</b>	28.175	15%
<b>Equipamentos</b>	24.826	13%
<b>Imobilizado em curso</b>	13.120	7%
<b>Terrenos</b>	2.459	1%
<b>Total</b>	187.481	100%

Fonte: Elaborado com base no RS da Vale (2019a, p. 46).

Na DF, os eventos ocorridos em uma determinada empresa do grupo Vale é o fio condutor para que o usuário da informação consiga localizar o tipo de segmento de minério que está sendo comunicado, assim como a localização geográfica que origina aquele resultado. Com base na análise da DF por tipo de investimento foi possível tirar algumas conclusões sobre o negócio do grupo.

Seu principal segmento e investimento são os de minerais ferrosos (Brasil e Ásia), seguido de metais básicos (Brasil, Ásia, América do Norte, Oceania) (Tabela 6). A Vale tinha processo de extração e comercialização no segmento de fertilizantes no período de 2014 à 2016, na América Latina e no Brasil, mas realizou descontinuidade desse segmento, os principais

produtos registrados no seu estoque provenientes desse segmento eram potássio, fosfatados e nitrogenado.

Tabela 6: Total de empresas com investimentos da Vale, por segmento em 2018

SEGMENTO EXTRAÇÃO	TIPO EXTRAÇÃO	BRASIL	ASIA	EUROPA	AMERICA DO NORTE	OCEANIA	AFRICA	TOTAL
MINERAIS FERROSOS	MINÉRIO DE FERRO	5	3					8
	PELOTAS	5	1					6
	MANGANÊS E FERROLIGAS	1						1
CARVÃO	CARVAO		1	1			1	3
METAIS BÁSICOS	NÍQUEL E OUTROS		1		1	1		3
	COBRE	1						1
	PRODUTOS DE ALUMÍNIO	2			1			3
OUTROS	OUTROS	3		2				5
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>30<sup>(1)</sup></b>

(1) Esse total não está contabilizado 8 empresas as quais não foi possível localizar na DF 2018 o segmento e o continente.

Fonte: Elaboração Própria com base da DF 2018 da VALE (2019a).

Dessa forma, pode-se inferir que a empresa atua com extração em todos os continentes do mundo. No período de 2014 a 2018 seus principais investimentos estão no Brasil (44% das empresas investidas em 2018) e na Ásia (15% das empresas investidas em 2018), continente esses onde também concentram a maioria da extração do segmento de minerais ferrosos (Minério de ferro, pelotas e Manganês) e contabilizam o registro de 70% do imobilizado (saldo consolidado). Em 2018 o montante estimado das reservas minerais de todo o grupo contabiliza R\$ 32.931 milhões de reais. Ressalta que a empresa mantém investimento em empresas de logística (estrada de ferro e porto) e energia.

### DIVULGAÇÃO NOS RS

No RS as reservas de minérios são comentadas rapidamente como uma estratégia, seja de negócio (RS 2014 e RS 2015), de desenvolvimento (RS 2016) e Pilares estratégicos (RS 2018).

A Vale mantém sua **estratégia de desenvolvimento** de ativos e projetos de classe mundial caracterizados por **reservas abundantes**, com vida longa, e minério de alta qualidade com baixo custo de produção (VALE, 2017b, p. 30).



Com base nos RS a Vale declara que tem um preparo para o encerramento das reservas quando se exauri a extração de uma determinada reserva (VALE, 2015b, p. 78); para as reservas localizadas em cavidades subterrâneas (grutas) a empresa busca conciliar a exploração com a conservação do patrimônio (VALE, 2016b, p. 96).

Comunica no RS 2016 da importância desse tema para o modelo do GRI, quando estabelece entre os temas de abrangência de Responsabilidade Ambiental que as reservas de minérios devem ser consideradas para a discussão do tema de Mitigação e adaptação as mudanças climáticas, conseqüentemente está dentro do escopo de definição da matriz de materialidade da Vale.

Mas nos RS as reservas de minério não são apresentadas, nem sua localização, nem a forma como é feita a exploração, nem a vida útil estimada. Ou seja, com relação a esse tema para o código (1) *stakeholders*, não é possível identificar as principais localizações e as implicações legais das reservas por legislações, assim como as principais comunidades impactadas do entorno.

Para analisar o item (2) contexto de sustentabilidade, procurou-se localizar informações adjacentes que auxiliasse na elaboração do contexto com base na informação divulgada. Para tanto foram verificadas 3 bases diferentes de dados que trouxessem um cenário das reservas, a saber: informações sobre as operações (a); informações sobre os rejeitos provenientes da exploração (b); e informações sobre as empresas do grupo em similaridade as divulgações nas DF (c).

Com relação as operações da Vale S.A foi identificado na abordagem ‘relação com o meio ambiente e as mudanças climáticas’ dados sobre operações quando da discussão sobre ‘biodiversidade e uso da terra’ e os ‘recursos hídricos’.

No tratamento das informações sobre ‘biodiversidade e uso da terra’ a Vale apresenta o total de área operacional onde apresenta o percentual dessa área utilizado para “extração de minérios, produção industrial, processamento, beneficiamento e transportes dos produtos” e parte restante ao “plantio industrial”, apresenta também um breve esclarecimento sobre as alterações da área comparativamente ao ano anterior (Quadro 18).

Quadro 18: Total da área operacional da Vale em Km<sup>2</sup>

Ano	total area	minério	plantio industriais	Esclarecimento
2013	4,9 mil			
2014	2,6 mil	39%	61%	Redução da área em 47% devido ao desinvestimento nos ativos Vale Logística Integrada (VLI), Vale Florestar (plantio industrial) e Três Vales.
2015	1,5 mil	61%	39%	Redução de 1,1 mil quilômetros quadrados, em razão do desinvestimento nos ativos da Vale Integra, na Austrália, e da alteração na forma de cálculo de áreas de plantios industriais.
2016	1,6 mil	62%	38%	adição de 22,8 quilômetros quadrados em razão da expansão planejada das operações. Esse montante não inclui as operações na Austrália por conta dos desinvestimentos dos ativos ao longo do ano.
2017	1,5 mil	59%	41%	adição de 19,8 km <sup>2</sup> em razão da expansão planejada das operações, ao passo que foram subtraídos 94,6 km <sup>2</sup> devido a desinvestimentos em operações, como o Corredor Nacala, em Moçambique
2018	1,4 mil	56%	44%	redução de 0,1 mil km <sup>2</sup> em razão, principalmente, da venda dos ativos de Fertilizantes.

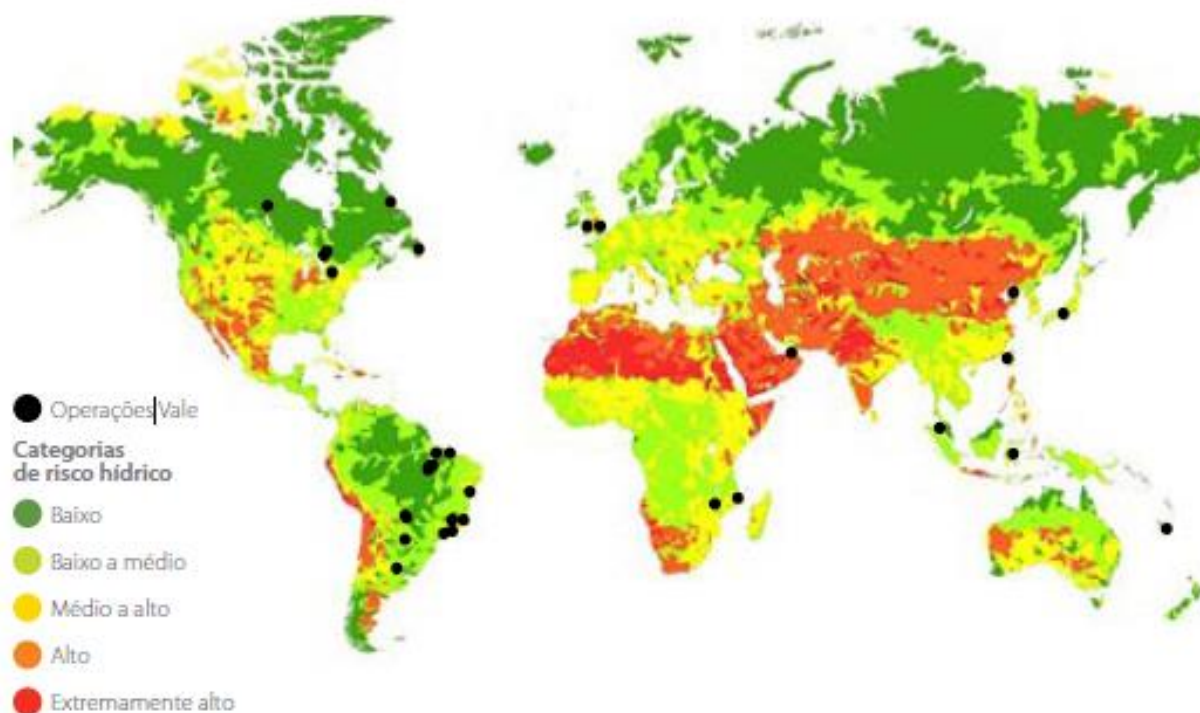
Fonte: Elaborado com base nos RS2014 a RS2018

Nesse campo do RS observa-se um quantitativo de informações orientadas para as questões ambientais apresentadas de forma global, todas ações consolidadas de todos os países que atua; a partir do RS 2017 inicia uma divulgação regionalização por continente (volume percentual de água e nível de estresse hídrico) e apresentando a localização país/estado (unidade protegidas pela Vale ou com apoio da empresa). No RS 2017 a Vale declara a seguinte intenção ambiental:

Com foco nesses compromissos, a Vale tem como objetivo de longo prazo **atingir o Impacto Líquido Neutro ou Positivo (ILP) sobre a biodiversidade nos territórios onde a empresa atua**, ou seja, a busca por ganhos ou legado em biodiversidade. Para atingir esse objetivo, a estratégia da empresa se baseia em gestão de riscos e impactos, gestão de atributos ambientais importantes do território e melhoria contínua do desempenho em biodiversidade, com auxílio de ferramentas de análise de riscos e gestão da informação, aplicando a hierarquia de mitigação de impactos. (VALE, 2017, p. 72) grifos nossos.

Nos mapas que abordam os temas ‘recursos hídricos’ há uma melhor apresentação das operações da Vale, incluindo uma localização mais precisa das operações nos RS 2015 à RS 2018, através de mapas, principalmente no Brasil (Figura 13).

Figura 13: Mapa de gestão de recursos hídricos e efluentes identificando as operações da Vale no mundo.

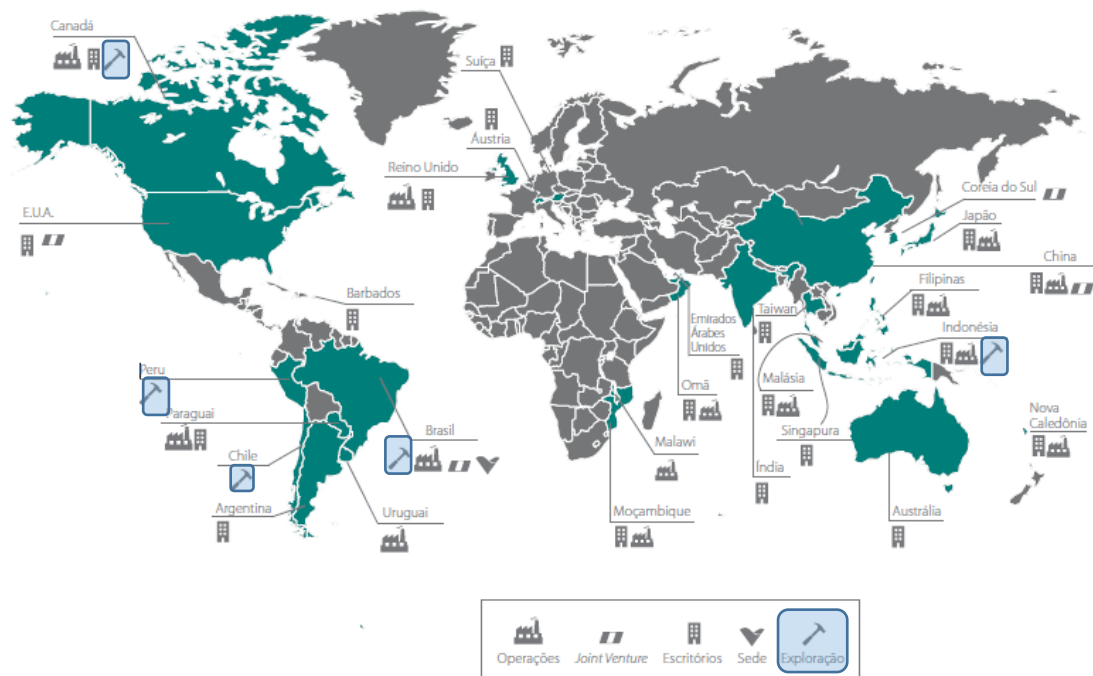


Fonte: Relatório de sustentabilidade da Vale 2018 (VALE, 2019b, p. 70), na íntegra.

No geral os mapas onde são apresentadas a atuação da empresa identifica os países, por exemplo, na Figura 14 é apresentado onde a empresa efetiva exploração (Brasil, Canadá, Peru, Chile e Indonésia), mas não localiza onde é essa exploração para se analisar o contexto de sustentabilidade.

Figura 14: Mapa da atuação global da Vale.

#### Atuação global



Fonte: Relatório de sustentabilidade da Vale 2018 (VALE, 2019b, p. 33). Destaque das áreas de exploração nossos.

Quando se compara a Figura 13 com a Figura 14 para o país Brasil, com dimensões continentais, é possível compreender a assimetria da informação. Essa ausência de informação espacial dificulta a interpretação de aspectos ambientais e sociais pertinentes a discussão do RS, quais os desdobramentos de ações e as fases de cada operação.

Outro ponto de possível identificação dos tipos de reservas de minério exploradas pela Vale foi a identificação do monitoramento dos rejeitos. Em 2015 a Vale apresenta a importância de trazer informações sobre os resíduos, como os rejeitos, apesar de não ser tema de materialidade da sua matriz, e por isso, ela justifica não tratar do assunto nos RS anteriores, mas apresenta o objetivo de se tratar esse dado no RS.

**O comprometimento** da Vale com as questões ambientais e sociais também **se destaca pela forma com que são gerenciados os resíduos minerais** provenientes do processo produtivo. Os materiais são distribuídos entre barragens (rejeito e sedimento) e pilhas (estéril e rejeito), e seu volume varia em razão da produção e das características geológicas do local (VALE, 2016b, p. 78) **negritos nossos.**

Curiosamente o ano de 2015 houve o acidente da empresa Samarco referente a resíduos de barragem, apesar da empresa não associar as informações que ela começa a comunicar sobre barragem e rejeitos com o acidente.

Sobre as barragens de rejeitos a empresa no RS 2015 repassa dados sobre as 143 estruturas referentes do negócio de Minério de Ferro existentes no Brasil (Tabela 7), mas destaca que nesse país ele possui 168 estruturas. Outrossim, esclarece que as barragens de rejeitos são construídas em etapa, chamadas de alteamento sucessivos até chegar a cota final; podem ser executadas por três métodos: montante, jusante e linha de centro; e o material construtivo pode ser terra (aterro) ou o próprio rejeito.

Tabela 7: Barragem de Rejeitos de Minério de Ferro existentes no Brasil (2015)






Finalidade	Total de estruturas	Método de alteamento/Status					
		Jusante e convencional		Linha de centro		Montante em fases	
		Inativa	Em operação	Inativa	Em operação	Inativa	Em operação
Disposição de rejeitos	56	13	27	1	5	8	2
Contenção de sedimentos	78	15	52	1	4	2	4
Reservação de água	9	1	7	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>29</b>	<b>86</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>6</b>
		<b>115</b>		<b>12</b>		<b>16</b>	

No Brasil a Vale possui 168 estruturas, sendo 143 do negócio de Minério de Ferro.

Fonte: VALE (2016b, p. 80), na íntegra.

Em 2016 são acrescentadas 6 barragens de metais básicos e mais duas ao negócio de minério ferroso (VALE, 2017b, p. 111). Em 2017 é informado que as operações de metais básicos do Atlântico Norte têm 356 estruturas de barragens e os investimentos em gestão de barragens nas operações no Canadá, em Nova Caledônia e no Brasil, assim como 18 municípios em zona de autossalvamento em caso de alerta. Em 2018, ano do acidente da barragem de Brumadinho/MG, a empresa detalha o nível das barragens da Vale em Minas Gerais por tipo de operação (Figura 15), apenas nesse estado, mas não associa essa informação com a anterior, ou seja, quantas estruturas tem nesse estado, e qual o nível que elas estão?

Figura 15: As barragens da Vale em Minas Gerais, em 2018

 Barragem em nível 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sul Superior (Mina Gongo Soco)</li> <li>• B3/B4 (Mina Mar Azul)</li> <li>• Forquilha I (Mina Fábrica)</li> <li>• Forquilha III (Mina Fábrica)</li> </ul>												
 Barragem em nível 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forquilha II (Mina Fábrica)</li> <li>• Grupo (Mina Fábrica)</li> </ul>												
 Barragem em nível 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barragem VI (Córrego do Feijão)</li> <li>• Sul Inferior (Gongo Soco)</li> <li>• Pontal (Mina Cauê)</li> <li>• Campo Grande (Mina Alegria)</li> <li>• Doutor (Mina Timbopeba)</li> <li>• Marés II (Mina Fábrica)</li> <li>• Capitão do Mato (Mina Capitão do Mato)</li> <li>• Dique B (Mina Capitão do Mato)</li> <li>• Taquaras (Mina Mar Azul)</li> <li>• Maravilhas II (Mina Pico)</li> <li>• Barragem 5 (Águas Claras)</li> <li>• Vargem Grande (Mina Abóboras)</li> </ul>												
 Operações paralisadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo Vargem Grande</li> <li>• Complexo de Fábrica</li> <li>• Minas de Alegria, Timbopeba, Brucutu (parcial)</li> </ul>												
 Simulados	<table border="0"> <tr> <td><b>PAEBM</b></td> <td></td> <td><b>PAE</b></td> </tr> <tr> <td>• Barão de Cocais</td> <td>• Honório Bicalho</td> <td>• Rio Preto</td> </tr> <tr> <td>• Santa Bárbara</td> <td>• Rio Piracicaba</td> <td>• Valença</td> </tr> <tr> <td>• Itabirito</td> <td>• São Gonçalo do Rio Abaixo</td> <td></td> </tr> </table>	<b>PAEBM</b>		<b>PAE</b>	• Barão de Cocais	• Honório Bicalho	• Rio Preto	• Santa Bárbara	• Rio Piracicaba	• Valença	• Itabirito	• São Gonçalo do Rio Abaixo	
<b>PAEBM</b>		<b>PAE</b>											
• Barão de Cocais	• Honório Bicalho	• Rio Preto											
• Santa Bárbara	• Rio Piracicaba	• Valença											
• Itabirito	• São Gonçalo do Rio Abaixo												

Nível 1 – Declaração de início de emergência junto aos órgãos competentes, realização de ações para restabelecer a normalidade e monitoramento reforçado.

Nível 2 – Intensificação das ações de mitigação e monitoramento realizadas no Nível 1, porém, mesmo não havendo constatação de ruptura iminente, de forma preventiva é realizado o alerta para evacuação da população na Zona de Autossalvamento.

Nível 3 – Entende-se que a população localizada na área onde não haveria tempo para intervenção dos órgãos de defesa civil (ZAS) já se encontra evacuada. As comunidades que contam com maior tempo de evacuação são orientadas sobre como proceder, em caso real de ruptura, por este mesmo órgão.

Fonte: VALE (2019b, p. 22), na íntegra

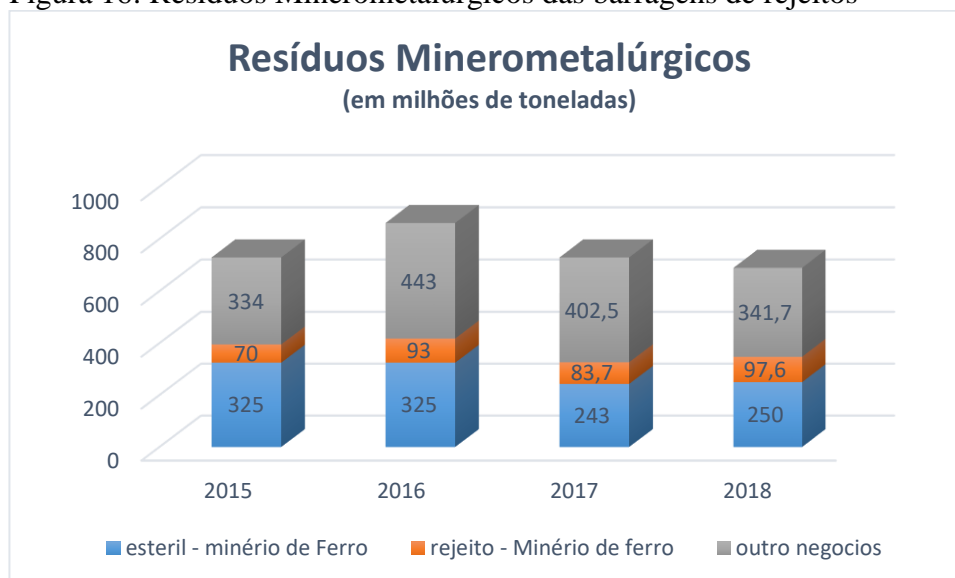
Considerando as informações sobre as estruturas de barragens dos RS de 2014 à 2018 se deduz que a empresa tem 532 Barragens de rejeitos, e apesar de não poder correlacionar cada barragem a uma reserva de minério, pode-se traçar seus rejeitos ao segmento de negócio da vale (Quadro 19), e a composição geral desses rejeitos (Figura 16).

Quadro 19: Total de estruturas de barragem de rejeitos por tipo de negócio.

Barragem de Rejeitos	Estruturas
Negócio Minério Ferroso	170
Negócio Metais Básicos	6
Negócio de Metais Básicos no Atlântico Norte	356

Fonte: Elaboração própria com base nos RS 2015 a 2018

Figura 16: Resíduos Minerometalúrgicos das barragens de rejeitos



Fonte: Elaboração própria com base nos RS 2015, 2016, 2018

Contudo essas informações não trazem um contexto claro das barragens e não apresentam informações relativas as outras operações que a empresa possui, assim como não dimensiona por localização espacial e desdobramento de ações.

Por fim, considerando que nas DF o fio condutor são os investimentos em empresas do grupo, eles auxiliam na identificação dos investimentos em negócios de minérios realizados, assim como, na consolidação dos dados econômicos, esse raciocínio foi utilizado para sistematizar as informações nos RS, e nesse caso, especificamente, identificar as reservas de minério por tipo de investimento.

Constatou-se que no RS é efetivado uma nota onde esclarece que as informações referidas a “Vale” ou à “empresa” são limitadas à Vale S.A e as suas controladas (empresas onde seu percentual acionário é maior que 50%). Caso seja citada uma empresa subsidiária, os dados se limitaram especificamente a essa empresa. Outrossim, a Vale não pode garantir que empresas subsidiárias alinhem suas políticas, procedimentos e controles as praticadas pela Vale devido a limitação de controle que ela exerce sobre a subsidiária.

Somente no RS 2014 a Vale S.A apresenta uma relação das empresas que compõem o grupo esclarecendo sua responsabilidade quanto ao controle e a forma de gestão delas. Dessa forma, não foi possível vincular as informações comunicadas no RS a qual empresas do grupo se referia, e conseqüentemente, o segmento de negócio, e tratamento da reserva de minério.

Frente ao exposto, na análise (2) contexto de sustentabilidade é possível identificar o objetivo da empresa se preparar para o encerramento das reservas quando esta exauri a extração de uma determinada reserva, assim como para as reservas localizadas em cavidades

subterrâneas (grutas) a empresa busca conciliar a exploração com a conservação do patrimônio, mas para avaliar os resultados é necessário uma informação primária sobre o total de área com extração mineral, tempo de vida útil das reservas, entre outros; fases de exploração e os atores envolvidos, nenhum desses dados é possível ser levantado no RS. Nesse ponto identifica-se a fragilidade do item *stakeholders* (1) totalmente ausente.

No RS as ações ambientais e sociais são discutidas com base no nome das operações, mina, projetos, complexo, sistema, centro, empresas do grupo, porto, estrada de ferro, rede, reservas florestais, perfuração, entre outras formas de identificar negócios da Vale S.A. Essa informação solta, ou seja, sem vinculação a uma região, ou a um tipo de negócio ou empresa, ou simplesmente somado como um único resultado do grupo que tem dimensões planetárias, dificulta compreender os possíveis impactos ambientais e sociais das operações da Vale S.A, assim como, dimensionar as ações de responsabilidade social corporativa praticadas pela Vale e as empresas do grupo. Sendo assim, constata-se uma assimetria das informações comunicadas no RS devido à ausência de um fio condutor capaz de estabelecer relações espaciais da Vale S.A, correlacionar os impactos proporcionados pelo negócio da empresa a efetividade de ações praticadas em cada localidade, promovendo dessa forma um balanço da sustentabilidade ambiental e social daquele empreendimento.

Na análise do item (3) materialidade observa-se que os dados informados de forma global ou específica de uma única operação, não proporciona informações suficientemente claras para se estabelecer resultados sustentáveis, ou seja o montante da contingência acrescida aos riscos dos negócios relacionadas as ações praticadas de forma a refletir a efetividade do desenvolvimento sustentável proporcionado pelo negócio e, dessa forma, proporcionar tomada de decisão dos *stakeholders*. E para a análise (4) da completude as informações vão se modificando ao longo do tempo sendo difícil analisar sua evolução; ademais não fica claro a forma como os dados são coletados.

#### **4.2.2 Obrigações para desmobilização de ativos (ODA)**

Obrigações para desmobilização de ativos é nome de uma conta contábil do balanço patrimonial da mineradora que se refere a custos estimados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. Abaixo, é apresentado uma breve descrição do processo e as implicações ambientais e legais advindos da ODA, na sequência são tratados os



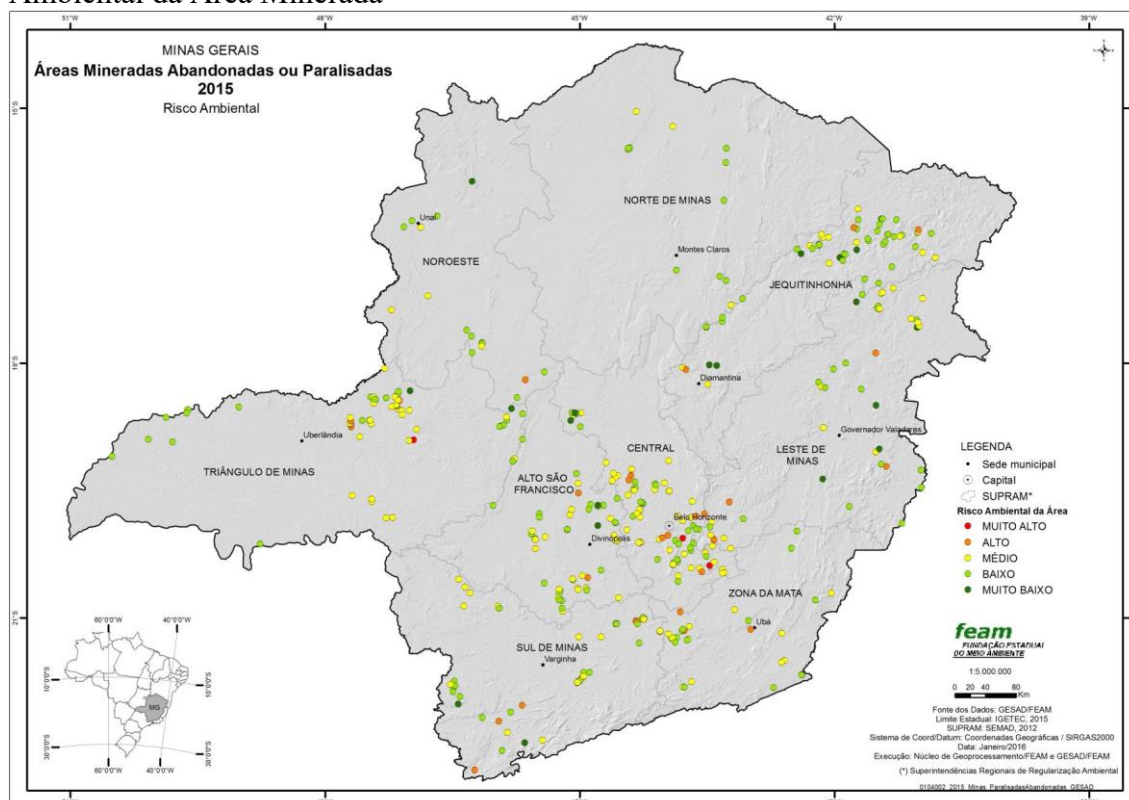
dados contabilizados nas Demonstrações Financeiras e o respectivo reflexo no Relatório de Sustentabilidade.

### ASPECTOS GERAIS DA ODA

Dias, Coelho e Silva (2016) destacam o potencial de riscos ambientais provenientes desse processo de prospecção, pesquisa, exploração e beneficiamento de minérios e do desafio para o setor quando da desativação de minas. FEAM (2016) alerta que instituições governamentais no mundo inteiro estudam estratégias para o momento que o minério seja exaurido o empreendimento mitigue o impacto tanto ambiental, quanto econômico e social, evitando o abandono das minas. Dias, Coelho e Silva (2016, p. 371) explicam que “é primordial o correto descomissionamento das estruturas, reabilitação das áreas degradadas e atendimento legal (...) com a recuperação sustentável”.

A FEAM desde 2014 faz um levantamento de minas paralisadas e abandonadas no estado de Minas Gerais (Figura 17).

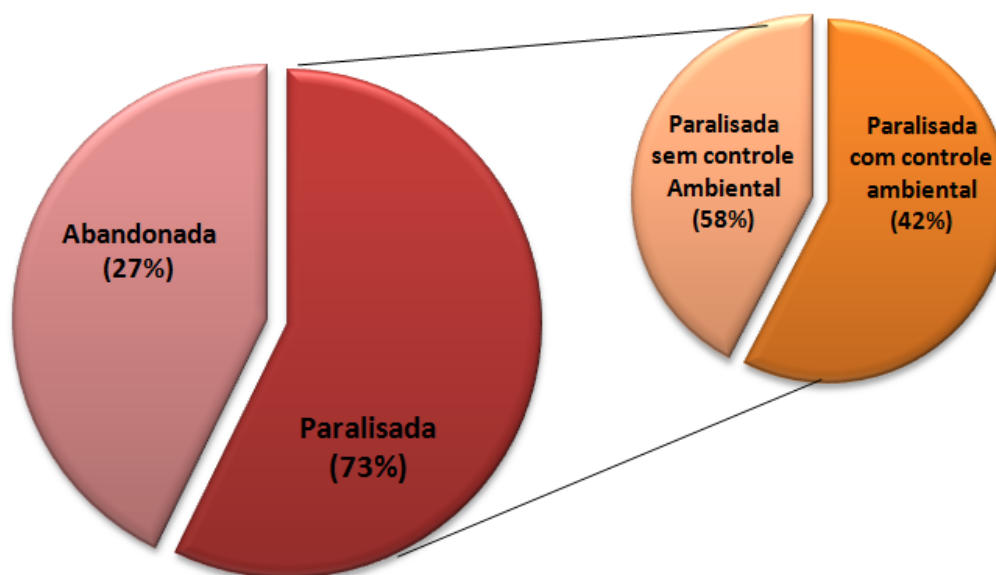
Figura 17: Distribuição das minas no Estado de Minas Gerais, com a informação do “Risco Ambiental da Área Minerada”



Fonte: FEAM (2016, p. 26) na íntegra.

Em 2016 já contava com o registro de 400 minas cadastradas, sendo 169 abandonadas e 231 paralisadas (Figura 18).

Figura 18: Situação das Minas Abandonadas e Paralisadas no estado de Minas Gerais/Brasil em 2016



Fonte: FEAM (2016, p. 19) na integra

A legislação brasileira que trata do assunto inicia com Lei 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), a Constituição Federal Brasileira de 1988 nos artigos 225, 170 – incisos III e IV; Decreto 97632/1989 que institui o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pela Portaria DNPM nº237/2001 institui as Normas Reguladoras da Mineração (NRM). E para o caso de abandono da área degradada a Lei 9605/1998 (Lei dos Crimes e das Infrações Administrativas Ambientais) no art. 70 considera esse fato uma infração administrativa, além das legislações estaduais (DIAS; COELHO; SILVA, 2016; FARIAS, 2016; FEAM, 2016).

#### *DIVULGAÇÃO DA ODA NAS DF*

A desativação de minas, ou como utilizado nas DF Obrigação para Desmobilização de Ativos (ODA), tem um potencial de passivo ambiental a ser registrado pelas mineradoras. A Demonstração Financeira da Vale S.A de 31 de dezembro de 2018, no Relatório dos auditores independentes sobre demonstração financeira, no item 2 que trata dos principais assuntos de auditoria intitulado “Obrigações para desmobilização de ativos – Demonstrações financeiras

individuais e consolidadas” estabelece os procedimentos de auditoria específicos realizados frente a “relevância das provisões de (...) desmobilização de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa”, dentre os testes realizados estão (i) testes dos controles internos chaves para a determinação das estimativas para restaurar e reabilitar áreas exploradas; (ii) análise das premissas utilizadas, incluindo custo base das áreas a serem abandonadas; (iii) análise da movimentação visando verificar os principais inputs; (iv) avaliação das premissas utilizadas nas estimativas, com o apoio de especialista; (v) conferência aritmética e confronto com dados gerenciais e contábeis; (vi) avaliação da divulgação (VALE, 2019a).

Nas DF de 2018 e 2017 seguem o mesmo texto e teste. Na DF de 2016 o teste (iv) - avaliação das premissas com apoio de especialista, não eram destacados e nas DF de 2015 e 2014 na carta de auditoria não dava ênfase a desmobilização de ativos, sendo essa ênfase registrada na nota explicativa respectiva ao montante da provisão. Em todos os relatórios a auditoria considera aceitáveis os saldos da provisão, mas nas DF de 2018, 2017 e 2016 elas complementam com a frase “aceitável os saldos das provisões para restaurar e reabilitar áreas exploradas comercialmente pela companhia” conforme notas explicativas (VALE, 2019a, p. 6).

Para uma compreensão dos registros contábeis que se seguirão, convém destacar que em 05.11.2015 ocorre o rompimento da barragem da Samarco, que é tratado na DF 2015 (nota explicativa 4 – Evento Relevante) a qual foi publicada em 24/02/2016. Em 25/01/2019 ocorre o rompimento da barragem de Brumadinho, tratada na DF 2018 em parágrafo de ênfase – evento subsequente e em NE 3 a qual foi publicada em 27/03/2019.

Nas Tabela 8 e Tabela 9 são apresentados os valores contabilizados nas DF de 2014 a 2018 sob a nomenclatura de conta contábil “Obrigação para desmobilização de ativos”.

Tabela 8: Conta “Obrigações para desmobilização de ativos” – saldo CONSOLIDADO em milhões de reais

<b>CONTAS</b>	<b>DF 2018</b>	<b>DF 2017</b>	<b>DF 2016</b>	<b>DF 2015</b>	<b>DF 2014</b>	<b>DF 2013</b>
<b>Ativo Imobilizado: Ativo Minerários</b>	1.686	1.382	1.028	(1.294) *	Não divulgado	Não divulgado
<b>Passivo Provisão</b>	12.069	10.480	8.209	9.659	8.949	6.194
<b>Demonstr. Fluxo de Caixa (transações que não envolvem caixa)</b>	Não divulgado	Não divulgado	Não divulgado	846	2.217	445

\* Primeiro registro na DF na conta do Imobilizado com valores redutores do saldo total contabilizado.

Fonte: Elaboração Própria, com base nas Demonstrações Financeiras

Tabela 9: Conta “Obrigações para desmobilização de ativos” – saldo CONTROLADORA em milhões de reais

<b>CONTAS</b>	<b>DF 2018</b>	<b>DF 2017</b>	<b>DF 2016</b>	<b>DF 2015</b>	<b>DF 2014</b>	<b>DF 2013</b>
<b>Ativo Imobilizado: Ativo Minerários</b>	1.966	269	202	(937) *	Não divulgado	Não divulgado
<b>Passivo Provisão</b>	3.375	2.003	1.642	1.374	3195	1.946
<b>Demonstr. Fluxo de Caixa (transações que não envolvem caixa)</b>	Não divulgado	Não divulgado	Não divulgado	(936)	973	306

\* Primeiro registro na DF na conta do Imobilizado com valores redutores do saldo total contabilizado.

Fonte: Elaboração Própria, com base nas Demonstrações Financeiras

Observa-se nas Tabela 8 e Tabela 9 que os registro na conta de Ativo relativo aos valores registrados de ODA passam a ser destacado a partir de 2015, ano do acidente da Samarco. E no Passivo a Provisão ODA, Consolidado e Controladora, no período de 2013 a 2018, aumentaram respectivamente 94,8% e 73,4% o valor registrado, o que denota um impacto econômico significativo relativo a obrigação econômica.

As provisões de ODA registradas no Passivo, como alertados pela auditoria, referem-se aos valores calculados com base em premissas que dependem de julgamento relativo ao processo de descontinuação de uso de ativo. “O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação do exercício de cada localidade” (VALE, 2015a, p. 45). Esses valores são mensurados com base em taxas de juros de longo prazo (TJLP). Na Tabela 10 serão apresentados as TJLP utilizadas e divulgadas pela

Vale S.A para calcular os valores apresentados nas Tabela 8 e Tabela 9 (acima) e divulgados nas DF.

Tabela 10: TJLP para desconto a valor presente da Provisão ODA (Passivo)

<b>TJLP</b>	<b>DF 2018</b>	<b>DF 2017</b>	<b>DF 2016</b>	<b>DF 2015</b>	<b>DF 2014</b>	<b>DF 2013</b>
<b>Controladora</b>						
<b>Brasil</b>	4,94%	5,34%	5,73%	7,28%	5,51%	6,39%
<b>Consolidado</b>						
<b>Brasil</b>	4,94%	5,34%	5,73%	7,28%	5,51	6,39%
<b>Canadá</b>	0,77%	0,57%	0,55%	0,59%	2,05%	3,23%
<b>Outras Regiões</b>	1,33% - 8,59%	0,72% - 6,13%	1,07% - 8,02%	1,12% - 5,91%	1,61% - 2,05%	Não divulgado

Fonte: Elaboração Própria, com base nas Demonstrações Financeiras da Vale

Ainda sobre esse tema (ODA), mas sendo tratada por outro campo foi localizada a NE 30 (Compromissos) na DF 2014, alínea (a) Operações de metais básicos, item iii – Operações de níquel – Canadá, onde registra a execução do 6º aditivo do acordo de desenvolvimento entre Vale Canada, *Vale Newfoundland & Labrador Limited* (“VNLL”) e a Província de *Newfoundland* e Labrador onde tratam de novos compromissos com a comunidade e governo além de manter os compromissos contidos no Acordo de Desenvolvimento onde a VNLL tem a obrigação de fornecer cartas de créditos e outros títulos referente a passivos ambientais, entre eles está o item desmobilização de ativos. Na Tabela 11 são registrados os montantes de carta de crédito divulgados nas DF em análise.

Tabela 11: Cartas de Créditos e Outros títulos para Operação Níquel – Canadá (valores em bilhões)

<b>Carta de Crédito</b>	<b>DF 2018</b>	<b>DF 2017</b>	<b>DF 2016</b>	<b>DF 2015</b>	<b>DF 2014</b>
<b>VNLL</b>	Não divulgado	Não divulgado	3,6 <sup>(1)</sup>	3,9	2,6

(1) não está no item Operações de níquel – Canadá, mas no item (iv) Outros.

Fonte: Elaboração Própria com base nas Demonstrações Financeiras da Vale S.A

O compromisso estabelecido pela província do Canadá frente a concessão de extração de níquel estava atrelado, entre outros problemas deixados pelo segmento a desmobilização de ativos, o que gerou desencaixe para a organização. A partir de 2017 a Vale registra baixa dos valores comercializado com esse minério e não divulga mais esse compromisso.

Por fim, na DF de 2018, p. 20, item 3 sobre o rompimento da barragem de Brumadinho a empresa divulga o registro realizado em 29 de janeiro de 2019 em

[..] acelerar o plano de descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos de mineração construídas pelo método de alteamento a montante (...) significa que a estrutura será **desmobilizado** (VALE, 2019a, p. 20) grifos nossos.

Essa divulgação estabelece uma expectativa de gastos que vão impactar no resultado da Vale S.A nas DF futuras proveniente do acidente de Brumadinho.

### DIVULGAÇÃO DA ODA NO RS

Nos RS de 2014 a 2017 a Vale S.A reserva uma parte do relatório para tratar do assunto Desmobilização de Ativos. Destaca sobre o tema:

As reservas minerais não são infinitas. Por essa razão nos preparamos para encerrar uma operação por meio da elaboração de planos de fechamento de mina, que envolvem aspectos técnicos, econômicos e socioambientais. Esse planejamento engloba todo o ciclo de vida dos nossos empreendimentos, desde a fase de pesquisa até o fechamento, incluindo novos projetos. Além de atender as legislações das localidades em que atuamos, nossas ações de fechamento de mina têm como objetivo garantir um legado positivo nas regiões. (VALE, 2015b, p. 78)

Em 2018 no RS foi retirado o tópico que trata do assunto e não é apresentado o motivo dessa exclusão do dado. Entretanto em todos os RS destacam como impacto socioeconômico proveniente da desmobilização de projetos e operações é a redução do número de empregos. As informações divulgadas nos relatórios de 2014 a 2017 são compiladas abaixo.

O processo de avaliar a vida útil das estruturas (ativo) e estimar os custos de desmobilização ocorre desde 2003, atendendo a requisitos internacionais de contabilidade (SEC – *Securities and Exchange Commission*) e contemplando diretrizes da lei Sarbarnes-Oxley. Os valores provisionados informados não são passíveis de comparação devido a alteração de base conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12: Valores Provisionados

Ano Base	Valor Provisionado	Abrangência
2014	US\$ 3,369 MILHÕES	Empresas no Brasil
2015	US\$ 2,5 BILHÕES	Valor geral
2016 <sup>(1)</sup>	US\$ 2,7 BILHÕES	VALE Brasil
2017	US\$ 3 BILHOES	VALE Brasil

(1) Valor divulgado RS 2017

Fonte: Elaboração própria com base RS 2014 a 2017

A empresa destina recursos financeiros para desmobilização das estruturas na sua fase final (Figura 19). A aplicação desses valores é auditada para garantir transparência a gestão do recurso e a liberação é acompanhada pela Gerência Executiva de Meio Ambiente. A empresa esclarece que essas ações iniciam antes do fim da operação favorecendo uma reabilitação progressiva, mas passam por ajustes devido a mudanças no ambiente, nas comunidades ou no projeto no decorrer da evolução do empreendimento. Esse fechamento progressivo é fundamental para uma boa gestão dos processos e evita grandes dispêndios quando do encerramento. Aliás essa informação sobre dispêndio ambiental com desmobilização e fechamento de mina é apenas repassado no RS 2014 no montante de US\$ 12,2 milhões, diferente do reportado nesse mesmo ano conforme Figura 19.

Figura 19: Recurso utilizado com ações de desmobilização de ativos



\* Em 2015 não há divulgação do valor

Fonte: Elaboração própria com base nos RS 2014 a 2017

O plano de fechamento da mina é o documento que trata de aspectos socioambientais, cabendo à diretoria de negócio de cada unidade a responsabilidade pelo fechamento. Em 2014 ela informa que todas as unidades de mineração no Brasil possuem plano de fechamento e as demais operações de unidades de mineração tem 93% dos planos elaborados. Em 2015 e 2016, a empresa declara que não tem mina fechada e em processo de fechamento. Em 2016 houve uma atualização no plano de fechamento da Mina de Onça Puma para adequação de uso futuro, também nesse RS informa que há 21 ações desmobilização progressiva de ativos que atingiram capacidade operacional em andamento e estabelece meta para 2017 de realizar 32 ações com

orçamento de US\$ 38,1 milhões. Em 2017 são realizadas 30 ações com desembolso de US\$ 27,6 milhões sem esclarecimentos com relação ao não atingimento da meta proposta.

Por fim no RS é indicado outro relatório 20-F seção sobre “desmobilização de ativos” para usuários que tenham mais interesse sobre essas informações. Esse relatório é elaborado sob a orientação da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e trata de informações econômica.

Analisando o conteúdo divulgado observa-se que não há a identificação dos *stakeholders* (1) que estão sendo afetados pelas ações de desmobilização progressiva que está ocorrendo, apenas os colaboradores da organização que estão envolvidos com a responsabilidade do fechamento a Diretoria de Negócios, com a liberação do recurso a Gerência Executiva de Meio Ambiente e a Auditoria com a garantia da gestão transparente.

No contexto de sustentabilidade (2) a importância dessa informação é declarada na frase: “Além de atender as legislações das localidades em que atuamos, nossas ações de fechamento de mina têm como objetivo garantir um legado positivo nas regiões”. O resultado quando da efetivação da desmobilização é reconhecida quando declara em todos os RS os impactos socioeconômicos direto, apesar de ser em outro campo do relatório não vinculado ao tema, a Vale declara a “redução do número de empregos na fase de desmobilização de projetos e operações”, mas não vincula as ações do plano de ação executadas nessa fase e quais são os investimentos realizados para este fim, ficando deficitária o processo de avaliação. Em termos contábeis temos o passivo: deteriorização do legado do empreendimento, mas não conhecemos o ativo: não é apresentado o desdobramento das ações que estão sendo realizadas de forma vinculante ao passivo e nem o recurso utilizado para esse fim; a análise efetiva do resultado depende desse melhoramento.

Na perspectiva da materialidade (3) é possível identificar o montante financeiro global que está sendo destinado, sem compreender nesse contexto o valor das contingências envolvidas, os riscos relacionados e qual o resultado do legado esperado.

Para o quesito de completude (4) não há nas informações divulgando uma proposta a longo prazo ou vinculante com a vida útil do empreendimento, ou uma informação sobre quantos empreendimentos estão em fase de fechamento progressivo e as principais ações propostas nos planos de fechamento, como está sendo o envolvimento dos *stakeholders* com as respectivas ações para o alcance efetivo do legado positivo almejado pela Vale, e sustentável almejado pela sociedade.



### ***4.2.3 Provisões de Obrigações, provisões de Processos judiciais e Passivos contingentes***

#### **ASPECTOS GERAIS**

Para esse tema será resgatado do referencial desta tese a normativa CPC 25 (IAS 37) que, no Brasil, a partir de 2010 estabelece critérios para reconhecimento e bases de mensuração para divulgar informações sobre provisões, passivos e ativos contingentes. A normativa esclarece que as provisões são passível de serem estimadas visto o controle que a empresa tem da operação e a probabilidade de realização no futuro, dessa forma elas são reconhecidas contabilmente no Passivo Contábil da empresa, ao contrário do Passivo Contingente que não é registrado no passivo, mas deve ser divulgado em nota explicativa, esse procedimento se deve a incerteza quanto a sua realização e a dificuldade, ainda, de se estimar de forma confiável a probabilidade de saída de recurso, mas visa estabelecer uma simetria das ações que estão incorrendo para conhecimento dos *stakeholders* e, dessa forma, uma melhor tomada de decisão.

Ferreira e Rover (2018) destacam a necessidade das empresas esclarecerem *aos stakeholders* sobre a situação dos processos como avanços e retrocessos frente o risco, inclusive, de continuidade das operações das empresas.

A normativa CPC 25 determina que sejam divulgados para cada classe de provisões uma movimentação de numerário, ou seja, saldo inicial, adições, valores utilizados, valores revertidos, mudanças de taxa de desconto e saldo final; assim como, uma breve descrição da natureza da classe, cronograma, indicação de incerteza. Os passivos contingentes, salvo em remota possibilidade de desembolso, deve ser divulgado também uma breve descrição, estimativa financeira, indicação de incerteza e possibilidade de reembolso.

#### **DIVULGAÇÃO NAS DF**

As DF são auditadas com base na adequação das informações contábeis registradas pela empresa e sob a responsabilidade dela, as práticas e políticas contábeis nos seus aspectos relevantes. Para as contas de provisões e passivos contingentes os auditores esclarecem nas DF de 2016 e 2017 a normalidade da existência de processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista; sendo que a mensuração requer um julgamento crítico onde deve envolver profissionais da Vale e seus assessores jurídicos para estabelecer uma melhor adequação das provisões efetuadas e correspondente divulgação, destacando, ainda o impacto desse valores nas DF, especialmente no resultado. Sendo assim, a auditoria entende que este assunto é significativo e adota procedimentos de testes nos controles internos, avaliação da suficiência

das provisões reconhecidas; avaliação das análises das probabilidades de perdas e dos processos, apenas, divulgados enquanto passivo contingente.

Nas DF 2014 é apresentado uma nota explicativa que contém um sumário das principais políticas contábeis e na DF 2015 uma nota sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos, em ambos os casos, a Vale esclarece que a provisão é reconhecida quando for avaliada como provável de realização e com razoável certeza para mensurar os seus valores, a valor presente, usando uma taxa de juros antes dos impostos. Sendo essa a forma de atender ao CPC25 na orientação de indicação de incerteza.

Na DF de 2018 a empresa coloca na nota explicativa-NE 3 sobre o rompimento da barragem de Brumadinho, na alínea b, que está sujeita a contingências significativa e afirma que haverá novos processos, mas que ainda não consegue determinar de forma razoável, naquela DF, as provisões provenientes do rompimento da barragem. Convém aqui uma análise temporal, onde o acidente ocorreu em 25/01/2019, e as DF são obrigadas a serem publicadas, no máximo, em até 3 meses após o encerramento, no caso dessa DF o encerramento foi em 31/12/2018 e a publicação ocorreu em 27/03/2019. Dessa forma, o acidente é considerado um evento subsequente ao encerramento do exercício social, significativo, e as DF devem ser ajustadas, dentro das práticas contábeis, para refletir as consequências desse evento.

Na DF 2018, NE 26 é apresentado a composição do saldo de provisões tratada nesse tópico. Contata-se que seus reflexos econômicos tratam de questões referentes as três dimensões analisadas, ou seja, ambiental, social e econômica. E, especificamente, na provisão para processos judiciais existem informações para as três dimensões, conforme demonstrado no Quadro 20.

Quadro 20: Composição da Conta Provisões

<b>Conta Contábil Provisões</b>	<b>Variações</b>	<b>Nota</b>	<b>Dimensão</b>
<b>Salários, Encargos sociais e outras remunerações</b>			Social
<b>Contratos Onerosos</b>			Econômico
<b>Obrigações ambientais (i)</b>			Ambiental
<b>Obrigações para desmobilização de ativos</b>		27	Ambiental
<b>Provisões para processos judiciais</b>	Provisões Tributárias	28	Econômico
	Provisões Cíveis	28	Econômico
	Provisões Trabalhista	28	Social
	Provisões Ambientais	28	Ambiental
<b>Obrigações com benefícios de aposentadoria</b>		29	Social

Fonte: Elaboração própria com base na DF 2018

Como este trabalho está efetivando análise apenas da dimensão ambiental, será nesta sequência analisado as contas de obrigações ambientais e Provisões para processos judiciais –

Provisões ambientais. A conta Obrigações para desmobilização de ativo já foi tratada no item anterior.

#### 4.2.3.1 Provisões de Obrigações Ambientais

A empresa apresenta uma composição das provisões desde os RS 2016 (Tabela 13). Nas divulgações de 2015 e 2014 não há divulgação dessa conta, sendo os valores de 2015 levantados no RS 2016 devido a obrigatoriedade das DF apresentarem os saldos anteriores para fins de comparação.

Tabela 13: Conta Provisões com Obrigações Ambientais – saldo geral <sup>(1)</sup> em milhões de reais

<b>CONTAS</b>	<b>DF 2018</b>	<b>DF 2017</b>	<b>DF 2016</b>	<b>DF 2015</b>	<b>DF 2014</b>	<b>DF 2013</b>
<b>CONSOLIDADA</b>						
<b>Circulante</b>	382	99	33	83		
<b>Não circulante</b>	784	262	362	318		
<b>Saldo da conta: obrigações ambientais</b>	1.166	361	395	401	0	0
<b>CONTROLADA</b>						
<b>Circulante</b>	277	80	14	51		
<b>Não circulante</b>	514	106	200	139		
<b>Saldo da conta: obrigações ambientais</b>	791	186	214	190	0	0

(1) Saldo Geral é composto dos valores de Circulante e não circulante

Fonte: Elaboração própria com base nas Demonstrações Financeiras

Com relação a normativa CPC 25 analisou-se a existência de uma breve descrição das classes Obrigações ambientais apenas na DF 2018 em nota de rodapé:

(i) Em 2018, a Companhia reconheceu uma obrigação no valor de R\$ 886 no Consolidado e R\$ 600 na Controladora relacionada a certas obrigações ambientais que se tornaram efetivas a partir do ano corrente devido a mudanças na regulamentação em vigor (VALE, 2019a, p. 63)

Os valores anteriormente provisionados como obrigações ambientais não há nenhuma informação sobre sua natureza, e as informações relativas as provisões de 2018 não atendem as especificações da normativa CPC25 pois não apresenta clareza quanto a natureza, cronograma – em especial os valores registrados no não circulante (longo prazo), e nem a movimentação desse numerário. Como esses valores referem-se a rubrica de ‘provisão’, a Vale declara que

esse registro somente é realizado quando “a obrigação é considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos” (VALE, 2018a, p. 71).

Por dedução sabe-se que nesse valor não está composto por desmobilização de ativos e processos judiciais, todavia fica a questão quais seriam as obrigações ambientais provisionados no exercício de 2015 a 2017 como de provável realização? Quais as mudanças de regulamentação que se refere a nota do exercício de 2018 e gerou alteração, praticamente triplicando o valor provisionado? A assimetria da informação se mantém, incluindo o cronograma de realização dessa provisão e a movimentação do numerário que ocorre durante os exercícios sociais.

A ausência de dados impossibilita localizar essa informação nos RS, sendo esse registro todo passível de melhoria. Convém destacar que essa ausência de um instrumento de gestão eficiente, claro e transparente para o acompanhamento pela sociedade, reafirma os problemas apresentados desde meados de 1960 da insustentabilidade do desenvolvimento econômico por total descaso das empresas à gestão social e ambiental.

#### ***4.2.3.2 Provisões para Processos Judiciais – Provisões Ambientais***

##### ***DIVULGAÇÃO NAS DF***

Essas contas estão baseadas também nos aspectos normativos do CPC 25. A Provisão de ‘Processos Judiciais’ ela é divulgada com maior detalhamento em Nota Explicativa-NE específica, onde são retratados, conjuntamente, os ‘passivos contingentes’ que não são registrados contabilmente, mas divulgados em nota explicativa, assim como os ‘depósitos judiciais’. Esse último é registrado no Ativo não circulante até a decisão judicial. Nas Tabelas abaixo são apresentados os numerários divulgados nas DF, na Tabela 14 os valores consolidados das empresas do grupo e na Tabela 15 os valores apenas da Vale S.A - controladora.

Tabela 14: Conta Provisões Ambientais – saldo geral<sup>(1)</sup> CONSOLIDADO em milhões de reais

CONTAS	DF 2018	DF 2017	DF 2016	DF 2015	DF 2014	DF 2013
Processos Judiciais: Provisões Ambientais	13	34	25	78	130	67
Passivos Contingente: Provisões Ambientais	4.070	7.242	6.134	5.393	2.981	3.146
Depósito Judicial: Provisões Ambientais	125	42	52	61	1	27

(1) Saldo Geral é composto dos valores de Circulante e não circulante  
Fonte: Elaboração própria com base nas Demonstrações Financeiras

Tabela 15: Conta Provisões Ambientais – saldo geral<sup>(1)</sup> CONTROLADORA em milhões de reais

CONTAS	DF 2018	DF 2017	DF 2016	DF 2015	DF 2014	DF 2013
Processos Judiciais: Provisões Ambientais	9	24	23	55	94	35
Passivos Contingente: Provisões Ambientais	3.897	7.058	5.944	5.224	2.881	3.135
Depósito Judicial: Provisões Ambientais	125	42	51	57	0	26

(2) Saldo Geral é composto dos valores de Circulante e não circulante  
Fonte: Elaboração própria com base nas Demonstrações Financeiras

Com relação a normativa CPC 25 observa-se que as categorias sumarizada (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) das provisões ambientais apresentadas nas contas ‘processo judicial’ e ‘depósito judicial’ não apresentam uma breve descrição da classe em nenhuma DF. Essa descrição é feita na conta ‘passivo contingente’, em todas as DF, sempre com o mesmo texto, transcrito abaixo:

iv - Processos ambientais - As reclamações mais significativas referem-se a alegados vícios processuais na obtenção de licenças, não cumprimentos de licenças ambientais existentes ou prejuízos ambientais (VALE, 2019b, p. 65).

Para a conta ‘processos judiciais’ é identificado a aplicação da normativa (CPC25) quando da demonstração da movimentação de numerário. Contudo, não foram localizadas informações sobre a natureza da classe e cronograma. Para a indicação de incerteza segue-se o entendimento que esse numerário foi considerado provável pelos responsáveis técnicos da Vale pelo fato do registro na rubrica ‘provisões’.

Os depósitos judiciais a Vale esclarece que se correlacionam às provisões e passivos contingentes e são atualizados monetariamente até a decisão judicial de resgate.

Já a conta ‘passivos contingentes’ a Vale esclarece que são processos administrativos e judiciais onde há expectativa de perdas possíveis, mas que não cabe provisão. Esses processos são detalhados a partir da DF 2017 e 2018 devido ao acidente da Samarco. Na DF 2014 não é apresentado nenhuma informação sobre as provisões ambientais que compõem essa conta. Nas DF 2015 e 2016 é apresentado o rompimento da barragem do Fundão da empresa Samarco, em outra NE específica sobre o evento, e na DF 2018 além das informações do passivo contingente que trata do acidente da Samarco, é preciso complementar com informações da NE3 que trata da contingência relativa ao acidente de Brumadinho e que refletirá nessa conta em divulgações posteriores.

Na DF 2015, na NE 4 (evento relevante – Rompimento da barragem da Samarco Mineração S.A (“Samarco”)) referente ao rompimento da barragem de rejeitos de minérios de ferro (Fundão) ocorrido em 05/11/2015 e teve a suspensão das suas operações por determinação da autoridade governamental do Estado de Minas Gerais. Por ser uma empresa controlada pela Vale (50% de participação societária) ela responde conjuntamente com o outro acionista, mas esclarece que a Vale não tem obrigação de prover recursos a Samarco, o investimento nessa empresa foi reduzido a zero e nenhum passivo foi registrado na DF da Vale. O impacto contábil de assistência financeira será determinado quando ocorrido. Apesar dessas questões contábeis, a Vale, nesta NE4, alínea (c) apresenta duas contingências apresentadas no Quadro 21.

Quadro 21: Composição dos Passivos Contingentes DF 2015

	<b>Descrição</b>	<b>Estimativa Financeira</b>	<b>Indicação de incerteza</b>	<b>Reembolso</b>
DEZEMBRO 2015 <b>Ação Civil da União Federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo</b>	Danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.	R\$ 20,2 bilhões	Possível	Não localizado
<b>Ações cíveis no tribunal federal de Nova York MOVIDA por detentores de títulos da Vale</b>	A Vale fez declarações falsas e enganosas ou omitiu divulgações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco	Os autores não especificaram os valores dos prejuízos alegados nessas ações.	Possível	Não localizado
<b>TOTAL ESTIMATIVA FINANCEIRA DECLARADAS NA DF</b>		R\$ 20.200 milhões		
<b>MONTANTE PROVISIONADO NO CONSOLIDADO 2015</b>		R\$ 5.393 milhões		

Fonte: Elaboração própria com base na DF 2015

Na DF 2016 a NE28 – Processos Judiciais, alínea ‘d’ outras – indica contingência relativa à Samarco conforme divulgação na NE 21 (passivos relacionados à participação em coligadas e joint ventures). Na NE21 é tratado o acordo relacionado ao rompimento da barragem da Samarco em 4 alíneas. Inicia apresentado o acordo de reparação referente a ação civil da União Federal e dos estados de Minas Gerais e Espíritos Santo onde foi estabelecida a implementação de programas de recuperação e compensação das áreas e comunidades impactadas pelo rompimento da barragem da Samarco. Para tanto, será constituída uma fundação para desenvolver e implementar os programas de recuperação e compensação socioeconômicos e socioambientais. Caso a Samarco não cumpra suas obrigações de aportar recursos na Fundação, a Vale S.A. e a BHPB serão responsáveis. A Fundação foi constituída em 24/06/2016 e iniciou as atividades em agosto/2016 sendo denominada de Fundação Renova. Esse acordo tem vigência de 15 anos, renovável por mais um ano até o cumprimento das obrigações acordadas.

Segue na alínea b onde justifica a necessidade de constituir uma provisão para esse evento, considerando que as atividades da Samarco continuam suspensas e que a Vale é corresponsável no acordo judicial em 50% ela constitui uma provisão que totaliza o valor de R\$3.511, fica subentendido que esse valor está no Passivo contingencial. Ocorre que esse acordo foi posteriormente suspenso a movimentação desta provisão é demonstrada novamente na DF2017, NE22.

Na alínea c reitera informações da Samarco divulgadas na DF 2015, relativas à questão acionária, a baixa do investimento na Vale e a não obrigatoriedade de prover recursos à essa controlada. Entretanto ressalta que desde o acidente os acionistas já disponibilizaram R\$ 2,0 bilhões para as obrigações prevista no acordo.

Finaliza apresentando as novas contingências relacionadas ao acidente da Samarco, onde se mantem os processos de 2015, mas a ação civil pública da União Federal e outros foi suspensão devido a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, foram acrescidos de duas novas informações, a saber Denúncia do Ministério Público Federal e outros processos; além da ação movida no Tribunal de Nova York sendo divulgado nesta DF2016 que os autores são investidores detentores de *American Depositary Receipts* de emissão da Vale S.A. No Quadro 22 é elaborado uma composição considerando as orientações de informações base normatizadas pelo CPC25.

Quadro 22: Composição dos Passivos Contingentes DF 2016

Descrição		Estimativa Financeira	Indicação de incerteza	Reembolso
JULHO 2016 <b>Ação Civil da União Federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo RESTAURAÇÃO devido liminar do Superior Tribunal Federal (STF)</b>	Danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.	R\$ 20,2 bilhões	Possível	Não localizado
JULHO 2016 <b>Ação Civil movida pelo Ministério Público Federal (MPF)</b>	Danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, estabelecendo reparações e compensações socioeconômicas e socioambientais.	R\$ 155 bilhões	Possível	Não localizado
<b>Ações cíveis no tribunal federal de Nova York MOVIDO por investidores detentores de <i>American Depositary Receipts</i> de emissão da Vale S.A.</b>	A Vale fez declarações falsas e enganosas ou omitiu divulgações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco e a adequação de programas e procedimentos relacionados.	Os autores não especificaram os valores dos prejuízos alegados nessas ações.	Possível	Não localizado
<b>Denúncia realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal</b>	Suposta prática de crimes contra o meio ambiente, o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, inundação, desmoronamento, bem como por supostos delitos contra as vítimas do rompimento da barragem de Fundão.	NÃO DECLARADA	Possível	Não localizado
<b>Outros processos</b>	Foram citados como réus em outros processos movidos por indivíduos, sociedades e entidades governamentais que procuram indenização por danos morais e/ou patrimoniais.	NÃO DECLARA	Possível	Não localizado
<b>TOTAL ESTIMATIVA FINANCEIRA DECLARADAS NA DF</b>		R\$ 175.200 milhões		
<b>MONTANTE PROVISIONADO NO CONSOLIDADO DE 2016</b>		R\$ 6.134 milhões		

Fonte: Elaboração própria com base na DF 2016



Na DF2017 na NE27 alínea ‘d’ são repassadas informações sobre o passivo contingente, onde se esclarece sobre o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) com o MPF referente as Ações Civil Pública do Governo Federal e do MPF e as tratativas acordadas. A ações cíveis no tribunal federal de Nova York movido por investidores detentores de *American Depositary Receipts* de emissão da Vale S.A teve parte significativa dos pedidos extintos, mas ainda está sendo julgada “certas declarações contidas nos relatórios de sustentabilidade da Vale S.A. em 2013 e 2014 sobre procedimentos, políticas e planos de mitigação de riscos, e certas declarações feitas em uma conferência telefônica, em novembro de 2015, a respeito da responsabilidade da Vale S.A. pelo rompimento da barragem de Fundão” (p.70). As denúncias realizadas pelo MPF estão em fase de instrução processual. Os outros processos continuam sem maiores informações. Nessa DF2017 foi acrescida ação dos detentores de títulos de dívida emitidos pela Samarco, estando os dados sistematizados no Quadro 23.

Quadro 23: Composição dos Passivos Contingentes inseridos nas DF 2017

Descrição		Estimativa Financeira	Indicação de incerteza	Reembolso
<b>Detentores de títulos de dívida emitidos pela Samarco às violações de leis de valores mobiliários (U.S. federal securities laws)</b>	A Vale fez declarações falsas e enganosas ou omitiu divulgações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco e a adequação de programas e procedimentos relacionados. Alegam ainda que, com o rompimento da barragem de Fundão, os títulos da Samarco tiveram uma queda acentuada em seu valor, causando-lhes prejuízos e pedem indenização.	Os autores não especificaram os valores dos prejuízos alegados nessas ações.	Possível	Não localizado
<b>TOTAL ESTIMATIVA FINANCEIRA DECLARADAS NA DF</b>		R\$ 175.200 milhões		
<b>MONTANTE PROVISIONADO NO CONSOLIDADO DE 2017</b>		R\$7.242 milhões		

Fonte: Elaboração própria com base na DF 2017.

Na DF2018 na NE28 alínea ‘d’ o passivo contingente relacionado ao acidente da Samarco é novamente detalhado. A ação civil pública movida pelo Governo Federal e outros e a movida pelo MPF em junho de 2018 firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta onde é extinto integralmente a ação movida pelo Governo Federal e outros de R\$20,2 bilhões e parte da ação do MPF de R\$ 155 bilhões. O processo judicial sobre ações coletivas nos Estados Unidos da América é apenas comunicado que ele ainda continua tramitando, sem especificar se

são dos mesmos processos relativos aos detentores de títulos da dívida da Samarco, acrescida da ação movida dos investidores detentores de *American Depositary Receipts*. Por fim, a denúncia criminal do MPF aguarda um posicionamento do Poder Judiciário, estando todas as audiências desse processo suspensas.

Nessa demonstração é apresentada pela auditoria como evento subsequente o rompimento da barragem de Brumadinho ocorrido em 25/01/2019. A Auditoria registra:

no estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros, não é possível mensurar de forma confiável todos os potenciais custos que a Companhia poderá incorrer para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto (p. 4).

Apesar desse evento não está reportado no Processo Judicial enquanto Passivo contingente devido o evento pertencer ao exercício 2019, na NE3 é realizado um detalhamento do rompimento da barragem de Brumadinho, tendo ele ocorrido na Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho/MG. Nessa NE3, alínea ‘b’ são descritas as contingências e outras questões legais movidas em razão do acidente, que se tornaram , provavelmente, passivos contingentes. Essas informações foram sistematizadas no Quadro 24.

Quadro 24: Composição de acordos referente ao acidente de Brumadinho descritos na DF 2018

	<b>Descrição</b>	<b>Estimativa Financeira</b>
FEVEREIRO 2019 <b>Acordo Ministério Público do Trabalho</b>	Para indenizar os empregados diretos e terceirizados da mina do Córrego do Feijão que foram impactados pelo término da operação	R\$ 850 milhões
FEVEREIRO 2019 <b>Governo Federal, estado de Minas Gerais, Ministério Público e Defensoria Pública</b>	Assumiu a obrigação de realizar o pagamento emergencial aos moradores de Brumadinho e das comunidades que estiverem localizadas até um quilômetro do leito do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a cidade de Pompéu, mediante prévio cadastro.	Entre R\$1 bilhão e R\$2 bilhões
27 janeiro 2019 Ministério Público de Minas Gerais e do estado de Minas Gerais	Bloqueio de ativos da Companhias para assegurar a estabilidade de outras barragens; assegurar a indenização de empregados diretos e terceirizados; remover população das áreas de Sebastião de Águas Claras – Comunidade de Macacos, Gongo Soco e Barão de Cocais e ressarcimento das perdas sofridas nestas comunidades	R\$16,9 bilhões
Sanções Administrativa <b>07/02/2019</b> <b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)</b>	Multas administrativas	R\$250 milhões acrescido de multa diária de R\$ 100 mil
Sanções Administrativa	Multas	R\$108 milhões

	<b>Descrição</b>	<b>Estimativa Financeira</b>
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho		
<b>Ações coletiva perante Tribunais Federais de Nova York, ajuizada por detentores de American Depositary Receipts (“ADRs”) de emissão da Vale</b>	Os requerimentos iniciais alegam que a Vale fez declarações falsas e enganosas ou deixou de fazer divulgações relativas aos riscos e danos potenciais de um rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão.	Não especificaram valores dos prejuízos alegados nessas demandas.
<b>Estimativa Financeira declarada</b>		R\$19.108 milhões

Fonte: Elaboração própria com base na DF 2018

Para os passivos contingências observa-se um detalhamento apenas das informações relativas aos acidentes da Samarco a partir da DF2015. Para esse passivo contingente são realizadas breves descrições dos diversos processos em andamento, mas analisando sua divulgação no decorrer do tempo, constata-se a retirada de processos sem maiores informações aos *stakeholders*. Nas descrições dos processos são apresentadas a estimativa financeira declarada pelo autor da ação, porém elas não estão refletidas nos valores econômicos divulgados nas rubricas das contas, gerando dúvida, e indicando a necessidade de maior clareza informacional. A indicação de incerteza é declarada quando a empresa indica o tipo de contabilização, ou seja, ‘passivo contingente, sendo a classificação nessa conta um indicativo do grau de incerteza como perda possível.

Como há registro de passivo contingente desde a DF 2013, questiona-se quais os outros passivos contingentes que compõem a conta e o que ocorreu com eles, foram provisionados contabilmente? Essa perda possível foi efetivada sem necessidade de provisionamento? A ausência das informações em anos anteriores já indica uma assimetria informacional, que para esse caso se propõem uma composição da conta para os respectivos *stakeholders*, diminuindo o vazio informacional existente. Nesse informe deveria minimamente apresentar quantos ou quais os processos compõem o saldo econômico provisionado, da mesma forma o critério para estabelecer os valores divulgados.

Novamente se observa uma assimetria de informação e uma falta de clareza no processo de gestão eficiente, claro e transparente para o acompanhamento pela sociedade, reafirma os problemas apresentados desde meados de 1960 da insustentabilidade do desenvolvimento econômico por total descaso das empresas à gestão social e ambiental. Para análise nos RS se buscou identificar nos RS quais as informações realizadas sobre os processos judiciais e o detalhamento da gestão dos elementos que causaram passivo contingencial.

### DIVULGAÇÃO NOS RS

A Vale nos RS apresenta um informe no item ‘conformidade legal’ e/ou ‘conformidade ambiental’ sobre o total de processos judiciais, trabalhistas, ambientais e administrativas considerados relevantes. Essa divulgação é realizada nos relatórios analisados de RS2014 a 2017. Em 2018 o RS não divulga informações sobre nesse item.

Os processos ambientais são definidos como relevantes caso atenda um dos três critérios apresentados pela Vale, a saber: a) de acordo com o valor do processo incluindo pedidos de indenização e aplicação de multas; b) temas considerados relevantes pela empresa ou de repercussão junto ao público; c) causam paralisação das atividades.

Os valores que compõem o critério (a) de relevância são acima de US\$ 2,15milhoes no RS 2014; acima de R\$ 5milhões ou US\$1,58 milhões no RS2015; a partir de R\$3,5 milhões ou US\$1 milhão no RS2016. No RS2017 o critério de relevante passa a ser “processos que representem um valor envolvido de 1% do patrimônio líquido da empresa, ou processos que impactem diretamente os negócios ou imagem da Vale” (p.117).

No RS 2014 no item ‘conformidade ambiental’ eram divulgados uma breve descrição dos processos anteriores à 2014, a partir de 2015 essa descrição foi excluída, mantendo-se uma divulgação do total, em quantidade, de processos instaurados e encerrados no próprio exercício social. Com base nessas informações foi elaborada a Tabela 16 onde é realizada uma movimentação do quantitativo de processos ambientais divulgados nos RS analisados.

Tabela 16: Quantitativo de processos ambientais divulgados no item ‘conformidade legal’

<b>CONTAS</b>	<b>RS 2018</b>	<b>RS 2017</b>	<b>RS 2016</b>	<b>RS 2015</b>	<b>RS 2014</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Processos de conformidade ambiental anterior à 2014 divulgados no RS2014</b>					21	21
<b>Ambientais instaurados</b>	0	1	9	4	2	16
<b>Ambientais encerrados</b>	0	0	6	20	2	28
<b>Movimentação de quantidade de processo conforme dados divulgados</b>	9	9	8	5	21	9

Fonte: Elaboração própria com base nos RS2014 a RS2018.

Considerando a breve descrição elaborada nos RS dos processos instaurados foram identificados o seguinte quantitativo de processos: 2 no RS2014; 6 no RS2015 sendo dois do acidente da Samarco; 6 no RS2016 e 1 no RS2017, além dos 21 processos anteriores à 2014,

totalizando 33 processos descritos. Observa-se um desencontro entre o total de processos descritos (6 e 6) e o quantitativo divulgados (9 e 4) respectivamente nos RS 2016 e RS 2015.

Convém destacar o esclarecimento realizado no RS 2016, onde a Vale informa que dos 9 processos instaurados não estão relacionados com o do acidente da Samarco, ou seja, a empresa divulgou 9 processos de conformidade ambiental, descreveu 6 processos e indicou que há outros processos fora os 9 relacionados ao acidente, mas não são apresentados naquele item.

Para as categorias no RS de ‘processos encerrados’, foram localizados 10 processos considerando a breve descrição deles realizada nos RS 2014 à RS 2018. Quando esse montante de 10 processos é comparado com o quantitativo divulgado nos RS’s de 28 ‘processos encerrados’ (Tabela 16) identifica-se mais um conflito de informação.

Como não são apresentadas movimentação que acumulem o quantitativo do processo em aberto, ou seja, quantidade inicial, adições relativas a processos instaurados que atendam ao critério de relevância, adições de processos instaurados que não atendem ao processo de relevância, subtrações relativas aos processos encerrados e quantidade final, o leitor não tem um apanhado global do quantitativo de processos ajuizados contra a Vale. O processo de conciliação entre as informações divulgados no próprio relatório são conflitantes, elementos esses que denotam a total assimetria de informação.

Confrontando nos RS apenas os processos descritos pela Vale nas DF, foram identificados apenas dois processos da Samarco no exercício de 2015, ambos tinham declaração de estimativas de valores. As ações cíveis no tribunal federal de Nova York movida pelos investidores detentores de *American Depositary Receipts* de emissão da Vale S.A apresentadas na DF 2015 não estão apresentadas no RS 2015. Como já destacado anteriormente, no RS 2016 não apresentam no item ‘conformidade legal’ os processos relativos ao acidente da Samarco.

Nos demais processos descritos nos RS não são divulgados, em sua maioria, valores estimados dos processos, não sendo possível comparar com os valores registrados nas Provisões Ambientais ou divulgados nos Passivos Ambientais das DF.

Analisando os 33 processos descritos nos RS, contou-se que 14 processos tratam do problemas relacionados aos impactos ambientais do empreendimento; 10 apresentam problemas relativos a licença ambiental; 3 apresentam questionamento quanto poluição atmosférica; 2 estão relacionados a incêndio; 2 relativos a compensação ambiental; 1 restauração de um parque e 1 não foi identificado pois há apenas o informe que a empresa (Vale) busca o arquivamento do processo por ter desistido do Projeto Anitápolis (SC); foi levantado informações nos RS2014 a RS2018 sobre o projeto, mas nada foi divulgado. Observou-se também que não há divulgação de processos fora do Brasil, aliás nas descrições

só são citadas as localidades, por exemplo Açailândia (MA), Araxá (MG), Baía de Camburi, Corumbá (MS), entre outros, sendo todas essas localidades situadas no país Brasil.

Com base nesses temas que geram desgastes jurídico para a empresa, foi analisado as práticas sustentáveis divulgados nos RS.

### LICENÇA AMBIENTAL

O impacto ambiental é estabelecido como elemento estratégico para a empresa onde são descritas várias ações realizadas para minimizar o impacto causado pela empresa. Porém essas informações são estabelecidas de forma global, onde não consegue se compreender o resultado dessas ações por operação, ou por empresa, ou por país, ou continente. Na maioria das vezes a informação é generalista dificultando estabelecer um juízo ou monitorar através de uma meta as ações planejadas que serão realizadas ao longo do tempo. Ademais não é apresentado uma meta para a maioria das informações ou uma referência para apoiar a compreensão dos indicadores divulgados. Na Figura 20 é apresentado um exemplo das informações generalistas divulgadas no RS.

Figura 20: Acompanhamento dos programas

Programas e práticas por fase do empreendimento G4-SO1	Licenciamento/ Implantação	Operação	Fechamento
Estudo de Impacto Ambiental, Social e Econômico	■	■	■
Programas Sociais (educação, cultura, geração de renda, etc.)	■	■	■
Plano de Fechamento de Mina (aspectos ambientais, sociais e econômicos)	■	■	■
Relacionamento com Comunidades Locais e Tradicionais	■	■	■
Gestão de Impactos Social, Ambiental e Econômico	■	■	■
Qualificação Profissional para Comunidades e Empregados	■	■	■
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores	■	■	■
Programa de Valorização/Proteção do Patrimônio Cultural	■	■	■
Outros	-	■	■

■ Ocorrência intensa – mais de seis programas implantados. ■ Ocorrência moderada – até seis programas implantados.

Fonte: VALE (2016b, p. 55)

O tema Licença Ambiental é tratado de forma mais direcionada no item ‘Licenciamento Ambiental’ nos RS2014 a RS2017. Esse processo é realizado tanto na instalação de novas operações quanto na ampliação das unidades, para tanto eles elaboram um documento onde são identificados os impactos e são propostas medidas de controle. Com relação a estratégia da empresa com os licenciamentos, a empresa esclarece:

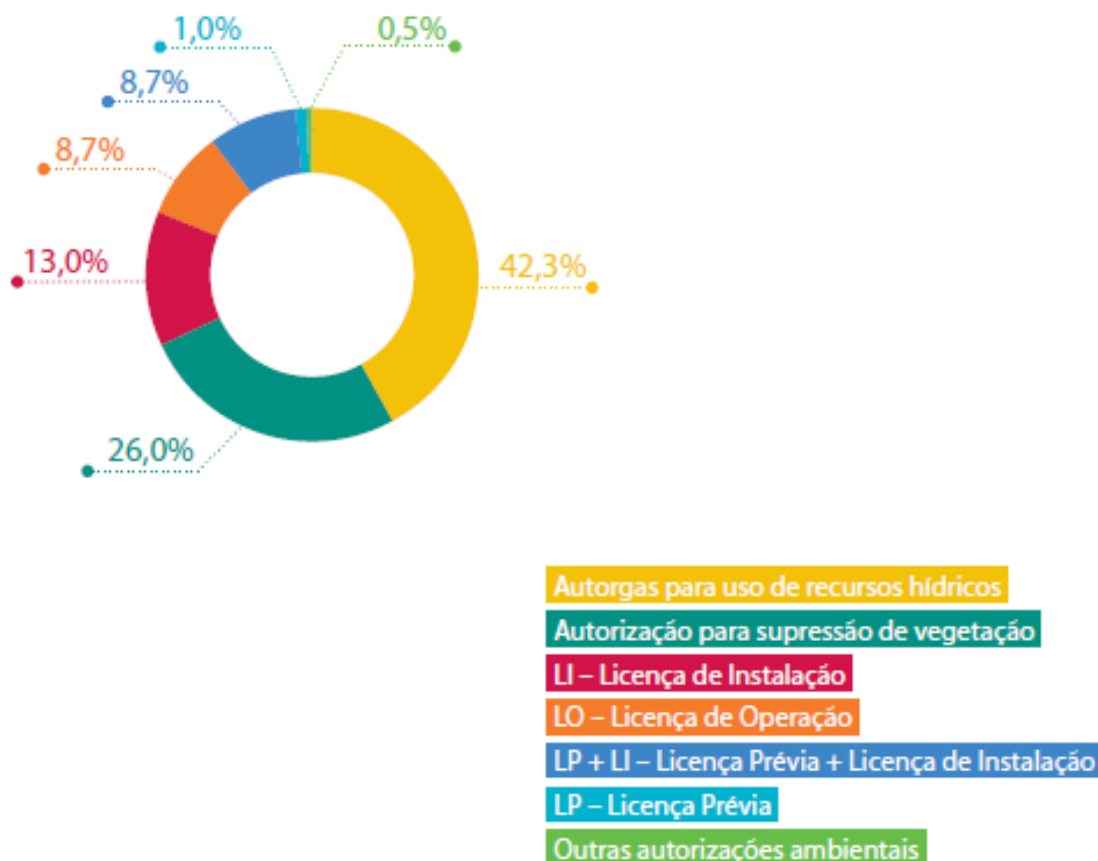
Além de atender ao requisito legal, a fase de licenciamento é uma oportunidade de reforçarmos nosso compromisso com o desenvolvimento de projetos cada vez mais sustentáveis, com **a mensuração dos impactos socioambientais** relacionados a cada uma de suas fases (planejamento, implantação, operação e fechamento) e com a **proposição de medidas adequadas de mitigação, monitoramento e compensação**. (RS 2014, P. 46) – grifos nossos.

Para orientar a condução das práticas a Vale mantém diretrizes técnicas como Guia de Boas Práticas (Brasil, Canadá, Moçambique e Peru); Guia de Relacionamento com Comunidades; Manual de Relação com Comunidades para projetos de Capital, Guia para Programa de Educação Ambiental, Metodologia da Licença para Operar, *SAP Environmental Compliance* (SAP EC). Em 2017 houve a revisão do Guia de Boas Práticas – licenciamento ambiental e meio ambiente e elaboração do Manual de Meio Ambiente, assim como a criação de procedimentos de permissões e condicionantes ambientais para melhor gerir informações sobre o licenciamento. Além desses controles há grupos de trabalho voltado para compreender as exigências legais estaduais e federais.

Sobre as informações relativas as licenças obtidas, foram informados o montante total das licenças/autorização: 130 (2015); mais de 200 (2016); 62 (2017). Em 2014 e 2018 não foram informados quantos licenciamentos a empresa obteve. No RS2016 é apresentado um gráfico (reproduzido na Figura 21) onde indicam em percentual os tipos de licença, sem, contudo, indicar a base de quantas licenças tratadas em percentual no gráfico, ou se são somente os licenciamentos de 2016 que também não foi informado com exatidão o total de licenciamento.

Figura 21: Tipos de Licença informado no RS2016

### Tipos de licença – 2016



Fonte: VALE (2017b, p. 43).

Todavia, observa-se nos dados divulgados que não são identificadas proposição de medidas de monitoramento, mitigação e compensação, informações essas passíveis de monitoramento sobre os tipos de licenças ambientais, quais os projetos relacionados, onde se localizam, referências sobre a implantação dos programas e os resultados deles durante a exploração dos recursos, o grau de satisfação dos *stakeholders* diretamente envolvidos com o empreendimento. Esses exemplos são alguns indicadores que podem denotar a legitimação e aceitação da empresa, anseio divulgado por ela como transcrito abaixo:

Ao buscar legitimação e aceitação da empresa pela sociedade, em especial pelas comunidades locais, aplicamos o conceito de Licença para Operar, pois entendemos que esta é indispensável para permitir a instalação de novos projetos e a continuidade das operações, uma vez que **apenas a conformidade legal não é suficiente para se obter a legitimação social** (VALE, 2019b, p. 53) grifos nossos.



## POLUIÇÃO

Para analisar o problema da poluição apresentado no processo divulgado no RS2014 que descreve o problema de poluição atmosférica em razão das operações do Complexo de Tubarão, foi levantado quais os tipos de poluição que a Vale reconhece nos seus relatórios (a) e quais as ações de monitoramento (b).

No RS2017 no item ‘Gestão de riscos corporativos’ a Vale comunica que a poluição do ar é um risco significativo. E no RS2016 é apresentado um glossário com as descrições e os aspectos GRI correlacionado aos temas materiais abordados pela Vale. Abaixo transcrevo o aspecto de abrangência proposto pelo GRI que trata do tema poluição

- Identificação dos impactos sociais e ambientais que afetam diretamente os territórios, como ruído, poluição por emissão de particulado, contaminação de solos e rios, aumento demográfico temporário, alteração no trânsito e vias de transporte, atropelamentos, entre outros. (p. 142)
- Diminuição da pegada hídrica na mineração em quantidade e qualidade, por meio da gestão do recurso no que tange ao consumo, ao reuso e a geração de efluentes, proporcionando aumento da oferta local de água para uso comunitário e obtenção a partir de fontes apropriadas e garantindo a não poluição de água para os usuários locais. (p. 143)
- Tratativas de prevenção e remediação quanto a erosão, sedimentação em corpos hídricos e alteração da dinâmica hídrica. Monitoramento do escasseamento e da poluição de rios e lagoas como impacto das operações (p.143)

Os indicadores propostos pelo GRI são comunicados, contudo a identificação dos impactos ambientais refere-se a uma descrição sem mensurar o tamanho do impacto causado, e dessa forma apresentar elementos passíveis de apuração do resultado das ações comunicadas. Essa deveria ser a base, ou o contraponto, para que o usuário possa compreender a efetividade das ações planejadas e realizadas. Todavia a Vale divulga os dados globalmente, sem tratar por empresa, ou unidade de negócios, esse tipo de informação mascara a efetividade das ações localmente, principalmente se considerarmos as dimensões geográficas da Vale.

Outrossim, em 2014 a Vale estabeleceu um acordo judicial referente a poluição das águas subterrâneas no Complexo Industrial de Uberaba, em Minas Gerais, referente a “ativos de fertilizantes” adquiridos pela empresa. Não há menção sobre poluição dos portos, das usinas de energia, das empresas de fertilizantes ativos geridos pela empresa; mas observa-se o destaque das ações de proteção aos recursos hídricos, incluindo dispêndio financeiros para esse fim.

Além das questões inerentes a sua atividade, ela também esclarece no RS2014 que tem 40 edificações eficientes que utiliza de soluções para reduzir a poluição, sendo essas certificadas pelo programa Selo Verde; e que elaborou em 2017 um curso para a comunidade localizada na cidade de Cyberjaya, Malásia sobre “Poluição do oceano: salve nossa vida marinha”, iniciativas

que denotam seu interesse pelo tema, mas que geram questionamento frente a dimensão da baixa informação dos impactos gerados pelo empreendimento.

### INCÊNDIO

Os processos de incêndio referem-se ao ocorrido na Floresta Nacional de Carajás antes de 2014 com infração lavrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) onde a Vale afirma que as atividades da Salobo Metais S.A não foram motivadoras do problema; e em janeiro 2017 houve um incêndio no armazém de Nitrato de Amônio granel na unidade de Cubatão (SP) da Vale Fertilizante o qual foi controlado em menos de 5 horas pela equipe do Corpo de Bombeiros e os brigadistas da Empresa, esse evento foi divulgado no RS2016. Somente no RS2017 a empresa destaca as ações de treinamento visando o melhor desempenho para os atendimentos de emergência que eventualmente podem surgir decorrente de vazamento ou derrames de produtos perigosos, assim como a parceria existente com o ICMBio para apoiar a gestão de áreas protegidas incluindo prevenção e combate a incêndios, ação entendida pela empresa como de simples proteção ecossistêmica. Contudo, a empresa não faz menção a experiência regressa de incêndio, nem como um aprendizado e nem apresenta o tipo de monitoramento estabelecido para diminuir esse risco ou metas de treinamento.

### COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Os processos de compensação enquadrados como ambiental referem-se a processos anteriores a 2014, sendo o Projeto Salobo, onde o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama arbitra valor de compensação; e o Poder Público discute a execução de obras de compensação vinculados aos Termos de Ajuste de Conduta – TAC e a licença prévia de operação da Vale Fertilizante. Com exceção do RS 2017, os demais RS não trataram efetivamente sobre esse tema, apenas relacionam ações pontuais com compensação.

No RS 2017 foi possível identificar o tópico ‘Compensação ambiental e medidas compensatórias no Brasil’ que tratou do tema de forma mais efetiva, apresentando dados sobre as ações de compensação ambiental realizadas, todavia destaca-se que essas informações excluem as medidas de compensação ambiental praticadas nos demais países onde há unidades de negócio da Vale. Sobre a divulgação do que ocorreu no Brasil destacamos:

Acompanhou mais de **100 processos** de compensação ambiental em conformidade com a Lei Federal nº 9.985/2000, sendo que **90%** dos processos **tiveram os valores recolhidos pelos órgãos ambientais competentes** (VALE, 2018b, p. 65) grifos nossos.

Entre as ações de compensação desenvolvidas pela Vale, foi destacado nesse item o desembolso aproximado de US\$ 100 milhões com possível adicional de cerca de US\$ 30 milhões de compensação ambiental; pagamento US\$24 milhões de medida compensatória relativa a supressão vegetação projetos do Pará, proteção de 19 Reservas Particulares do Patrimônio Natural, 170 cavidades testemunhos, plantio 140 mil mudas de espécies protegidas, 5 km<sup>2</sup> preservação de Patrimônio Arqueológico e destinação de mais de 200 km<sup>2</sup> para criação do Parque Nacional.

Contudo a empresa não apresenta nenhuma informação sobre as compensações ambientais estabelecidas quando do licenciamento ambiental, nem apresenta forma de monitoramento das ações realizadas para atender a legislação de cada país. Com relação a aplicação do recurso de compensação se eles estão sendo aplicados nas Unidades de Conservação própria ou sob a parceria da Vale (Quadro 25) e, se o recurso foi pago em outros anos, apresentar essa movimentação do repasse.

Cabe esclarecer que a citada lei (9985/2000) institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e nele se estabelece a compensação ambiental. No art. 36, da citada lei se estabelece para as “licenças ambientais de empreendimentos de significativo impacto ambiental (...) o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação (...)”. No parágrafo 1º estabelece o pagamento de no mínimo de 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento e no parágrafo 4º esclarece que essa obrigação pode ser cumprida em Unidade de Conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável.

Considerando a obrigatoriedade da Lei, fica a questão relativa as ações ambientais divulgadas no RS se eles são frutos de uma regulamentação ambiental ou se estão efetivamente vinculados a uma estratégia de Legado que a empresa realiza enquanto criação de valor relacionada ao seu negócio.

Quadro 25: Áreas naturais protegidas pela Vale e divulgadas no RS2014

Área protegida	Localização	Bioma	Propriedade	Área (km <sup>2</sup> )
Floresta Nacional de Carajás	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	4.119,5
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.900,0
Floresta Nacional do Itacuínas	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.414,0
Reserva Biológica do Tapirapé	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.030,0
Área de Proteção Ambiental do Igarapé do gelado	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	216,0
Parque Botânico do São Luis	Brasil (Maranhão)	Floresta Amazônica	Própria	1,
Parque Botânico do Tubarão	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Própria	0,3
Reserva Natural Vale	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Própria	227,1
Reserva Biológica de Sooretama	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Parceria ICMBio	240,0
12 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica	Própria	70,4
Dois Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) associadas às operações de Fertilizantes	Brasil (Minas Gerais)	Cerrado	Própria	1,6
32 Unidades de Conservação estaduais localizadas no Quadrilátero Ferrífero	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica e Cerrado	Parceria Semad/EF	3.090,8
Áreas de proteção de quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica	Própria	3,3
Parque Estadual da Ilha Grande	Brasil (Rio de Janeiro)	Mata Atlântica	Parceria Inea	120,5
Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar	Brasil (Mato Grosso do Sul)	Pantanal	Parceria HP	2.760,9
Reserva Natural Florestas do Norte (Forêt Nord Nature Reserve)	Nova Caledônia	Floresta e Maquis Shrubland	Parceria Governo da Nova Caledônia	2,7
Reserva Pic du Grand Kaori	Nova Caledônia	Floresta e Maquis Shrubland	Parceria Governo da Nova Caledônia	3,1
Centro Ecológico Vale Malásia (Vale Eco Center)	Malásia	Sundaland	Própria	2,9
<b>Total</b>				<b>15.004,2</b>

Fonte: VALE (2015b, p. 94)

### RESTAURAÇÃO DE UM PARQUE

O processo de restauração do Parque da Serra do Mar do Polo Petroquímico de Cubatão não é discutido nos RS 2014 a RS 2018. Sobre as ações relacionadas a restauração a Vale cita a restauração ecológica de Canga, processo de restauração florestal de 47 mil hectares referente ao acidente da Samarco e os projetos de Restauração que são desenvolvidos na Reserva Natural Vale (RNV).

No RS2017 foram destacados os projetos de restauração realizados na Reserva Natural Vale (RNV) como o Projeto Verena e o Projeto de Restauração Florestal do Rio Pau Atravessado. Na ocasião a Vale esclarece que a RNV surgiu em 1978 e marca o início da consciência ambiental da companhia. O trabalho realizado na RNV foi reconhecido pela Unesco que concedeu à RNV o título de ‘Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica’ em 2008, 2013 e 2017. Em 2018 serão produzidos 4 documentários sobre a RNV.

As cangas são tipos de rochas produto de alteração intempérica de rochas ricas em ferro que tem como predominante vegetação os campos rupestres, há poucos estudos sobre sua

biodiversidade, sendo assim a empresa estabeleceu parceria com o Instituto Tecnológico Vale (ITV) conduz estudos pioneiros sobre a restauração ecológica de canga.

Em ambos os casos há uma ausência das informações da gestão ambiental realizada e as ações propostas. Dessa forma, a assimetria de informação não proporciona compreender o quais ações foram realizadas e a fase de execução desses projetos, não são divulgação do investimento nessas ações e nem especificam as áreas de que trata as atividades de restauração. A assimetria também ocorre com os *stakeholders* divulgados, eles são parceiros na ação? Essas ações são contrapartidas dos impactos ambientais? São investimentos institucionais visando inovação tecnológica? Observa-se que o contexto de sustentabilidade não está esclarecido.

Os relatórios de sustentabilidade analisados se mantêm numa perspectiva de apresentar ações que a empresa está realizando sem avaliar a efetividade dessa ação frente aos impactos causados com o empreendimento e quanto dessas ações são apenas contrapartidas compensatórias exigidas legalmente. Se apresentar como responsável por realizar ações, na sua maioria exigidas legalmente, pode até satisfazer a geração atual brumada pelos ganhos econômicos, mas não traduz o compromisso de comprometer a sobrevivência das gerações futuras.

O controle é uma das funções básicas da administração. A gestão ambiental passa essencialmente pela identificação precisa do impacto causados pela empresa, esse é o problema efetivo que a Vale deve enfrentar de forma responsável. De posse dessa informação tem que ser analisada as ações que contribuem para melhoria das condições econômicas, ambientais e sociais em todos os níveis de atuação da companhia, ou seja, local, regional e global ou as ações de mitigação necessárias para minimizar os impactos causados exigidos legalmente.

Com base nessas informações, o RS poderá ser um excelente instrumento para subsidiar a discussão da responsabilidade do empreendimento, da sociedade civil e dos entes estatais que concedem a licença para operar ao empreendimento em troca de desenvolvimento econômico.

Outrossim, ressalta-se que empreendimentos de exploração de minério tem que ser tratados e analisados como um componente em depreciação, ou seja, aquele negócio gerador de riqueza econômica será exaurido (tem fim), logo o planejamento das ações é atrelado ao tempo esperado de exploração, urge a criação de frentes econômicas passíveis de manter a “riqueza” para as gerações atuais e quais riquezas serão construídas para as gerações futuras.

Analisando o conteúdo divulgado tanto nos processos judiciais, quanto a gestão divulgada para os principais problemas ambientais detectados nos processos judiciais, se

observa a ausência de informações de forma regular e constante, demonstrando o descaso das da empresa as questões ambientais que geram obrigações e passivo contingencial à empresa.

Analisando com base nos indicadores da análise de conteúdo proposto, observa-se que não há a identificação dos *stakeholders* (1). Há momentos que são citados parceiros, mas como o contexto de sustentabilidade (2) não está claro, a divulgação gera dúvida como é efetivada essa criação de valor entre os *stakeholders*.

Ainda no contexto de sustentabilidade ações de licença ambiental e compensação ambiental implicam acordos com o governo e sociedade que não estão contextualizados. Os dados divulgados não mantem um padrão que proporcione entender a evolução desses números no decorrer do tempo e muito menos como nos demais países são efetivadas as concessões. Outro ponto significativo é a alteração das informações sobre processos judiciais em 2014, sem apresentar os motivos dessa mudança e nem indicar formas mais claras de divulgar essa informação. A empresa realiza uma informação solta e conveniente, ficando claro a manipulação de imagem

Na perspectiva da materialidade (3) essas informações são vinculadas ao dispêndio financeiro, principalmente quanto tratam das compensações ambientais. Mas esse montante financeiro não está contextualizado com os acordos para permissão da obra e nem vinculados as estratégias de materialidade.

Para o quesito de completude (4) não há nas informações divulgando uma proposta a longo prazo ou vinculante com a vida útil do empreendimento, ou uma informação sobre o legado que está se construindo.

## 5 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA

O relatório de sustentabilidade tem o propósito de divulgar práticas de responsabilidade social e ambiental das corporações. Esse instrumento é útil para acompanhar a efetividade do legado sustentável que as empresas estão construindo em conjunto com os *stakeholders*, quando da licença de operação.

Estabelecer conteúdos e acompanhar ações dentro desse tripé (econômico, social e ambiental) é um desafio para as organizações para acompanhar e se adaptar as novas dinâmicas de atuação que proporcionem um desenvolvimento mais sustentável, e para o mercado que tem efetivado acordos internacionais, estabelecidos normas para regulamentar o direito das futuras gerações.

Nessa teia de complexidade essa tese identifica como problema quais ações podem ser consideradas relevantes e deveriam ser minimamente abordados pelas corporações, e como elas deveriam tratar os dados a fim de transparecer os riscos inerentes ao negócio e a gestão das ações realizadas pelas corporações para mitigar ou minimizar os problemas relacionados a sua prática de negócio, e propõe como objetivo indicar elementos das Demonstrações Financeiras (DF) que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade (RS).

Este estudo pressupõe que da mesma forma que é possível identificar nas DF- Demonstrações Financeiras as consequências econômicas (desencaixe financeiros) originada da forma de gestão socioambiental das organizações, é possível identificar nos RS – Relatórios de Sustentabilidade como as organizações estão gerindo as questões sócio-econômico-ambiental. Particularmente nesse trabalho foram somente analisados os dados que tratam da questão ambiental.

Para tanto, foi realizado uma pesquisa num segmento altamente poluente e com grande relevância econômica, as mineradoras, e com análise longitudinal no período de 2014 a 2018 de uma única empresa Vale S.A, considerando que essa empresa mantém a continuidade de elaboração do RS desde 2006, tem uma atuação em todos os continentes do nosso planeta, conta a auditoria e certificação das principais empresas que atuam no mercado e traz no discurso a importância da transparência para a sua gestão. Na pesquisa foram identificados elementos divulgados nas DF para o mercado de ações que interagem com gestão socioambiental, contudo a divulgação tanto nas DF como nos RS indicam uma grande assimetria informacional, o que denota o pouco compromisso com a gestão ambiental, assim como uma baixa transparência dos dados sob a gestão da empresa.

A pesquisa foi realizada usando o método de análise de conteúdo e após leitura criteriosa das DF onde foram identificadas as contas contábeis que apresentavam questões econômicas relativas à dimensão ambiental, especificamente, na carta de auditoria das DF e nas obrigações e provisões contingenciais, especificamente as tratadas pelo CPC 25 (IAS 37), foram identificados elementos que deveriam ser descritos cuidadosamente nos Relatórios de Sustentabilidade.

Nas DF há informações no ativo sobre: os investimentos em empresas realizados por tipo minério, a movimentação contábil das reservas minerais e a movimentação contábil da desmobilização de ativos. No passivo há informações muito sucintas, quando não omissas, relativas as provisões ambientais e os passivos contingentes relacionados a questão ambiental, particularmente, o principal detalhamento nas provisões tratam dos dois acidentes ambientais que gerarão e/ou geraram desencaixe de caixa e impactam na reputação e legitimidade da organização, as DF apresentam os possíveis reflexos econômicos que podem trazer para a companhia, além de apresentar nota específica as tratativas dos gestores frente aos principais problemas que estão enfrentando, entretanto os outros processos que geraram registro nessas contas não são detalhados e nem são seguidas as normas do CPC 25 (IAS 37)

Nos RS foram identificados que na elaboração do conteúdo, os elementos metodológicos propostos pela GRI não são adequadamente mesclados quando da divulgação em linha com os estudos de Jesus e Souza (2016) e de Souza et al. (2019) que concluem sobre a baixa qualidade de divulgação pelas empresas, tendo como hipótese apresentada a dificuldade de interpretação da norma e consequente necessidade dos órgãos reguladores realizarem maior esclarecimentos sobre o tema.

A proposta metodológica de elaboração do conteúdo da GRI sugere apresentar as informações de sustentabilidade selecionadas pela empresa identificando os *stakeholders*, o contexto de sustentabilidade, a materialidade e a completude na construção de uma divulgação coesa. Ocorre esses elementos são apresentados como tópicos de conteúdo, cada elemento é apresentado no relatório como uma informação solta, dificultando a conexão e o diálogo desses elementos para compreensão dos conteúdos divulgado. Esse fato dialoga com os estudos de Fonseca et al (2014) que esclarece que os RS não estão sendo produzidos em conformidade com as diretrizes do GRI, especialmente os aspectos relacionados aos princípios, sendo o princípio do contexto de sustentabilidade o de menor conformidade e no trabalho de D'aquia (2018) destaca-se a ausência de uma linguagem padronizada. Nesta pesquisa, além dos elementos já destacados, ressalto que a completude seria o princípio de menor conformidade,



pois não é possível identificar a visão de legado sustentável que a companhia corrobora para a dimensão ambiental.

Para exemplificar, nas informações analisadas nos RS a empresa identifica uma lista de *stakeholders* e os diversos canais que ela estabelece para efetivar algum tipo de comunicação ou consulta a esses atores, principalmente a partir do RS2015, mas como esses atores estão envolvidos nas ações registradas, não há divulgação, especificamente os atores governamentais e suas determinações legais negociadas quando da concessão da obra. Assim como nos estudos de Fonseca et al (2014) não foram identificados ações planejadas pelos *stakeholders*.

Da mesma forma as informações de materialidade, onde são divulgadas as ações estratégicas que estão como prioridade para o enfrentamento da organização, e a partir do RS2015 esclarece os canais de consulta disponibilizados para trazer o envolvimento dos *stakeholders*, mas as consequências das ações de materialidade não estão traduzidas nos relatórios enquanto ações efetivadas, investimentos direcionados e resultados alcançados. Esse achado coaduna com as pesquisas de D'aquia (2018) que destaca diferentes medidas de materialidade e ausência de uma linguagem padronizada.

As ações que são realizadas são aglomeradas por dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) e divulgadas considerando o contexto de sustentabilidade com uma proposta alinhada ao desenvolvimento sustentável, corroborando com os estudos de Fonseca et al (2014) que esclarece que as empresas estruturam seus relatórios em resposta à uma visão de desenvolvimento sustentável.

Contudo observa-se uma ausência no RS da criação do campo passível de compreensão local, regional, continental e planetário de interpretação dos resultados ambientais geridos, ou seja, as ações divulgadas retratam gestão ambientais isoladas, por exemplo as informações são apresentadas pela singularidade de uma unidade de negócio, ou complexos, ou projetos, ou minas entre tantos nomes divulgados (nos RS foram mapeados 110 unidades de negócios divulgadas), enfim retrata um fato isolado, mas não compila a somatória dessas ações em todas a atuação do negócio, que no caso da Vale, está presente em todos os continentes do planeta terra, denotando uma falta de gestão mais estratégica. Ora o RS estabelece uma visão do gestor operacional, ou seja, foco no curto prazo, resultados bem específicos relacionados a tarefa gerida; ora a visão do gestor tático, com acompanhamento de um determinado processo, com clareza nos principais resultados daquele processo. Este dado confirma os estudos de Fonseca et al (2014) quando esclarece que não são identificados objetivos de sustentabilidade que traduzem a visão estratégica referente ao legado de sustentabilidade proposto, assim como

aponta a dificuldade de agregar e desagregar indicadores pela falta de unidade de análise compatíveis entre si, devido a pluralidade de informação que dificulta uma abordagem eficaz.

Todos esses elementos metodológicos devem conduzir ao legado de desenvolvimento sustentável que se está efetivamente construindo para as gerações atuais e as futuras. **Em resumo** os relatórios não apresentam, de forma completa, clara e transparente, porque essas ações são materiais e quem são os atores que legitimaram aqueles resultados, ou se os resultados apresentados são provenientes de mitigação dos impactos ambientais. E quando a organização do relatório é analisada ao longo do tempo para se compreender a completude das ações, constata-se o gerenciamento de impressões conforme discutido por Merkl-Davies e Brennan (2007).

Mas essa é apenas a dificuldade inicial quanto a articulação da metodologia. As informações divulgadas nas DF foram confrontadas com as divulgadas nos RS, para analisar a forma como estão sendo relatadas e apresentadas a gestão ambiental e, em particular, a transparência da companhia com sua gestão.

Nos RS os dados ambientais sobre as dimensões geográfica das extrações de minérios e os respectivos danos ambientais para obtenção do produto, ou localização das reservas, ou quantidade de extração de minério por região não foram identificadas, nem sobre os segmentos de negócios como mineral ferroso, carvão, metais básicos e outros; essas informações não são consolidadas nos RS, apenas apresentam de forma macro, por exemplo Vale divulga “em 2014 na Nova Caledônia bateu o recorde de produção anual de 19 mil toneladas de níquel”; “em 2015 o volume de produção de minério de ferro foi de 345,9 Milhões de toneladas contabilizados, do qual 129,6 Milhões de toneladas foram referentes a Carajás, que bateu recorde no período”. Nessas divulgações, como destacados, não é possível identificar por região do planeta quanto foi extraído de minério e nem confrontar com as informações das DF, e ausência desse dado dificulta a elaboração de um balanço da gestão ambiental.

Entretanto, nos RS foi possível identificar os processos judiciais relacionados com questão ambiental, informações essas omitidas nas DF, apesar da regulamentação do CPC 25 que orienta a divulgação da natureza da obrigação e o cronograma esperado de qualquer saída resultante da provisão contingencial. Contudo, há conflito das informações quantitativas estabelecidas na DF e no RS e há ausência de dados financeiros que pudessem ser comparados. No RS esses processos foram sucintamente descritos, oportunizando identificar elementos críticos passíveis de gestão ambiental, a saber: Impacto Ambiental (solo, água e ar), Licença Ambiental (descumprimento), Poluição Atmosférica, Incêndio, Compensação Ambiental e

Restauração de um parque. Todos esses temas são provenientes de responsabilidade legal assumida pela empresa.

Em que pese, que nos RS até 2014 eram divulgados todos os processos em discussão anterior aquele ano (2014), estabelecendo um cenário geral de informações passíveis de gestão. Em 2015 essa forma divulgação não será mais realizada, evento informado com uma nota, e não foi substituído por nenhum tipo de monitoramento transparente e passível de acompanhamento pelo *stakeholders*, novamente ficando os usuários sem informações de elementos que afetam diretamente o negócio da organização.

Analisando o conteúdo produzido no RS sobre a gestão dos elementos clivado nos processos judiciais relativos a dimensão ambiental, constata-se as fragilidades do relatório quanto a gestão das ações de responsabilidade legal assumidas pelo empreendimento, como licença ambiental, compensação ambiental e desmobilização de ativos; especialmente na apresentação de ações mensuráveis e temporais previamente acordadas com os *stakeholders* governamental e comunidades do entorno que, no caso das licenças ambientais, tem como documento suporte o EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatórios Impacto Ambiental. Esse documento elaborado pelo empreendimento apresenta características do empreendimento, área de influência, diagnóstico ambiental, qualidade ambiental, fatores ambientais, análise dos impactos ambientais e medidas mitigadoras (Resolução Conama nº001/86; Resolução Conama 237/97) e serve, no Brasil, de subsidio a obtenção da licença de operação. Nos RS não foram apresentados elementos que denotem uma gestão, com regularidade, sobre esse acordo e como eles definem as ações em execução durante o processo de extração de minério que obteve concessão. Outras questões são as licenças ambientais no resto do planeta, pois nos RS analisados as poucas informações localizadas tratam apenas das licenças ambientais ocorridas no Brasil.

Para as minas em fechamento quais são as ações obrigatória por lei que devem ser geridas, qual o resultado dessa ação, por exemplo, área impactada e área recuperada e a localização local, regional, continental ou planetária. E sempre contextualizar também o envolvimento com os *stakeholders*, no caso do fechamento temos um ente governamental que determina ações necessárias.

Para diminuir essa assimetria é necessário apresentar o universo de licenças e das minas em fechamento que estão sendo acompanhadas, as etapas em execução, relatar as ações executadas pelo empreendimento de acordo com a materialidade definida no RS, vinculando os impactos diretos causados pelas extrações de minérios e as ações estabelecidas, de forma que seja possível avaliar o resultado desse empreendimento quando do licenciamento e no instante

do fechamento das minas, identificando de forma clara o legado sustentável gerado pelo empreendimento.

Dessa forma, os resultados apresentados como: Unidades protegidas pela Vale ou com o apoio da empresa; recuperação de áreas degradadas; redução de emissões de gases de efeito estufa; projetos de pesquisa e preservação, entre outros; que parecem que são ações realizadas pela empresa, estariam correlacionados com a respectiva responsabilidade assumida junto a qual *stakeholder*, estabelecendo um balanço entre a quantidade extraída e o legado deixado, numa ação conjunta.

Em outras palavras, as obrigações legais assumidas quando da obtenção da licença, ou quando fechamento de um empreendimento, ou acordos de compensação ou restauração devem estar evidenciados quais os *stakeholder* (governo e comunidade do entorno) que efetivamente concederam ao empreendimento a licença para operar e em conjunto estabelecem ações para mitigar o impacto do empreendimento, a ser realizado num determinado tempo. Ademais, esses dados devem ser apresentados de forma que se possa acompanhar a evolução da execução dessas obrigações acordadas legalmente e avaliar a construção de um cenário sustentável proposto entre aqueles atores.

Temas como poluição e incêndio deveriam ter a mesma tratativa pois há uma legislação específica que determina uma série de elementos a serem geridos. Se a entidade entende que a gestão dessas informações compõe sua marca de sustentabilidade, o RS pode ser o campo para tratar da gestão que é realizada sobre ele. Mas, no caso dos RS analisados a empresa passou por um acidente em janeiro 2017, informado no RS 2016 e no RS 2017 não é discutido sobre o incêndio que ocorreu naquele ano, entretanto são apresentadas diversas ações que denotam a responsabilidade da empresa em gerir o risco de incêndio. Esse tipo de informação demonstra o uso equivocado do RS, indicando o gerenciamento de impressão abordado por Merkl-Davies and Brennan (2007).

Na contabilidade por um entendimento do “princípio da competência”, todas as informações de um determinado ano (por exemplo 2017), devem ser apresentadas dentro daquele ano. Mas no caso de eventos relevantes ou eventos subsequentes que podem impactar a empresa, e possam ser relatadas no relatório anterior (por exemplo 2016) pelo “princípio da tempestividade” eles podem ser relatados, mas no exercício de sua competência deverá ser apresentado os efeitos de forma clara e adequada dentro dos princípios contábeis estabelecidos. O atendimento desses princípios nas DF visa apresentar clareza da informação e propiciar confiança dos dados divulgados, diminuindo o “gerenciamento de impressão”.

Os estudos apresentados no referencial dessa tese na área das DF e RS foram norteadores para uma leitura mais crítica das formas como a empresa em estudo tem utilizado os RS, assim como a dificuldade de traçar indicadores que determinem o tamanho da transparência, e/ou da responsabilidade, e/ou ética corporativa, e observou-se que apesar das discussões poderem ser registradas desde a década 1960, este estudo, soma com os achados do campo que indicam que as empresas ainda apresentam uma grande dificuldade de apresentar efetividade das ações de responsabilidade ambiental, compatíveis com o impacto causado.

Um ponto que chama atenção na análise dos dados, e foi discutido por Tschopp e Huefner (2014), é a dificuldade das empresas relatarem seus aspectos negativos. O exemplo mais simples encontrado nessa pesquisa e que retrata esse ponto é a divulgação do desastre ambiental de Samarco e Brumadinho, que são relatados nos RS e DF como rompimento da barragem do Fundão e rompimento da barragem em Brumadinho (MG), quando vão discutir as mortes envolvida sobre as barragens, a empresa informa as perdas de vida e a preocupação dela em preservar vida, a palavra mais próxima de morte utilizada pela empresa são incidentes fatais. Outrossim, são a falta de mensuração dos impactos diretos causados pelas empresas, que apenas são apresentadas listas os elencando, assim como os impactos indiretos.

Nas DF esse aspecto “negativo” corresponde ao registro do passivo, que gera a possibilidade de diversas análises das demonstrações e inclusive fortalece a divulgação, pois serve como contraponto. Os RS devem estruturar melhor sua divulgação agregando esse tipo de informação.

Especificamente, para o problema do rompimento da barragem da Samarco se observou que os RS iniciam uma apresentação de dados sobre barragem, demonstrando para os usuários dos RS que há algum tipo de gestão ambiental. Ocorre que cada ano são informados novos dados que não permitem aos *stakeholders* conhecer o universo desse problema enfrentado pela empresa ficando em dúvida a gestão ambiental responsável que está sendo realizada. Esse ponto fica claro a ausência de informações efetivas sobre gestão ambiental efetivada e, principalmente, sobre a gestão de elementos correlacionados ao negócio da empresa, já que esses elementos são importantes no momento que a vida das pessoas está em risco, porque não são regularmente divulgados?

**Em síntese**, os dados analisados demonstram a ausência de informações que indiquem gestão ambiental sobre elementos relacionados aos negócios da empresa e que estão gerando provisão ou passivo contingencial, assim como não são identificadas mensurações dos impactos ambientais, direto e indireto, causados pela empresa e que geram ativos como os registrados no imobilizado na DF. Observa-se uma assimetria das informações ambientais sob gestão da

empresa, considerando que na atualidade o RS é o instrumento que deveria apresentar informações sobre as ações responsáveis efetivadas pela companhia e vinculadas ao negócio desta, está assimetria coloca em dúvida a execução responsável da gestão ambiental, principalmente em momentos de desastres ambientais como, por exemplo, rompimento de barragens ou incêndio, que não se encontram nesses RS indicadores das gestões realizadas pela organização.

Analisando os dados pesquisados pelas lentes teóricas, destaca-se na Teoria dos *stakeholders* a criação de valor estabelecida pela empresa é composta pelo objetivo comum pactuados pelos atores e as respectivas apreciação ativa no processo de execução (FREUDENREICH, et al, 2019). Na mesma linha, Freeman et al (2018) esclarece que os valores da empresa e os propósitos que ela compartilha junto com os seus *stakeholders* estabelecem interconexões úteis para o negócio das empresas, pois além de construir confiança entre as partes, promove um campo passível de criação de valor. Dessa forma, a ‘licença para operar’ é estabelecida pelos *stakeholders* que concedem o direito a instalação do empreendimento, e o mesmo deveria ser reconhecido diretamente nas ações que estão sendo divulgadas.

No entanto, Freeman et a (2018) reconhecem que os elementos cooperativos se relacionam com elementos competitivos em função ou do comportamento *stakeholders* ou das ações efetivadas. Para o autor, o fato é que a ausência de legitimidade da organização junto ao *stakeholder* impacta na eficiência e efetividade das ações vindouras. Nessa perspectiva, a empresa em análise já apresenta nos RS a dificuldade de alcançar novas licenças ambientais para empreendimento que utilizam de barragem, devido a dois acidentes em empreendimento que utilizaram barragem, e a assimetria dessa informação. Outrossim, observa-se que baixa efetividade relação com *stakeholders*, onde se colocam canais de comunicação, mas não se reconhece a atuação deles nas respectivas ações realizadas, não estabelecendo uma efetividade na criação de valor, resultado esse genuíno advindo desse estreitamento.

A Teoria da Legitimidade alerta sobre a necessidade de elaboração de uma comunicação clara da empresa (HAHN; LÜLFS, 2013) apresentando informações úteis (DEEGAN, 2002). No RS buscou-se dados sobre as decisões gerenciais em andamento que minimizam os impactos proveniente da concessão para exploração ambiental. A comunicação realizada pelos RS é uma das formas da organização se legitimar enquanto um agente com responsabilidade corporativa, pois objetiva diminuir a assimetria da informação sobre a gestão dos administradores quanto aos impactos provenientes do empreendimento.

Observa-se que a empresa em análise zela pelo desempenho estratégico estabelecendo regularidade de comunicação da sua gestão, visando atender ou corresponder às expectativas dos seus *stakeholders* e garantir a legitimidade da empresa. Entretanto, a estratégica de comunicação estabelecidas nos RS analisados foi de valorização das ações executadas, sem apresentar como estão sendo geridos os principais problemas ambientais relativos ao seu negócio.

Essa ausência de informação, fica ressaltada com a ocorrência de incidentes negativos, como descumprimento de normas, desastres e acidentes, pois instigam os usuários desse relatório a compreenderem a gestão praticada, numa perspectiva temporal de médio ou longo prazo. Nessa perspectiva mais estratégica o desempenho da gestão não transparece nos RS divulgados, não são apresentados elementos que indiquem controle que está sendo efetivado gerando dúvida, aos *stakeholders*, sobre a gestão realizada, devido a total assimetria de dados e agravada pela identificação de gerenciamento das impressões que a empresa realiza para tratar de informações mais delicadas que podem afetar a sua marca.

A teoria da Legitimidade, esclarece que problemas provenientes da execução do negócio correlacionados, muitas vezes, a uma possível negligência da empresa e que resultam em acidentes ambientais, poluição, desastres ou outro dano, essa legitimidade tem que ser recuperada (DEEGAN, 2018; O'DONOVAN, 2002).

O conceito de transparência para a ciência social envolve estabelecer visibilidade ou clareza (HANSEN et al, 2015) nos diversos instrumentos de controle e comunicação utilizados para balizar a tomada de decisão. Cabe destacar que quando há assimetria nas informações, abre-se um espaço para abuso de governança e falhas de gestores (HANSEN et al, 2015).

Nesse estudo os dados foram analisados para a abordagem de verificabilidade, o que implica em analisar as divulgações das informações na linha do tempo, identificando dados observáveis e a respectiva evolução. Os dados devem ter qualidade como clareza e expressos quantitativamente de forma a transparecer as ações que estão sendo executadas, eficiência na gestão e confiança quanto as tomadas e decisão realizadas pelos agentes, assim como exercer um papel regulador para orientar as visões estratégicas dos seus gestores, numa transmissão simples e direta (ALBU E FLYVERBOM, 2019).

**Em linhas gerais**, as lentes teóricas utilizadas nesse estudo apontam como uma das melhores práticas para a organização era comunicar de forma clara e precisa os impactos ambientais causados pelo empreendimento. Nesse ponto, a empresa em análise teria como base os estudos já realizados (EIA/RIMA, no Brasil) para obter a licença, sendo eles um subsídio legítimo das ações que realizam para mitigar os impactos do negócio. As teorias da legitimidade

acrescida da transparência afirmam que a divulgação do acompanhamento que está sendo realizado transparece em indicativo verificáveis a gestão ambiental praticada, o que fortalece o laço de confiança com os *stakeholders* que concederam a licença de operação da corporação. Outro ponto é apresentar de forma clara quem são os *stakeholders* que indicaram as ações e dividir com eles o legado de sustentabilidade que está sendo construído.

### **5.1. Proposta de Aprimoramento do Relatório de Sustentabilidade**

A proposta divide-se em definir conteúdo que minimamente deveria ser controlado e divulgado pela organização e forma de compilação desses dados.

Os relatórios elaborados com base na ciência contábil podem auxiliar na estruturação de um instrumento com maior objetivação dos conteúdos apresentados. Uma das principais características da informação contábil é a possibilidade de verificabilidade, denotando transparência. Dessa forma este trabalho apresenta como tese que os elementos da DF melhoram a transparência dos RS, pois as DF acumulam um histórico de normatização do mercado financeiro capaz de traçar os principais pontos críticos do segmento e da organização que devem ser acompanhados de formas mais expressivas nos RS.

Nesta análise se identificou que os registros nas DF relativos as provisões e passivos contingenciais estão correlacionados com riscos ambientais, sociais e tributários, inerentes a operação da empresa, os quais estão sendo discutidos ou em eminência de discussão judicial. Esses registros são normatizados pela CPC 25 (IAS 37) quanto a divulgação na DF, apesar de ser constatado descumprimento ao atendimento da normativa e seus determinantes, eles apresentam uma mensuração econômica do universo que está diretamente afetando a empresa e quando analisadas as suas composições indicam elementos passíveis de gestão e divulgação gerando uma informação útil para vários *stakeholders*.

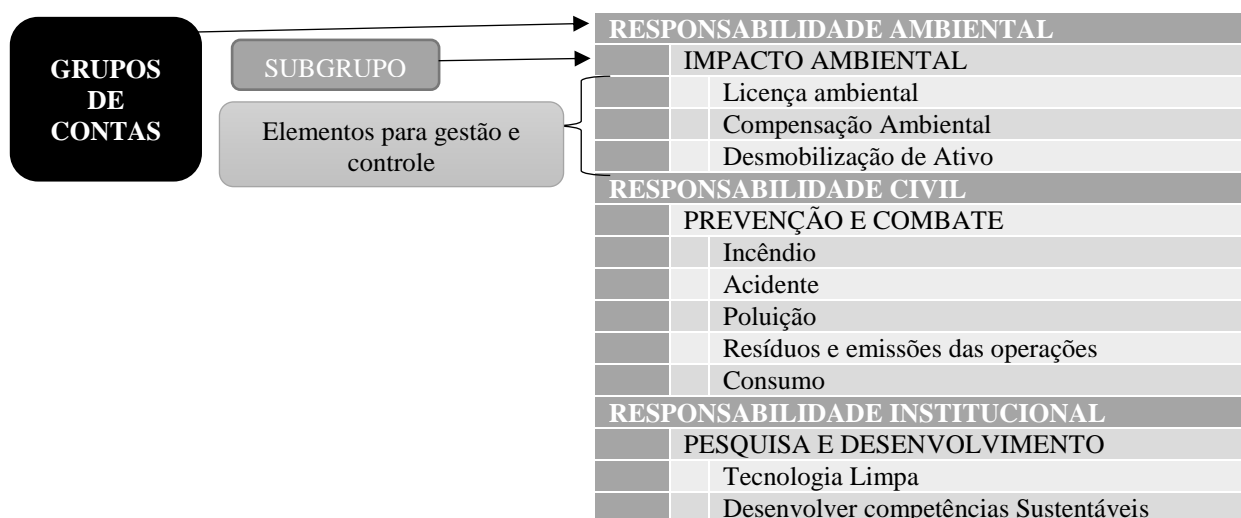
Nos RS esses registros jurídicos são realizados sem padrão comparativos entre anos e sem base de mensuração, dificultando o levantamento dos riscos inerentes a gestão ambiental e social, especificamente. No caso da Vale, esses elementos seriam: impactos ambientais do empreendimento; licença ambiental; poluição atmosférica; incêndio; compensação ambiental; restauração de parque. No entanto constatou-se uma ausência de acompanhamento sistemático e comparativa desses elementos que traduzissem a evolução da responsabilidade no decorrer do tempo.



Essa ausência de um instrumento de gestão eficiente, claro e transparente para o acompanhamento pela sociedade, reafirma os problemas apresentados desde meados de 1960 da insustentabilidade do desenvolvimento econômico por total descaso das empresas à gestão social e ambiental. Durante esses 60 anos houveram avanços nas discussões sobre a responsabilidade corporativa e a participação das empresas nas discussões que estabelecem diretrizes em órgãos internacionais que regulam a atuação delas, e conseqüentemente, elas corroboram com ações para somar a essas metas, porém ainda é preciso avançar na construção de um relatório que apresente de forma transparente os impactos que as empresas causam e as ações realizadas visando a construção de um legado para as gerações futuras.

Dessa forma, o primeiro aprimoramento proposto é a definição de alguns elementos que deveriam ser acompanhados e divulgados nos RS devido os riscos ambientais que eles apresentam para a sociedade, as exigências do *stakeholder* governamental e a responsabilidade assumida pela empresa. No Quadro 32 foi elaborado uma proposta de elementos para gestão e controle que deveriam compor o RS.

Figura 22: Proposta de grupo de contas da dimensão ambiental para RS



Fonte: Elaboração Própria

Esses elementos deveriam, minimamente, ser geridos e divulgados sistematicamente. Eles foram retirados após análise na DF da composição da conta Passivo e Obrigação Contingencial (CPC 25/IAS37) e a composição desses processos no RS da empresa. Esses elementos podem variar de acordo com o negócio da empresa. Sugere-se que sejam divididos em grupos e subgrupos, neste estudo é proposto o agrupamento por tipo de Responsabilidade

aos quais subdividiu-se em Ambiental; Civil e Institucional. Essa nomenclatura foi estabelecida de acordo com a natureza dos elementos identificados.

No caso a responsabilidade institucional proposta, os elementos foram identificados nas divulgações realizadas nos RS, nesta proposta está se enquadrando as ações que vão além dos acordos estabelecidos, mas que está também relacionado com marca, o legado, a forma institucional de se praticar a sustentabilidade. Para essa forma de vivenciar a sustentabilidade que cria valor para a sociedade, os seus colaboradores, os seus parceiros e para os seus negócios o RS pode ser também um instrumento que também comunica esses valores, descrevendo as ações praticadas pela empresa na execução do seu negócio. Essas ações também passariam pelo mesmo processo acima descrito, ou seja, identificados, acompanhados e divulgados sistematicamente, com clareza e transparência.

Este agrupamento precisaria de mais estudos para verificar se esse padrão pode ser replicado para outros tipos de indústrias, assim como o ativo e passivo são para o balanço patrimonial.

O cerne da proposta é que apresentem o conteúdo dos RS pelos elementos ambientais e sociais que apresentam riscos de insustentabilidade para a sociedade e pela natureza desses elementos sejam classificados em grupos de acordo com a responsabilidade corporativa assumidas quando da licença para explorar. A metodologia do GRI é uma excelente proposta para elaborar o conteúdo escrito, desde que os elementos metodológicos estejam conectados e discutam as responsabilidades assumidas. Segundo a metodologia GRI a empresa tem a “liberdade” de defini-la. Essa proposta indica então quais deveriam ser os elementos minimamente tratados no RS que estão correlacionados com o negócio da empresa e são questionados pelos *stakeholders*.

Quando esses relatórios não apresentam estratégias, principalmente não indicam a gestão que as empresas fazem dos riscos ambientais e sociais que o seu negócio está exposto, essa assimetria atua como um óbice para a reputação da empresa, pois deixam seus resultados nebulosos, inclusive para um possível ganho de criação de valor. Essa ausência do enfrentamento dos impactos causados pelo empreendimento, podem ser agravados com a presença de eventos “negativos”, como desastres, fatalidades, acidentes, que colocam em questão a efetividade da gestão ambientais ou a negligência dos seus gestores a essa dimensão.

Outro ponto identificado para aprimoramento é forma de compilação desses dados. Analisando a história dos relatórios contábeis, eles entraram em um outro patamar de divulgação e análise quando saíram de uma apresentação em partida simples, onde comunicavam os controles das suas carteiras de ativos e estabeleceram a apresentação em

partida dobrada, onde as obrigações da empresa também foram divulgadas como contraponto de fontes de recurso. Com o instrumento do balanço patrimonial, os critérios e princípios contábeis foram evoluindo no processo de apuração dos resultados econômicos das operações de forma verificável e confiável, ademais diversos usuários como bolsa de valores, agentes governamentais, por exemplo, foram normatizando com base nesse instrumento, devido a utilidade para acompanhar e tomar decisões.

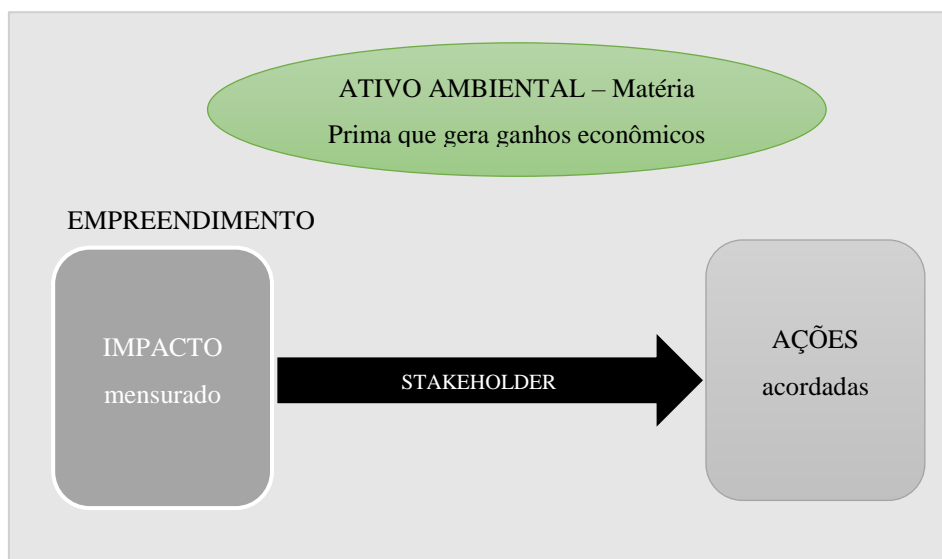
Desta forma, o desafio é realizar o balanço entre os ganhos econômicos, ambientais e sociais em contrapartida dos respectivos custos das ações necessárias para mitigar o impacto que ela causará. A forma como a empresa enfrenta as questões sociais e ambientais pertinentes ao seu negócio traduzirá a responsabilidade corporativa e sua reputação. Ocorre que os RS apresentam apenas um lado das práticas, fazendo um paralelo com as informações contábeis, seria como se fosse as ‘partidas simples’. É preciso evoluir para uma mensuração de ‘partidas dobradas’ e para isso é necessário realizar a divulgação da origem desse registro, ou seja, apontar de forma mensurável os impactos ambientais e sociais causados e, em contrapartida, registrar as ações praticadas enquanto responsabilidade corporativa. Com base nessas informações seria, então, possível apurar resultado socio-econômico-ambiental das ações executadas. Essa apuração contribuiria para analisar a efetividade do desenvolvimento sustentável enquanto legado da sociedade atual deixado na busca e valorização dos ganhos econômicos.

Essa compilação dos dados deve ser agregada a identificação clara e o objetiva do limite da responsabilidade de cada *stakeholders*. É preciso considerar que toda a sociedade tem ganho adicional, direta ou indiretamente relacionada com a movimentação econômica proporcionada pela atividade econômica exploratória e permitida pelos *stakeholders* (governo, sociedade civil e consumidores). Dessa forma, os RS deveriam ser um instrumento que descrevesse as ações realizadas pelas organizações para atender as necessidades sociais e ambientais não satisfeitas numa determinada localidade, e que por causa do empreendimento sofreria o impacto direto e indiretos com a instalação do empreendimento, apresentando de forma transparente o impacto que ela causará, as ações propostas para mitigar e o legado de sustentabilidade (econômico, social e ambiental) gerado aquela comunidade pela extração daquela matéria-prima, e quem foram os atores que acordaram essas ações.

A proposta é que os RS deveriam indicar de forma mensurada todos os impactos identificados e as respectivas ações que mitigam os danos causados para a localidade onde será instalado o empreendimento, incluindo os *stakeholders* que participaram desse acordo e concederam a licença de operação. No RS tem que está claro os dois lados do ‘balanço’, ou

seja, a origem e a aplicação. A origem seria o ativo que gera ganhos econômico, no caso da Vale, o montante de minerais que serão explorados e os impactos que serão necessários para explorá-lo, em contrapartida a empresa acorda com um grupo de *stakeholders* ações que serão realizadas “aplicação” para mitigar os impactos (Figura 23).

Figura 23: Identificar Impactos



Fonte: Elaboração Própria

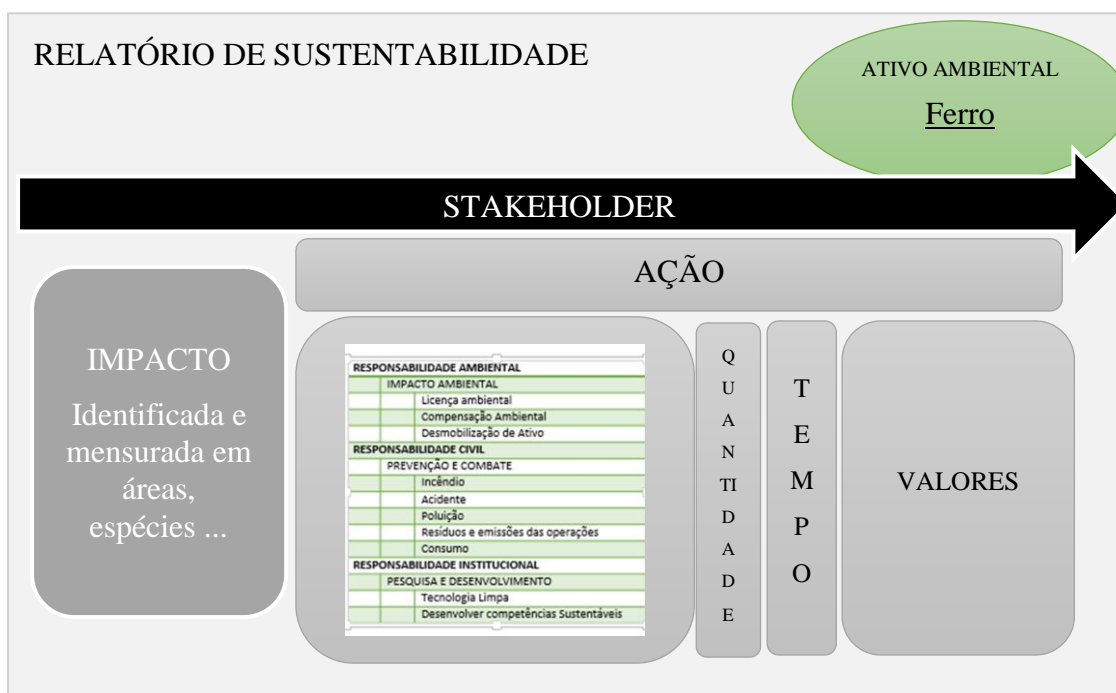
Esses elementos: montante da matéria-prima, tipos de impactos e quantidade, e ações que serão realizadas são elementos conhecidos pelo empreendimento. No Brasil existe legislação específica orientando a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Mas as empresas devem deixar claro qual a legislação que estão seguindo e que norteou a ação que está sendo implementada, pois dependendo do país que atue terá um *stakeholder* governamental, no mínimo, ordenando essa exploração.

Destaca-se aqui que a matéria-prima é a fonte de interesse, e que para extraí-la é reconhecido a existência do impacto. O reconhecimento implica em mensurar o impacto esperado, em cada etapa: planejamento, implantação, operação e fechamento. Esse impacto gera indicadores onde a empresa assume o entendimento acordado entre as partes sobre a responsabilidade daquela corporação e, portanto, apresenta indicadores que devem ser geridos pela corporação frente ao risco que ela assume na exploração da matéria-prima. Da mesma forma, estruturas que não existiam, e que o governo local não tem condição de realizar no curto espaço de tempo e que são necessários para a instalação daquele negócio. Assim como, quando

a exploração tem uma finitude, quais serão os legados deixados e as ações promovidas para aquela comunidade conduzir seu desenvolvimento autônomo.

Independente da robustez das ações, a construção do relatório deve zelar pela qualidade da informação comunicada, pois é o instrumento que legitima o que as empresas efetivamente acordaram em realizar, logo no RS deve transparecer as ações praticadas e a responsabilidade que as empresas assumiram junto aos *stakeholders* que participaram da licença de operação. Logo, as ações acordadas entre esse grupo devem ser relatadas, apresentando o contexto de sustentabilidade descritos, assim como as ações pré-estabelecidas a serem realizadas, indicando o período de tempo previsto e o custo (Figura 24). A transparência será avaliada com a mensuração das ações concretizadas no período planejado.

Figura 24: Estabelecer ações quantificáveis



Fonte: Elaboração Própria

A definição das ações sustentáveis geridas que são fundamentais para o negócio e os *stakeholders*, assim como o ativo que foi beneficiado e o respectivo impacto, são elementos que devem compor o conteúdo do RS.

A metodologia do GRI indica a forma como o conteúdo, definido por cada empresa, deve ser elaborado, ou seja, deve-se identificar os *stakeholders*, apresentar o contexto de sustentabilidade e completude. Ocorre que como na metodologia não é indicado o assunto abordados pelas empresas, as empresas estão organizando o relatório com ações isoladas e

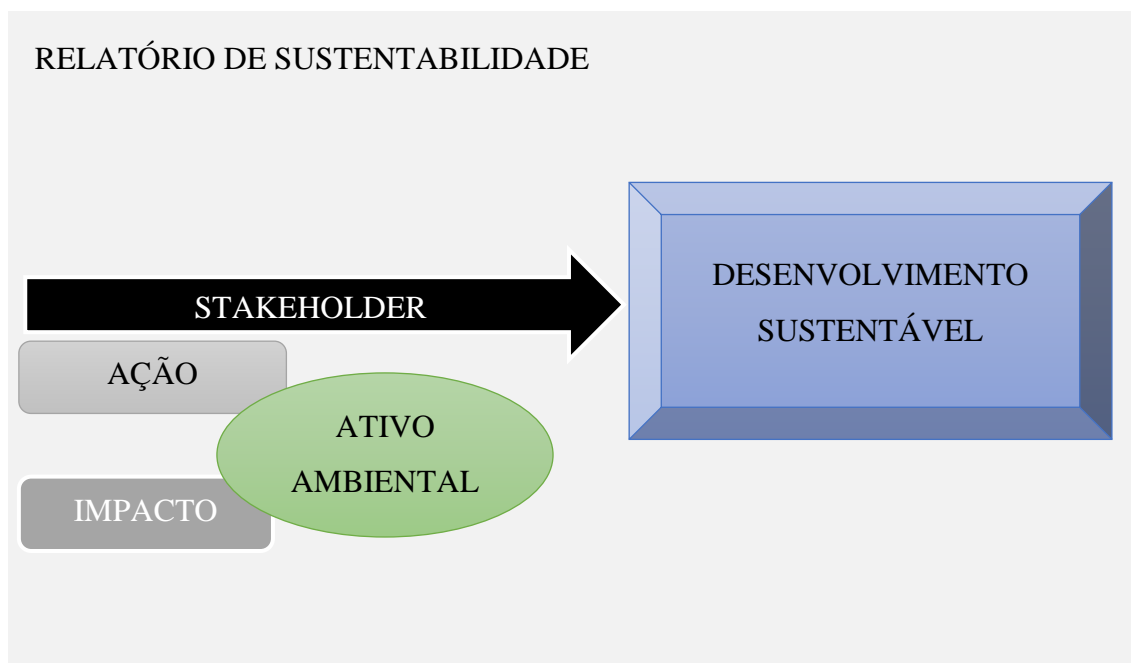
utilizando os elementos sugeridos na metodologia de forma desconexa. Este fato pode ser identificado nos estudos realizados nesse campo acadêmico, e brevemente apresentado no referencial desta tese e ratificado neste estudo.

Ainda sobre a metodologia do GRI o elemento materialidade, proposto enquanto elemento do conteúdo, traduz a prioridade de ações na perspectiva temporal. Dependendo do empreendimento, as empresas atuarão em uma quantidade de anos, no caso das mineradoras, em média 25 anos, ou de forma ilimitada, para os casos de empreendimentos como hidroelétricas, por exemplo. A ordem de execução das ações vai sendo escolhida pelo empreendimento e os *stakeholders* segundo a sua materialidade, ou seja, as necessidades locais e estratégicas avaliadas pelos *stakeholders* ativos, alinhadas com as ações estratégicas da organização e passíveis de execução financeira pelo empreendimento.

A materialidade indica as ações que são prioritárias de execução frente uma perspectiva estratégica, por exemplo, gestão de recursos energéticos; neste caso a organização direciona os recursos financeiros, por um período determinado, objetivando melhorar os indicadores dela e alinhados com os indicadores de um grupo de *stakeholders* ativo, que nesse caso podem ser órgão reguladores internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU onde a organização engaja suas ações para promover também o pacto global, por exemplo. Quando definida a materialidade são apontados indicadores que conduzirão o monitoramento da gestão. As informações sistematizadas devem zelar pela qualidade da informação.

Entendendo que a realização completa de todas as ações proposta e acordada por aqueles grupos de *stakeholders* prediz um futuro, onde almejasse o desenvolvimento sustentável que fora acordado de forma responsável, ética e ecológica, sendo assim o relatório tem que apresentar o legado sustentável esperado por aqueles atores sociais (Figura 25).

Figura 25: Cenário preditivo de desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaboração Própria

Último ponto de aprimoramento relativo a forma de apresentação do conteúdo está relacionada ao mapa comum de compreensão dos dados pelos leitores. As Empresas com dimensão global como a Vale, tem que criar um mapa comum para os leitores compreenderem as ações locais, regionais e globais; avaliar os riscos e assumir junto com o empreendimento a responsabilidade pelo futuro do planeta. Esse mapa podem ser, por exemplo, os segmentos de negócios, no caso da Vale S.A são os minerais, considerando que são os elementos impulsionadores do negócio da empresa e dessa forma que eles organizam os dados nas DF.

Os Relatório de Sustentabilidade objetivam relatar as práticas de sustentabilidade, ou seja, medidas administrativas que visam mitigar impactos sociais e ambientais provenientes das ações operacionais realizadas pelas corporações, têm como função a comunicação de progresso das ações que as empresas realizam em prol da sustentabilidade. A elaboração de RS transparente, com informações claras e objetivas, pode proporcionar uma melhor avaliação desse legado que a sociedade contemporânea está barganhando sobre os seus recursos ambientais finitos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência é a teoria norteadora dessa tese. Nos relatórios de sustentabilidade o estudo sobre a transparência da organização ficou mais evidente quando observados numa perspectiva temporal, ou seja, quando se observou a evolução da informação no decorrer do tempo. Especificamente neste estudo, constatou-se a total assimetria da informação, devido a ausência de regularidade de dados, com a mesma base e critério, indicando uma falta de transparência e de confiabilidade nas informações avaliadas, tornando-se questionável a efetividade da responsabilidade corporativa.

Dessa forma, compreender como esses dados econômicos são registrados nas demonstrações financeiras e buscar nesse registro elementos de risco ambiental que devem ser geridos de forma transparente, implica em orientar a empresa para apresentar efetividade de gestão em pontos específicos do seu negócio para a construção de uma transparência da gestão, sendo esse o objetivo proposto, ou seja, **indicar elementos das Demonstrações Financeiras que melhoram a transparência dos Relatórios de Sustentabilidade**. Na análise da transparência com base nas demonstrações financeiras foi possível estabelecer contos inerentes ao risco ambiental que a empresa está exposta, os quais nos relatórios de sustentabilidade devem ser divulgados. Mas foi possível e ir além, apresentando como a dinâmica da metodologia do GRI deve ser coordenada para se chegar a finalidade esperada de divulgar o legado de sustentabilidade daquele empreendimento.

Para tanto, compreender a teoria do *stakeholders*, que tecnicamente era a que mais deveria nortear a compreensão das ações divulgadas, norteou identificar a maior problemática na aplicação do uso da metodologia do GRI. No relatório os *stakeholders* são identificação dos diversos atores ou partes relacionadas da empresa, entretanto, o cerne da teoria de acordo com Freeman et al (2018) é o estabelecimento de uma rede de valor onde se compartilham propósitos e valores. Observa-se que essa relação ainda não está assimilada pelos gestores, principalmente no processo de descrição das ações onde não aparece a corresponsabilidade pelas ações praticadas, enquanto licença recebida desses *stakeholders* para operar.

Nesta pesquisa, observou-se que os *stakeholders* são apresentados como uma lista extensa de atores que, quando precisarem da empresa, podem contatá-la nos seus diversos canais de comunicação. Observou-se também que a empresa iniciou uma forma de apurar os interesses dos seus *stakeholders* após 10 anos de elaboração do RS, essa consulta iniciada em 2016 para definir a materialidade das estratégias que seriam conduzidos nos próximos anos é



uma iniciativa para aproximar essa partilha de valores e propósitos. Esses elementos denotam que ainda não há um alinhamento da gestão para o compartilhamento de valores.

A teoria da legitimidade apresenta um framework, em especial nos estudos de Hahn e Lülfs (2013), que auxiliaram na compreensão da forma de comunicação realizadas nos relatórios de sustentabilidade. Com base nessa teoria ficou evidente as falhas na comunicação e a importância de princípios contábeis, como competência, para evitar a manipulação de impressões da imagem organizacional para a finalidade da empresa se legitimar. A análise com base na teoria da legitimidade oferece elementos de desnudam possíveis estratégias de comunicação, particularmente quando triangulada com a teoria da transparência.

O método de análise de conteúdo proporcionou uma análise qualitativa dos conteúdos divulgados, propiciando através da técnica: delineamento, coleta de dados, tratamento analítico e interesse de conhecimento, identificar nas Demonstrações Financeiras os riscos ambientais divulgados e confronta-los nos Relatórios de Sustentabilidade. A aplicabilidade da metodologia melhora a qualidade inferencial sobre os dados, pois delineia uma linha lógica de coleta de dados e compreensão do conteúdo em análise. Contudo, convém destacar que o tratamento analítico proposto por Vieira (2006) onde foram declaradas as definições constitutiva, operacional e o resultado esperado com base no referencial proposto, estabelece um processo de reflexão da pesquisa e amadurecimento da inferência aos dados qualitativos.

Sendo assim, o método orientou a realização de uma busca objetiva dos dados nas demonstrações financeiras e nos relatórios de sustentabilidade, assim como uma melhor dinamização dos elementos articulados pela metodologia do GRI na elaboração do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, facilitando o processo de análise do conteúdo.

Esse arcabouço teórico utilizado com o rigor científico do método proporcionou uma clareza sobre o conteúdo ausente nos relatórios e o respectivo tratamento. Sendo assim, a proposta apresentada implica em desafio para os gestores divulgar transparência sobre a forma de gerir os riscos ambientais. Para tanto, essa tese apresenta um quantitativo mínimos de contas que devem ser controladas e relatadas de forma que se possa identificar a gestão desses riscos ambientais inerentes ao negócio do empreendimento.

Para exemplificar, a conta ‘Licença de operação’ implica não só informa quantas licenças de operação foram autorizadas no respectivo ano, mas indicar quais as ações a empresa se comprometeu em executar, em qual período e sob a autorização de quais *stakeholders*. A transparência do compromisso assumido e executado no decorrer do tempo, é que gerará o resultado do legado sustentável esperado na elaboração de um relatório de sustentabilidade.

Essa clareza, fortalecerá esse instrumento para um acompanhamento não somente dos gestores das organizações, como também dos *stakeholders*, entre eles o governamental, da mesma forma como as demonstrações financeiras servem de instrumento de análise econômica para os diversos *stakeholders*. Para tanto, convém destacar a necessidade dos órgãos reguladores realizarem maior esclarecimentos e normas sobre esse tipo de divulgação.

Este estudo descritivo, está limitado a análise de um segmento de negócio, exploração de minério. Portanto, é importante ampliar essa pesquisa para outros segmentos de forma a validar a proposta de agrupamento de contas relacionadas a natureza da responsabilidade corporativa. Os procedimentos aqui propostos apresentam uma organização de grupos de contas com base na responsabilidade corporativa, a saber: Ambiental, Civil e Institucional e uma respectiva composição com base na natureza das contas identificadas. Contudo são necessários estudos futuros sobre esse enquadramento para a dimensão ambiental, verificando se esses grupos contemplam a composição de riscos geridos por outros segmentos que realizam divulgação nos relatórios de sustentabilidade. Outrossim, ampliar o estudo para a dimensão social e identificar os grupos de responsabilidade corporativa que contemplem os riscos nessa dimensão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, A. C. S.; ZARO, E. S.; LUIZ, G.; VAN BELLEN, H. M.; VICENTE, E. F. R. Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 31-49, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n2p31-49>. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/view/31-49>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

ADAM, A. M.; SHAVIT, T. How can a ratings-based method for assessing corporate social responsibility (CSR) provide an incentive to firms excluded from socially responsible investment indices to invest in CSR?. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 82, n. 4, p. 899-905, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9600-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-007-9600-4>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas**. Brasília: ANM, 2019.

ALBU, O. B.; FLYVERBOM, M. Organizational transparency: Conceptualizations, conditions, and consequences. **Business & Society**, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 268-297, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0007650316659851>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0007650316659851>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

ALMEIDA, K. K. N. de; BATISTA, F. F. Provisões Contingentes Ambientais e seus Reflexos no Endividamento das Empresas de Alto Impacto Ambiental Após Adoção do CPC 25. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 46-65, 2016. DOI: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v11i1.13372](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v11i1.13372). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13372>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

ALMEIDA, R. G.; GONÇALVES, M. N. Proposta de indicadores dos Princípios Cooperativistas às cooperativas de crédito e analogia com o Relato Integrado. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD, 20., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: [http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=1817](http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1817). Acesso em: 14 Jan. 2020.

ALMOTAHARI, M.; GLICK, E. Context, content, and epistemic transparency. **Mind**, [s. l.], v. 119, n. 476, p. 1067-1086, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1093/mind/fzq087>. Disponível em: <https://academic.oup.com/mind/article-abstract/119/476/1067/985986>. Acesso em: 31 Dez. 2019.

ARAYA, M. Exploring terra incognita: non-financial reporting in corporate Latin America. **Journal of corporate citizenship**, [s. l.], n. 21, p. 25-38, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/jcorpciti.21.25?seq=1>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

BANSAL, P. Evolving sustainably: A longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic management journal**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1002/smj.441>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.441>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

BARAIBAR-DIEZ, E.; ODRIOZOLA, M. D.; SÁNCHEZ, J. L. S. A survey of transparency: An intrinsic aspect of business strategy. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 480-489, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1931>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.1931>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate sustainability strategies: sustainability profiles and maturity levels. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 76-89, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1002/sd.447>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sd.447>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

BENOIT, W. L. Image repair discourse and crisis communication. **Public Relations Review**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 177-186, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(97\)90023-0](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(97)90023-0). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0363811197900230>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

BERMAN, S. L.; JOHNSON-CRAMER, M. E. Stakeholder theory: Seeing the field through the forest. **Business & Society**, [s. l.], v. 58, n. 7, p. 1358-1375, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0007650316680039>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0007650316680039>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

BHANOT, D.; BAPAT, V. Sustainability index of micro finance institutions (MFIs) and contributory factors. **International Journal of Social Economics**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 387-403, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSE-01-2014-0001>. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/IJSE-01-2014-0001>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

BHP BILLITON. **Resourcing the Future: Sustainability Summary Report 2009**. BHP Billiton Centre, Melbourne, 2009. Disponível em: <https://www.bhp.com/community/community-and-sustainability-reports/2009/09/2009-bhp-billiton-sustainability-report/>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

BITARELLO, M. Qual é a importância dos relatórios de sustentabilidade? **Exame**, sessão Mundo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/qual-e-a-importancia-dos-relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BLACCONIERE, W. G.; PATTEN, D. M. Environmental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value. **Journal of accounting and economics**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 357-377, 1994. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90026-4). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0165410194900264>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

BORGSTEDT, P.; NIENABER, A.-M.; LIESENKÖTTER, B.; SCHEWE, G. Legitimacy Strategies in Corporate Environmental Reporting: A Longitudinal Analysis of German DAX Companies' Disclosed Objectives. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 158, n. 1, p. 177-200, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3708-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-017-3708-y>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

BRASIL. **Lei no. 6.404, de 15 de Dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: [s. n.], 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso em: 16 Jan. 2020.

BRUYNE, P. D.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. D. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais:** Os pólos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffily. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista Administração**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1124>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303119>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

CAPRAR, D. V.; NEVILLE, B. A. “Norming” and “conforming”: integrating cultural and institutional explanations for sustainability adoption in business. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 110, n. 2, p. 231-245, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1424-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-012-1424-1>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business horizons**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(91\)90005-G](https://doi.org/10.1016/0007-6813(91)90005-G). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000768139190005G>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

CARVALHO, E. L. Carta ao Leitor. **Revista ANEFAC**, São Paulo, ano 24, n. 193, p. 3, 2018.

CHO, C. H. Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total SA's Erika and AZF incidents. **European Accounting Review**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 33-62, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180802579616>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638180802579616>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

CHOW, W. S.; CHEN, Y. Corporate sustainable development: Testing a new scale based on the mainland Chinese context. **Journal of business ethics**, [s. l.], v. 105, n. 4, p. 519-533, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0983-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-011-0983-x>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

CHRISTENSEN, L. T.; MORSING, M.; THYSSEN, O. The polyphony of corporate social responsibility: Deconstructing accountability and transparency in the context of identity and hypocrisy. In: CHENEY, G; MAY, S; MUNSHI, D. **Handbook of communication ethics**. New York: Routledge, 2011. p. 457-474.

COELHO, F. Q.; OTT, E.; PIRES, C. B.; ALVES, T. W. Uma Análise dos Fatores Diferenciadores na Divulgação de Informações Voluntárias sobre o Meio Ambiente. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 112-130, 2013. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1290>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25 (R14) - Provisões, Passivos contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 27 março 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2012**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 27 março 2016.

CORMIER, D.; GORDON, I. M.; MAGNAN, M. Corporate environmental disclosure: contrasting management's perceptions with reality. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 143-165, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000015844.86206.b9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:BUSI.0000015844.86206.b9>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

CORRÊA, R.; SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M.; RUIZ, M. S. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 24-40, 2012. DOI: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v7i2.13268](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v7i2.13268). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13268/9090>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/40>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

D'AQUILA, J. M. The Current State of Sustainability Reporting: A work in Progress. **The CPA Journal**, [s. l.], 2018. Disponível em: [www.cpapjournal.com/2018/07/30/the-current-state-of-sustainability-reporting](http://www.cpapjournal.com/2018/07/30/the-current-state-of-sustainability-reporting). Acesso em: 31 Dez. 2019.

DE VILLIERS, C.; VAN STADEN, C. J. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, organizations and society**, [s. l.], v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368206000250>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513570210435852>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

DEEGAN, C. Legitimacy theory: Despite its enduring popularity and contribution, time is right for a necessary makeover. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 32, n. 8, p. 2307-2329, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2018-3638>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-08-2018-3638/full/html>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435861>. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513570210435861>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas**. Brasília: DNPM, 2017.

DIAS, L. N. da S.; SIQUEIRA, J. R. M.; ROSSI, M. Z. G. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. *In: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD*, 30., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2006-aps-0303.pdf>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

DIAS, L. P.; COELHO, E. M. S.; SILVA, R. F. G. Plano de Fechamento de Mina: Alternativas para reutilização da área impactada. **Revista Gestão Sustentável Ambiental**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 371-394, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v5e12016371-394>. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao\\_ambiental/article/view/2680](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2680). Acesso em: 21 Jan. 2020.

DOWNE-WAMBOLDT, B. Content analysis: method, applications, and issues. **Health care for women international**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 313-321, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1080/07399339209516006>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07399339209516006>. Acesso em: 21 Jan. 2020.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental quality management**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 37-51, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1002/tqem.3310080106>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/tqem.3310080106>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

FARIAS, T. Obrigação de recuperar áreas degradadas por mineração tem contorno peculiares. **Consultor Jurídico - CONJUR.COM.BR**, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-10/ambiente-juridicoobrigacao-recuperar-areas-mineracao-contornos-peculiares>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FEAM. **Cadastro de Minas Paralisadas e Abandonadas no Estado de Minas Gerais**. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Belo Horizonte: FEAM, 2016. Disponível em: [http://www.feam.br/images/stories/2016/AREAS\\_DEGRADADAS/Cadastro\\_Minis\\_Paralisdas\\_e\\_Abandonadas\\_2016l.pdf](http://www.feam.br/images/stories/2016/AREAS_DEGRADADAS/Cadastro_Minis_Paralisdas_e_Abandonadas_2016l.pdf). Acesso em: 27 Dez. 2019.

FENSTER, M. Transparency in search of a theory. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 150-167, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431014555257>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1368431014555257>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

FERREIRA, A. C. S. **Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente - um enfoque de sistema de informações**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade

de Economia e Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1998. p. 135.

FERREIRA, C. C.; SOUZA, R. B.; TOGNA, B. de B. D. O relatório de sustentabilidade e as fontes midiáticas descrevem a mesma empresa? O uso do gerenciamento de impressões em discursos sobre o desenvolvimento sustentável por uma cimenteira. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD*, 20., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://login.semead.com.br/20semead/anais/arquivos/690.pdf>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

FERREIRA, J. da S.; ROVER, S. Uma análise dos processos relevantes de empresas brasileiras: características que afetam a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes. *In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 18., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FIPECAFI, 2018. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/Anais2018/ArtigosDownload/1130.pdf>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, A.; MCALLISTER, M. L.; FITZPATRICK, P. Sustainability reporting among mining corporations: a constructive critique of the GRI approach. **Journal of cleaner production**, [s. l.], v. 84, p. 70-83, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.11.050>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612006440>. Acesso em: 31 Dez. 2019.

FREEMAN, R. E.; PHILLIPS, R.; SISODIA, R. Tensions in Stakeholder Theory. **Business & Society**, [s. l.], p. 1-19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0007650318773750>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0007650318773750>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. de S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 77-92, 2017. DOI: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i1.13399](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13399). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13399/9221>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

FREUDENREICH, B.; LÜDEKE-FREUND, F.; SCHALTEGGER, S. A stakeholder theory perspective on business models: Value creation for sustainability. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04112-z>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-019-04112-z>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

FROST, G. R. The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. **Abacus**, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 190-216, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2007.00225.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6281.2007.00225.x>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

GARCIA, S.; CINTRA, Y. C.; RIBEIRO, M. S.; DIBBERN, B. R. S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p67>.



Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n25p67>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GERBELLI, L. G. Vale ganhou relevância na economia com aumento das exportações de minério. **G1.globo.com/economia**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/vale-ganhou-relevancia-na-economia-com-aumento-das-exportacoes-de-minerio.ghtml>. Acesso em: 09 jan. 2020.

GERMANY, D. J. **A mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: CTMineral - Secretaria Técnica do Fundo Setorial Mineral - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2002. Disponível em: <https://www.finep.gov.br/images/a-finep/fontes-de-orcamento/fundos-setoriais/ct-mineral/a-mineracao-no-brasil.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. **Accounting, organizations and society**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 47-62, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368209000427>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

GRAY, R.; MILNE, M. Towards Reporting on the Triple Bottom Line: Mirages, Methods and Myths. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Ed.). **The triple bottom line: Does it all add up**. London: Earthscan, 2004. p. 70-80.

GREENMOBILITY. O que é Global Reporting Initiative (GRI). **Green Mobility**, 2008. Disponível em: <https://greenmobility.wordpress.com/2008/07/23/o-que-e-gri/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

GREGORIO, C. L. Considerações acerca das responsabilidades e obrigações entre Estados perante a transnacionalidade de desastres ambientais. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 6, n. 2, p. 385-412, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2017.v6n2.09.p385>. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/6693>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade**: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão. Amsterdã: [s.n.], 2013a.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Global Sustainability Standards Board**, 2019b. Disponível em: [www.globalreporting.org/standards/gssb-and-standard-setting/gssb-faq](http://www.globalreporting.org/standards/gssb-and-standard-setting/gssb-faq). Acesso em: 03 outubro 2019.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **História da GRI**, 2016a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's%20history.aspx>. Acesso em: 10 Nov. 2018.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Perguntas e Feedback: Perguntas sobre Materialidade e Limite de Tópicos**, 2018b. Disponível em: [www.globalreporting.org/standards/questions-and-feedback/materiality-and-topic-boundary/](http://www.globalreporting.org/standards/questions-and-feedback/materiality-and-topic-boundary/). Acesso em: 23 Set. 2019.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **The Reporting Process**, 2018a? Disponível em: <http://globalreporting.org/standards/the-reporting-process>. Acesso em: 10 Set. 2019.

GRI. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – GRI**. Versão 3.0. Tradução de Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo: Ethos, 2006. Disponível em: [http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri\\_port.pdf](http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri_port.pdf). Acesso em: 27 Dez. 2019.

GRI. Global Reporting Initiative. **Sobre GRI**, 2017? Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: 16 Fev. 2018.

GRI. **Sustainability Disclosure Database**. 2019a. Disponível em: <http://database.globalreporting.org/search/>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

HAHN, R.; LÜLFS, R. Legitimizing negative aspects in GRI-oriented sustainability reporting: A qualitative analysis of corporate disclosure strategies. **Journal of business ethics**, [s. l.], v. 123, n. 3, p. 401-420, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1801-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-013-1801-4>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

HANSEN, H. K.; CHRISTENSEN, L. T.; FLYVERBOM, M. Introduction: Logics of transparency in late modernity: Paradoxes, mediation and governance. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 117-131, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431014555254>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431014555254>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. **GV Executivo**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 65-79, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v3n2.2004.34820>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34820/33619>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

HASSELDINE, J.; SALAMA, A. I.; TOMS, J. S. Quantity versus quality: the impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. **The British Accounting Review**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 231-248, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2004.10.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089083890500017X>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Ed.). **The triple bottom line: Does it all add up**. London: Earthscan, 2004.

HESS, D. Social reporting and new governance regulation: The prospects of achieving corporate accountability through transparency. **Business Ethics Quarterly**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 453-476, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5840/beq200717348>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-ethics-quarterly/article/social-reporting-and-new-governance-regulation-the-prospects-of-achieving-corporate-accountability-through-transparency/CAF04F1E6E413C9817947ACCC10A00E1>. Acesso em: 02 Jan. 2020.

HODGE, T. Toward a conceptual framework for assessing progress toward sustainability. **Social indicators research**, [s. l.], v. 40, n. 1-2, p. 5-98, 1997. DOI:

<https://doi.org/10.1023/A:1006847209030>. Disponível em:  
<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1006847209030>. Acesso em: 02 Jan. 2020.

HOPKINS, M. **Corporate social responsibility and international development: is business the solution?**. London: Routledge, 2007. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781849770897>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781849770897>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

HSIEH, H.-F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative health research**, [s. l.], v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049732305276687>. Acesso em: 21 Jan. 2020.

HUSSER, J.; ANDRÉ, J. M.; BARBAT, G.; LESPINET-NAJIB, V. CSR and sustainable development: are the concepts compatible?. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 23, n. 6, p. 658-672, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/14777831211262936>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14777831211262936/full/html>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão**: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG, 2016. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 30 Out. 2017.

IBRAM. **Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira**. 7ª. ed. Brasília: IBRAM, 2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>. Acesso em 27 Dez. 2019.

IHLEN, Ø.; BARTLETT, J.; MAY, S. (Ed.) **The handbook of communication and corporate social responsibility**. [s. l.]: John Wiley & Sons, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118083246>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118083246>. Acesso em: 02 Jan. 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2013. Disponível em: [https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos\\_2013\\_PORT.pdf](https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf). Acesso em: 27 Dez. 2019.

IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E.; HITT, M. A. **The Management of Strategy: Concepts and Cases**. 10ª. ed. [s. l.]: Cengage Learning, 2013.

ISAKSSON, R.; STEIMLE, U. What does GRI-reporting tell us about corporate sustainability?. **The TQM Journal**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 168-181, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1108/17542730910938155>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17542730910938155/full/html>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 14, n. 3-4, p. 271-284, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.10.004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652605000375>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

JESUS, S. S.; SOUZA, M. M. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/15287>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

JOBIM, C. M. C. Clima ético e Responsabilidade Social: avaliação dos empregados sobre a relação ética das empresas com os seus Stakeholders. In: CHAMUSCA, A. I. et al. **Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades**. Vol. 5, São Paulo: Ed. Peirópolis: Instituto Ethos, 2006. p. 213-252.

JOHNSON, G.; WHITTINGTON, R.; SCHOLE, K.; ANGWIN, D.; REGNÉR, P. **Exploring Strategy: Text and Cases**. [S.l.]: Pearson, 2014.

KOULOOUKOU, D.; GOMES, S. M. D. S. A Samarco fez o dever de casa? As revelações dos relatórios contábil-financeiro e de sustentabilidade antes do desastre de Mariana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 20., 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CFC, 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://20cbc.cfc.org.br/anais/files/537C.pdf>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

KPMG. **KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2011**. London: KPMG, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LENZEN, M.; DEY, C. J.; MURRAY, S. A. Historical accountability and cumulative impacts: the treatment of time in corporate sustainability reporting. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 51, n. 3-4, p. 237-250, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.06.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800904002666>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

LIMA, E. D. D.; SINAY, M. C. F. D.; BRAGA, I. L. **Responsabilidade Socioambiental Corporativa e os Relatórios de Sustentabilidade: O caso da Vale**. No prelo. Rio de Janeiro: [s. n.], 2019.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; GRAY, S. (Eds.). **Social and environmental accounting: Developing the field**. Los Angeles: Sage, 2010. p. 51-63.

LOPEZ, A. **20 years on from Exxon Valdez: What progress for corporate responsibility?** Ethicalcorp.com, 2009. Disponível em: <http://www.ethicalcorp.com/communications-reporting/20-years-exxon-valdez-what-progress-corporate-responsibility>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

MAINARDES, E. W.; ALVES, H.; RAPOSO, M.; DOMINGUES, M. J. C. de S. Um novo modelo de classificação de stakeholders. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA (3Es), 5., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: [s. n.], 2011. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod\\_evento=3&cod\\_edicao\\_subsecao=700&cod\\_evento\\_edicao=56&cod\\_edicao\\_trabalho=12812](http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=3&cod_edicao_subsecao=700&cod_evento_edicao=56&cod_edicao_trabalho=12812). Acesso em: 17 Jan. 2020.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: Uma orientação aplicada. Tradução de Lerne Belon Ribeiro e Monica Stefani. 6ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARLIN, A.; MARLIN, J. T. A brief history of social reporting. **Business Respect**, v. 51, 2003.

MARTINI JUNIOR, L. C.; SILVA, E. R.; MATTOS, U. A. O. Análise da transparência corporativa por meio dos relatórios de sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de empresas do setor brasileiro de energia elétrica. **Sistemas & Gestão**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 34-46, 2014. DOI: <https://doi.org/10.7177/sg.2014.V9.N1.A4>. Disponível em: <http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/V9N1A4>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

MCELROY, M. W.; JORNA, R. J.; VAN ENGELN, J. Sustainability quotients and the social footprint. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 223-234, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.164>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.164>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. **Academy of management review**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 117-127, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.2001.4011987>. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2001.4011987>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

MERKL-DAVIES, D. M.; BRENNAN, N. M. Discretionary disclosure strategies in corporate narratives: incremental information or impression management?. **Journal of accounting literature**, [s. l.], v. 26, p. 116-196, 2007.

MILES, S. Stakeholder theory classification: A theoretical and empirical evaluation of definitions. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 142, n. 3, p. 437-459, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2741-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-015-2741-y>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

MILNE, M. J.; GRAY, R. Future prospects for corporate sustainability reporting. *In*: UNERMAN, J.; BEBBINGTON, J.; O'DWYER, B. (Eds.). **Sustainability Accounting and Accountability**. London and New York: Routledge, 2007. p. 184-207.

MONEVA, J. M.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting forum**. [s. l.], v. 30, n. 2, p. 121-137, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2006.02.001>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1016/j.accfor.2006.02.001>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. S. A Evidenciação da informação Ambiental nos Relatórios Contábeis: Um Estudo Comparativo com o Modelo do ISAR/UNCTAD. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 82-101, 2007. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v1i1.17>. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/17>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

MURCIA, F. D.-R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/68>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, organizations and society**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 265-282, 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00008-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00008-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368297000081>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513570210435870>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

O'DWYER, B. Managerial perceptions of corporate social disclosure: an Irish story. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 406-436, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435898>. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513570210435898>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

OLIVEIRA, M. de A. S.; CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000064>. Disponível em: <https://www.prod.org.br/article/doi/10.1590/S0103-65132013005000064>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ORLITZKY, M.; SCHMIDT, F. L.; RYNES, S. L. Corporate social and financial performance: A meta-analysis. **Organization studies**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 403-441, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840603024003910>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840603024003910>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, organizations and Society**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/036136829290042Q>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

PEREZ, F.; SANCHEZ, L. E. Assessing the evolution of sustainability reporting in the mining sector. **Environmental Management**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 949-961, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00267-008-9269-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-008-9269-1>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard business review**, [s. l.], v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006. Disponível em: <https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between-competitive-advantage-and-corporate-social-responsibility>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

PRAT, A. The more closely we are watched, the better we behave? In: HOOD, C.; HEALD, D. (eds). **Transparency: The Key to Better Governance?** Oxford: Oxford University Press, 2006.

PRUDENCIO, P. de A.; FORTE, H. C.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise da evolução da adesão à GRI e dos fatores que contribuem para a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. *In: ENCONTROS UNIVERSITÁRIOS DA UFC, III.*, 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48745>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

RAHAMAN, A. S.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalised legitimacy or legitimisation crisis?. **Critical perspectives on Accounting**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 35-56, 2004. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(03\)00005-4](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(03)00005-4). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235403000054>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

RAMIREZ, E. Consumer-defined sustainably-oriented firms and factors influencing adoption. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 66, n. 11, p. 2202-2209, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2012.01.012>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296312000318>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

RATIER, R. Quais foram os maiores desastres ecológicos do mundo?. **Super Interessante**, 2011. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/quais-foram-os-maiores-desastres-ecologicos-do-mundo/>. Acesso em: 18 Out. 2017.

REÁTIGA, C. M.; VELÁSQUEZ, C. J.; ZÚÑIGA, M.; TORRES, V. Internacionalización responsable: una perspectiva desde los TLC. **Estudios Socio-Jurídicos**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 205-241, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.12804/esj18.01.2016.07>. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/sociojuridicos/article/view/4416>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

RETOLAZA, J. L.; RUIZ-ROQUENI, M.; SAN-JOSE, L. An Innovative Approach to Stakeholder Theory: application in spanish transnational corporations. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 17, n. 55, p. 1007-1020, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7819/rbgn.v17i55.2056>. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/2056>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

RIZZI, D. I.; MAZZIONI, S. Características empresariais e a evidenciação de informações nos Relatórios Integrados. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD*, 20., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: [http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=2005](http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=2005). Acesso em: 02 Jan. 2020.

RODRÍGUEZ, M. D. M. M.; PÉREZ, B. E. Does the institutional environment affect CSR Disclosure? The role of governance. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 6, p. 641-654, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020160606>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol56-num6-2016/does-institutional-environment-affect-csr-disclosure-role-governance>. Acesso em: 26 Dez. 2019.

RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; ACEITUNO, J. V. F.; RUBIO, R. G. El consejo de administración y las memorias de sostenibilidad. [s. l.], **Revista de Contabilidad**, v. 17, n. 1, p. 5-16, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2013.02.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1138489113000174>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Environmental disclosure management: a constructivist case. **Management Decision**, [s. l.], v. 50, n. 6, p. 1117-1136, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/00251741211238364>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00251741211238364/full/html>. Acesso em: 02 Jan. 2020.

SANTOS, A. C. M. Z.; PETRINI, M.; LUPION, R. de O.; HEPPEL, E. L. Deixe-me ver como ages e te direi quem és: Perfis de Organizações Sustentáveis. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 464-487, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4013/base.2019.163.05>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/17490>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

SCHNEIDER, T.; MICHELON, G.; PAANANEN, M. Environmental and social matters in mandatory corporate reporting: An academic note. **Accounting Perspectives**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 275-305, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/1911-3838.12173>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1911-3838.12173>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

SILANO, V. **Evaluación de Riesgos para la Salud Pública Asociados com Accidentes causados por Agentes Químicos**. 2ª ed. México, DF: Organización Panamericana de la Salud. Centro Panamericano de Ecología Humana y Salud, 1985.

SOUZA, M. M. de; MARTINEZ, A. L.; MURCIA, F. D.-R.; BASTOS, S. A. P. Os Determinantes do Cumprimento das Normas de Disclosure das Provisões e das Contingências Ativas e Passivas na B3. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 17-39, 2019. DOI: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v0i0.20234](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.20234). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/20234>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1995.9508080331>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

SZUSTER, N. **Evoluções e (algumas) involuções da Contabilidade**. Palestra conferida no II Seminário Planejamento, Controle e Informação: estratégias e ações multidisciplinares, em 27 Set. 2017. Rio de Janeiro: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2017.

TAPSCOTT, D.; TICOLL, D. **A empresa transparente: Como a Era da Transparência Revolucionará os Negócios**. São Paulo: M. Books, 2005.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TMDACRUZ. Características da Mineração. **Impactos da Mineração no Sul e Sudeste do Pará**. 2010. Disponível em:



<https://mineracaosudesteparanaense.wordpress.com/2010/07/17/caracteristicas-da-mineracao/>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

TSCHOPP, D.; HUEFNER, R. J. Comparing the Evolution of CSR Reporting to that of Financial. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 127, n. 3, p. 565-577, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2054-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-014-2054-6>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

UNEP; KPMG; GRI; Stellenosch Business School. **Carrots and Sticks: Promoting Transparency and Sustainability e an update on trends in Voluntary and Mandatory Approaches to Sustainability Reporting**. 2010. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Carrots-And-Sticks-Promoting-Transparency-And-Sustainability.pdf>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

VALE. **2010 Sustainability Report**. Rio de Janeiro: Vale, 2010. Disponível em: [http://www.vale.com/EN/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustainability%20Reports/Sustainability\\_Report\\_Eng\\_2010.pdf](http://www.vale.com/EN/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustainability%20Reports/Sustainability_Report_Eng_2010.pdf). Acesso em: 16 Jan. 2020.

VALE. **Demonstrações Contábeis** - 31 de dezembro de 2014 - BR GAAP: Arquivado na CVM, SEC e HKEx em 26 de fevereiro de 2015. Vale S.A. Rio de Janeiro, p. 95. 2015a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Vale S.A. Rio de Janeiro. 2015b.

VALE. **Demonstrações Contábeis** - 31 de dezembro de 2015 - BRGAAP: Arquivado na CVM, SEC e HKEx em 25 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, p. 1-84. 2016a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Vale S.A. Rio de Janeiro. 2016b.

VALE. **Demonstrações Financeiras** - 31 de dezembro de 2016 - BRGAAP em R\$ (Português). Vale S.A. Rio de Janeiro, p. 93. 2017a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Vale S.A. Rio de Janeiro. 2017b.

VALE. **Demonstrações Financeiras** - 31 de dezembro de 2017 - BRGAAP em R\$ (Português). Vale S.A. Rio de Janeiro, p. 91. 2018a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Vale S.A. Rio de Janeiro. 2018b.

VALE. **Demonstrações Financeiras** - 31 de dezembro de 2018 - BRGAAP em R\$. Vale S.A. Rio de Janeiro, p. 1-92. 2019a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. Vale S.A. Rio de Janeiro, p. 1-104. 2019b.

VALE. **Composição Acionária**. Vale, 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 jan. 2020.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. *In*: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 13-28.

VINICIUS, B. Os 10 piores "acidentes" ambientais da história. **Blog Planeta Agora, nosso compromisso é o com o planeta!**, 2014. Disponível em: <http://planetaagora.blogspot.com.br/2014/04/os-10-piores-acidentes-ambientais-da.html>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**: Brundtland report. New York: Oxford University Press, 1987.

YAKHOU, M.; DORWEILER, V. P. Environmental accounting: an essential component of business strategy. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 65-77, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.395>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.395>. Acesso em: 31 Dez. 2019.